

MARIA JOSÉ DE MELO HENRIQUES DE ALMEIDA

**OCUPAÇÃO RURAL ROMANA
NO ACTUAL CONCELHO DE ELVAS**

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2000

Ao João, ao Pedro, ao Francisco e à Alice

Agradecimentos

A concretização do trabalho que agora se apresenta só me foi possível com a ajuda inestimável de um conjunto de pessoas e instituições a quem quero expressar o meu sincero agradecimento.

Ao Professor Doutor Jorge de Alarcão, agradeço o voto de confiança ao aceitar orientar este trabalho por mim proposto, que já vinha desenvolvendo desde um momento anterior ao meu ingresso na Universidade de Coimbra, bem como as correcções que fez ao presente texto com a disponibilidade e benevolência demonstradas no debate das principais questões aqui levantadas.

Do conjunto de amigos com quem muito deste trabalho foi feito na discussão de ideias e das minhas (muitas) dúvidas, uma palavra de reconhecimento especial a Rui Boaventura, grande conhecedor do termo de Elvas, que se prontificou desinteressadamente desde a primeira hora a facultar toda a informação de que dispunha relativa aos sítios com ocupação romana do concelho e cujas sugestões foram preciosas na leitura da paisagem antiga.

A André Carneiro, a viva discussão de ideias sobre o povoamento rural romano da região, potenciada pelo facto de se encontrar neste momento a realizar um trabalho de temática semelhante sobre um território vizinho, cimentando uma relação de trabalho construída sobre uma amizade já antiga.

A Ana Catarina Sousa, inexcusável em tudo em que pôde ser útil neste trabalho, recordando, mais uma vez, que apenas alguns milhares de anos no objecto de estudo nos separam na arqueologia.

A todos os que integrados nas equipas de escavação da *uilla* romana da Quinta das Longas colaboraram comigo nos trabalhos de prospecção, reservando neste grupo um justo lugar de destaque a Paula Morgado e Vasco Leitão Santos.

A Dora Ferreira, o valioso trabalho de elaboração da cartografia de síntese que se revelou fundamental para a compreensão dos “pontos no mapa”.

A Catarina Magro, José Alberto Ribeiro, Carla Fernandes, Miguel Borges Coelho e Sofia Norton, amigos de áreas profissionais muito diferentes, mas cujo o apoio foi fundamental em fases difíceis da realização deste trabalho.

À minha família, alargada à minha quarta irmã Rute, por ser o suporte de tudo o resto, destacando na participação concreta na presente dissertação, a minha irmã Maria Teresa na composição gráfica e tratamento de imagens e o meu irmão José Manuel no precioso auxílio na construção das bases de dados utilizadas.

Ao Instituto Português de Arqueologia, a disponibilização de toda a informação constante no seu arquivo relativa aos sítios com ocupação romana do concelho de Elvas, com um agradecimento pessoal à Dr^a Jacinta Bugalhão que facilitou o acesso à base de dados ENDOVELLICO ainda em fase de instalação.

Ao Instituto Geográfico do Exército, a cedência de cartografia em suporte digital que permitiu a elaboração das cartas de síntese apresentadas.

Ao Museu e Biblioteca Municipal de Elvas, o acesso ao espólio arqueológico de época romana e ao acervo documental inédito de Victorino d'Almada.

Ao Museu Nacional de Arqueologia, a autorização de estudo dos materiais provenientes de Elvas aí em depósito.

Por último, indiscutivelmente um lugar de destaque, ao meu amigo António, com quem fui trabalhar quase por acaso em 1992 e com quem hoje partilho, “a quatro mãos”, o projecto do qual este trabalho é apenas uma parte visível.

0. Introdução	7
1. Natureza da informação tratada	12
1.1 <i>História da investigação arqueológica no actual concelho de Elvas</i>	12
1.2 <i>Trabalhos de prospecção realizados e respectivo enquadramento</i>	33
2. Questões de método	39
2.1 <i>Tipologia de sítios / hierarquias / territórios: conceitos utilizados e limites de abordagem</i>	39
2.2 <i>Grelha de análise: a ficha de sítio</i>	50
3. Espaço e Tempo	57
3.1 <i>A área em estudo</i>	57
3.2 <i>Âmbito cronológico: amplitude e ambiguidade do conceito “época romana”</i>	63
4. Inventário de sítios	70
5. Uma leitura do espaço rural do actual concelho de Elvas em época romana em forma de conclusão	141
5.1 <i>Os sítios</i>	142
5.1.1 <i>Casais, cabanas e sítios indeterminados</i>	142
5.1.2 <i>As Villae</i>	147
5.2 <i>O território</i>	125
6. Bibliografia	168

Que eu nisto de arqueologias, desculpem-me o cavaco pessoal, não me recuso, nada me custa, dizer – não sei ignoro – não gosto de aventar explicações ou fantasias, começo por desconfiar muito, custa-me a chegar à simples incerteza, e para atingir a certeza preciso de escada de muitos e firmes degraus.

Gabriel Pereira (1879)

- *Notas d'Archeologia*

0. Introdução

O trabalho que agora se apresenta no âmbito do Curso de Mestrado em Arqueologia Romana da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra representa parte de um projecto mais amplo que pretende traçar a história do que foi a ocupação do espaço rural do território de Elvas em época romana.

O “Projecto de investigação para o estudo da ocupação romana do concelho de Elvas” (OCRE) resulta da constatação da evidência da escassez de estudos monográficos sobre *uillae* no actual território português, realizadas a partir de intervenções arqueológicas sujeitas a um planeamento faseado cujo principal objectivo seja produzir estudos que possibilitem a compreensão dos lugares no seu território, mais do que pôr a descoberto estruturas e exumar artefactos. Apesar das “*uillae* ou propriedades rústicas do Portugal romano” já não constituírem certamente “um domínio praticamente inexplorado da nossa arqueologia” (Alarcão 1983: 113), pouco se sabe sobre o quadro territorial em que se inseriam e de que forma era explorado esse território.

O caso da *uilla* de S. Cucufate constituiu a primeira experiência de investigação arqueológica no actual território português que contrariou essa tendência, procurando, através do estudo da sua zona envolvente, precisar as características de implantação rural romana na região (Alarcão, Etienne e Mayet 1990). Tal como no caso de S. Cucufate, foi a partir da escavação da *uilla* da Quinta das Longas que surgiu o interesse no estudo do povoamento da área de Elvas.

A investigação arqueológica no sítio da Quinta das Longas inicia-se em 1990, depois da (re)descoberta accidental do sítio que levou os actuais proprietários da quinta a solicitarem o acompanhamento por parte de um arqueólogo (Carvalho 1994: 240). De 1990 a 1993, os trabalhos foram dirigidos por António Carvalho, tendo-me associado ao projecto em 1992, enquanto participante, passando a assumir a co-

direcção de trabalhos em 1994, em conjunto com Isabel Pinto. Quando em 1999 a nova legislação de regulamentação de trabalhos arqueológicos¹ passou a determinar a necessidade de formalização de projectos plurianuais de investigação programada no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, foi apresentado o projecto atrás referido que mereceu aprovação superior para o quadriénio 1998-2001.

Até à apresentação deste projecto, e apesar do anterior programa de trabalhos se direccionar especificamente para a escavação da *uilla* da Quinta das Longas, foram realizados alguns trabalhos de identificação e caracterização da ocupação romana do concelho de Elvas: acções pontuais de prospecção e de revisão de colecções de museus² e pesquisa de espólio inédito de Victorino d'Almada na Biblioteca Municipal de Elvas. Esse conjunto de informação recolhida, ainda que sem carácter sistemático, deu origem à publicação de alguns resultados no que diz respeito à identificação de novos sítios de ocupação romana (Carvalho, Almeida e Pinto 1997) e materiais em depósito no Museu Municipal de Elvas (Sepúlveda e Carvalho 1998).

A partir de 1998, a prospecção regional passou a assumir um carácter mais sistemático, enquadrada também nos trabalhos de preparação da dissertação final de mestrado que agora apresento, procurando constituir uma base de dados geo-referenciada que servirá de suporte à elaboração da cartografia arqueológica do concelho e à construção de modelos interpretativos para o povoamento rural romano na área considerada. No entanto, esse carácter sistemático foi assumido no plano das intenções do projecto de investigação, não tendo sido possível reunir as indispensáveis condições para o levar à prática. Para a realização do programa de trabalhos, correspondente a este item do projecto de investigação, foi solicitado financiamento ao Instituto Português de Arqueologia, que apenas no corrente ano de

¹ Decreto-Lei nº 270/99 de 15 de Julho

² Limitadas ao Museu Municipal António Tomás Pires e Museu Nacional de Arqueologia

2000 atribuiu uma pequena parte da verba requerida. Dado que também não existiram apoios significativos pela parte de quaisquer outras instituições (nomeadamente a Câmara Municipal de Elvas), os trabalhos acabaram por ser limitados por razões exteriores ao trabalho de investigação propriamente dito.

Na impossibilidade de realizar prospeções sistemáticas na área definida para o presente estudo, ou mesmo optar por um critério de amostragem que exigiria mais tempo e meios do que aqueles que dispunha, optei por orientar o trabalho no sentido de confirmar a existência e localização dos sítios identificados a partir da bibliografia e outras fontes disponíveis. Dizendo de outro modo, o que se pretendia era apresentar uma leitura crítica da informação publicada, complementada pela observação no terreno.

Uma leitura de síntese sobre o povoamento rural romano do actual concelho de Elvas é, neste momento da investigação, um balanço do que se sabe e das dúvidas levantadas pela análise dos dados disponíveis. Os “pontos no mapa” são ainda pouco mais do que isso mesmo. Contudo, alguma informação permite uma tentativa de reconstituição do significado que teriam tido no contexto do espaço rural de Elvas em época romana.

Questionar a natureza dessa informação disponível é fundamental para uma leitura crítica do tema em estudo, já que a imagem que temos do povoamento romano resulta das condições em que os dados foram recolhidos. A história da investigação arqueológica no actual concelho de Elvas é pois o ponto de partida obrigatório. Elvas possui um património arqueológico extraordinariamente rico que desde sempre chamou a atenção de investigadores e “curiosos locais”. A informação resultante de cerca de um século de trabalhos fornece uma importante massa informativa que convém contextualizar. Igualmente, a forma como foram realizados os trabalhos de prospeção por mim coordenados nos últimos dois anos condiciona fortemente a leitura que se pode fazer sobre o povoamento rural romano nesta área. Como já foi

referido, constrangimentos de ordem vária impediram a realização do programa de trabalhos inicialmente previsto, sendo os dados da prospeção efectuada necessariamente incompletos e lacunares.

Quando se realiza um trabalho desta natureza importa definir claramente os pressupostos metodológicos que a ele presidiram. Embora me afaste, no radicalismo, das posições assumidas por alguns autores ditos pós-modernistas, que conduzem a uma certa posição niilista face à produção de um discurso histórico, a “valorização da multiplicidade das interpretações ou versões do passado, a insatisfação com as interpretações propostas, mesmo quando estas são julgadas convincentes ou adequadas” (Alarcão 2000: 160) são algumas das constantes neste trabalho. Neste sentido, a definição dos conceitos utilizados, e dos limites que estes impõem à abordagem que é feita do objecto de estudo, é essencial porque deles decorre todo o discurso que é produzido. No que diz respeito a um estudo sobre modelos de povoamento, isto importa sobretudo na definição da tipologia de sítios utilizada, bem como das hierarquias que podem ser definidas entre eles e delimitação de territórios explorados. Os mesmos princípios conduzem à apresentação da ficha de sítio, verdadeiro “espartilho” da informação, que condiciona fortemente a análise dos dados, quer por aquilo que inclui quer, sobretudo, por aquilo que deixa de fora.

Profundamente ligado com as questões de método, está a definição do espaço e tempo a que este trabalho diz respeito. A dificuldade em traçar limites cronológicos e espaciais neste tema é grande. A escolha de uma fronteira administrativa actual como limite da área de estudo foi a forma encontrada para resolver a questão no que diz respeito ao espaço, embora em relação ao tempo, se verifique uma grande amplitude e ambiguidade no período cronológico considerado. A “época romana” é um conceito vasto ao qual na realidade devem ter correspondido uma multiplicidade de “épocas romanas” , que o estado actual da investigação não permite ainda antever. A caracterização geográfica do território em análise é necessariamente breve por uma mesma ordem de razões. Reconstituir a paisagem rural romana a partir dos (escassos)

elementos disponíveis é uma tarefa árdua que deverá contar com uma série de colaborações multidisciplinares ainda afastadas do actual panorama da investigação arqueológica no nosso país. Isso contudo, não me parece que justifique as tentativas dos arqueólogos em fazer uma espécie de “geografia de arqueólogo”, que será tanto de desconfiar como uma “arqueologia de geógrafo” (ou de arquitecto, ou de historiador da arte, ...).

A leitura que me proponho realizar sobre os sítios arqueológicos que constituem a base documental deste trabalho, com todos os condicionalismos a que se encontra sujeita, procura ser uma leitura em que os sítios façam sentido num determinado território, na tentativa de construir uma imagem daqueles que povoaram o espaço rural do actual concelho de Elvas em época romana.

Feita sem a “escada de muitos e firmes degraus” a que se refere Gabriel Pereira no texto que serve de epígrafe ao presente volume, será assim a “simples incerteza” do que pode ter sido.

1. Natureza da informação tratada¹

Contudo, julgo ser da mais elementar cautela não ceder à tentação de confundir *modelos de povoamento*, entendidos em termos absolutos, com *informação disponível*, num dado momento de pesquisa. Os primeiros decorrem de análises sistemáticas do território, com recurso a métodos e técnicas diversificadas, que dão sentido não apenas aos pontos cartografados, mas também, (e principalmente, diria) aos vazios, aos espaços não ocupados. Quanto à segunda, resulta basicamente num acumular de dados e informações, resultantes de esforços individuais (ou de grupos), mas sem carácter sistemático e, no caso português, quase sempre pautados por ritmos irregulares e fortemente descontínuos. Um primeiro cuidado crítico que deve nortear a abordagem desta informação consiste em procurar indagar o contexto em que a mesma foi produzida - também neste domínio de investigação arqueológica se afigura necessário contextualizar os dados...

Carlos Fabião (1998)

- *O Mundo indígena e as sua romanização na área céltica do território hoje português.*

1.1 História da investigação arqueológica no actual concelho de Elvas

A primeira síntese sobre a história regional e local do actual concelho de Elvas é datada de meados do séc. XVII. Trata-se de uma obra monumental do cónego Aires Varela, prelado nascido em Elvas entre 1583-1585, que terá sido iniciada em 1644 e interrompida por morte do autor em 1655 (Gama 1977: 143-156). Intitulada - *Theatro*

¹ Em todos os capítulos, quando são referidos os sítios arqueológicos que fazem parte do conjunto em estudo, refere-se entre parêntesis a numeração correspondente constante em **2. Inventário de sítios**

das Antiguidades de Elvas com a História da mesma cidade e descrição das terras da sua comarca (Varela 1644-1655), pretende traçar a evolução da cidade ao longo do tempo, desde a sua fundação até ao momento presente.

O plano da obra contemplava seis livros², dos quais apenas foram escritos os três primeiros e três capítulos do Livro IV. Este trabalho chegou até nós através de uma cópia manuscrita de 1709, que durante muito tempo foi julgada perdida, mas que acabou por ser recuperada na Biblioteca Municipal de Elvas e publicada em 1915 por António Thomaz Pires (Pires 1915).

O cónego Aires Varela atribui a fundação da cidade de Elvas os Celtas, “a 999 anos da vinda de Christo Senhor Nosso ao mundo, a 2 963 da criação do mundo, tempo em que mais ou menos edificava Salomão os Paços para a sua habitação; he esta cidade em quanto à sua primeira fundação mais antiga que Roma, e que a ilustre Cartago edificada pela casta Dido” (Varela 1644-1655: 5). Inscrito no quadro do pensamento humanista, Aires Varela privilegia na sua obra os valores e testemunhos da civilização clássica no território de Elvas. No que diz respeito à História Antiga da cidade, a epigrafia romana surge assim como tema preferencial no seu *Theatro Histórico*³, procurando filiar muitas vezes a toponímia regional em personagens ou episódios da historiografia clássica, acompanhando de perto o tipo de produção historiográfica de André de Resende (Fabião 1988: 13-14).

Além da informação de carácter mais “académico”, Aires Varela dá alguma atenção às “estremadas patranhas de mouras encantadas e thesouros escondidos em

² Livro I - Desde os Celtas, fundadores de Elvas, até a possuírem os romanos;
Livro II - De el-Rei D. Afonso Henriques até D. Fernando;
Livro III - De D. João I a D. Afonso V;
Livro IV - De D. João II a D. Manuel;
Livro V - De D. João II a D. Filipe II;
Livro VI - De D. João IV ao cerco de Torrecusa [1644]

³ Embora este não seja o título original da obra, é assim referida frequentemente pelos autores que se dedicaram à historiografia elevense.

edifícios antigos, de que se descobrem grandes vestígios” que contam a “gente d’aquelles campos” (Idem: 128). Alguns dos sítios arqueológicos do actual concelho de Elvas têm assim a sua primeira referência no *Theatro das Antiguidades de Elvas*. Uma leitura atenta das informações recolhidas pelo prelado elvense é por vezes bastante esclarecedora sobre as condições em que foram recolhidos determinados objectos, ou identificados no terreno vestígios de ocupações antigas, que autores posteriores referenciam já descontextualizados, após várias alterações antrópicas da paisagem.

Tal como a obra de humanistas como André de Rezende não poderá ser considerada o início da investigação arqueológica a nível nacional, também o *Theatro Histórico* de Varela não é mais que um testemunho do interesse antiquarista e coleccionista pela antiguidade clássica que o quadro de referências renascentistas e iluministas privilegia. No entanto, é sem dúvida o ponto de partida para o arranque dessa investigação arqueológica à escala local, que se manterá mais ou menos ininterruptamente até ao momento presente. Ponto de partida não só por ser o primeiro trabalho onde é recolhida parte da informação que serve de base às sucessivas construções de uma imagem do passado de Elvas a partir de registo arqueológico, mas também pelo papel que a sua recuperação assume nos finais do séc. XIX quando se assiste a um crescente interesse pela história antiga do concelho.

A segunda metade do séc. XIX marca a afirmação da Arqueologia enquanto disciplina no nosso país, sendo aliás o ano de 1850 o da fundação da “Sociedade Archeologica Lusitana” em Setúbal, a primeira instituição do género no país e que foi responsável pelo início das escavações arqueológicas nas ruínas de Tróia. Este período tem o seu auge com a realização em Lisboa do “Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas” em 1880. O ano de 1880 marca “o que poderemos chamar de Idade Dourada, o ponto alto da fase do pioneiros e o iniciar das grandes aventuras individuais” (Gonçalves 1980a:7).

É exactamente no plano destas “aventuras individuais” que vamos encontrar o início da actividade arqueológica em Elvas. A par de projectos como o de Gabriel Pereira em Évora, Martins Sarmiento em Guimarães, Santos Rocha na Figueira da Foz ou abade Baçal em Bragança, em Elvas, o início dos estudos arqueológicos está profundamente ligado às figuras de Victorino d’Almada e António Thomaz Pires.

Se a “Escola dos Serviços Geológicos”, nascida da “Comissão de Trabalhos Geológicos” fundada em 1848, se afirmou desde início como representante em Portugal de uma arqueologia mais próxima das ciências naturais (particularmente da antropologia física e geologia) que tinha como questão fundamental a antiguidade do Homem, os projectos individuais relacionados com realidades regionais são repercussão da afirmação de um “localismo municipal” (Chaves 1947:21), procurando uma compreensão global da evolução e funcionamento das comunidades regionais através do tempo. A célebre questão que opõe J. Leite de Vasconcellos a Estácio da Veiga a propósito do “Museu Etnológico Português” é um bom exemplo desse confronto de posições (Gonçalves 1980b).

Este confronto teórico e metodológico é o reflexo do debate que a nível internacional se assiste entre a escola escandinava - que tende a identificar o progresso moral e social como decorrente do desenvolvimento tecnológico, e este como característica fundamental da história do Homem - e a arqueologia que surge em França e Inglaterra, profundamente ligada às teorias evolucionistas de Darwin e ao estudo da pré-história antiga (cf. Trigger 1989: 73-109). A arqueologia que se vai desenvolver através da afirmação da história regional e local aproxima-se teórica e metodologicamente da escola escandinava, tanto mais que se procuram exactamente os traços singulares de uma comunidade que se distinguiu cultural e tecnologicamente ao longo do tempo. Já as leituras evolucionistas, preocupadas com um estabelecimento de um modelo global da história da humanidade, são desenvolvidas normalmente por investigadores ligados a instituições nacionais de cariz centralista.

Convém salientar que, durante a segunda metade do séc. XIX e início do séc. XX, Elvas está longe de ser uma cidade de “interior”, periférica ou isolada. A principal entrada terrestre no nosso país faz-se pela fronteira do Caia e, numa época em que o ritmo das viagens implica a existência de várias etapas, Elvas é um natural ponto de paragem, tanto mais que riqueza arqueológica do seu território (sobretudo no que diz respeito ao megalitismo, mas também aos vestígios de época romana) desperta a curiosidade dos investigadores. Émile Cartailhac, nos trabalhos de preparação da sua síntese sobre o megalitismo peninsular (Cartailhac 1886), esteve em Elvas, onde procedeu a trabalhos de exploração em algumas das antas do concelho (Sentinela 1881), no mesmo ano em que também Possidónio da Silva, fundador da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes, aí realizou escavações (Elvense 1881a).

Por outro lado, a forte presença militar na cidade contribui para a existência na sociedade elvense de uma *elite* com interesses culturais e eruditos, maioritariamente constituída pelo corpo de oficiais que, vindos um pouco de todo o país, foram colocados nos vários aquartelamentos de Elvas. A imprensa local, particularmente florescente na cidade nesta época⁴, é o veículo natural de expressão desta *elite* cultural, que engloba também funcionários municipais, como é o caso de António Thomaz Pires, ou lavradores abastados, como José da Silva Picão, que deixou uma importante obra no que diz respeito à etnografia regional (Picão 1903). Este grupo de homens, para quem a ideia de *Progresso* é fundamental (tanto quanto são aqueles que na sociedade do final do séc. XIX mais dele beneficiam) elegem a arqueologia, a par da etnografia e “folclorismo”, como território epistemológico preferencial, já que esta

⁴ São publicados de uma forma regular 5 periódicos: *O Progresso de Elvas* (mensal), substituído em 1886 por *A Folha de Elvas*, *O Elvense*, *A Sentinela da Fronteira*, *Correio Elvense* (hebdomadários) e um diário, publicado apenas entre 1893 e 1896, *Diário de Elvas*.

parece ser a confirmação material da realidade do progresso cultural e tecnológico ao longo da história da humanidade (Trigger 1989: 85).

Neste contexto, a figura de Victorino d'Almada, assume um carácter pioneiro, sendo a sua obra uma referência fundamental para todos os investigadores interessados na arqueologia da região.

Victorino de Sant'Anna Pereira d'Almada nasceu em Elvas em 1845, morrendo nessa cidade no último ano do séc. XIX, aos 54 anos de idade. Filho de militar, frequenta o ensino primário na Escola Regimental de Artilharia, inscrevendo-se em 1854 na escola de Manuel Justino Pires (pai de António Thomaz Pires), e assenta praça em 1861 no 2º Regimento de Artilharia de Elvas. A sua ascensão na carreira militar é marcada por alguma dificuldade de progressão (apesar dos louvores recebidos e excelência da folha de serviço) que deverá estar associada às suas origens, mais humildes do que as da maioria dos seus pares. De qualquer das formas, ingressa na carreira de oficiais em 1866, sendo reformado como capitão quartel-mestre em 1897 (Gama 1971: 3-11).

Músico amador, é como redactor principal d' *O Elvense* que adquire notoriedade na cidade, sendo também correspondente de alguns jornais de Lisboa⁵. Quando em 1884 é enviado ao município de Elvas um questionário sobre quais os edifícios do concelho que deveriam ser conservados como monumentos públicos, é Victorino d'Almada que é chamado, em conjunto com Francisco de Paula Santa Clara, para informar esse assunto⁶ (Elvense 1887b). Em 1879 é convidado para assumir o cargo de vogal na comissão instaladora da Biblioteca Municipal de Elvas, que no ano

⁵ *Diário Ilustrado*, com a rubrica “Cartas Elvenses”

Jornal do Comércio, com a rubrica “Cartas”

⁶ Na lista proposta constam as antas conhecidas no concelho e vestígios da dominação romana (lápides, um baixo relevo e ainda “na cerca do castello ou alcáçova restos de muros, alguns arcos e torres e outros monumentos que são de construção romana)

seguinte passou a integrar uma “Secção de Arqueologia”, da qual é herdeiro o actual Museu Municipal António Thomaz Pires. O seu trabalho na área de arqueologia no concelho de Elvas é reconhecido em 1881 com a eleição como sécio correspondente da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes, a par de António Thomaz Pires.

O grande projecto de trabalho de Victorino d’Almada foi a produção de um dicionário de história e geografia elvense, intitulado - *Elementos para um dicionário de Geographia e História Portuguesa: concelho de Elvas e extintos de Barbacena, Vila Boim e Vila Fernando* (Almada 1888-1891). Neste livro se registaria a “história completa [de Elvas], reunindo em um só livro factos e notícias curiosas, que lhe dizem respeito, e que estavam por muitos documentos disseminados ou permaneciam inéditos” (Elvense 1888).

Deste volume apenas foram publicados os três primeiros tomos, até à B, entre 1888 e 1891. Não sabemos por que razão o resto da obra terá ficado inédita, mas provavelmente terão sido motivos económicos a ditarem tal facto, já que esta foi uma edição de autor, que terá tido alguma dificuldade em rentabilizar (cf. Elvense 1888 e Gama 1971, *passim*). Na Biblioteca Municipal de Elvas encontram-se contudo os manuscritos da totalidade da obra, um conjunto de “papelinhos”, assim designados pelo autor, relativos cada um deles à entrada correspondente do *Dicionário* (Almada s.d.). Por outro lado, o *Dicionário* corresponde à sistematização actualizada de toda a informação de carácter histórico, geográfico e etnográfico recolhida por este erudito elvense desde 1870 e que foi publicando no jornal *O Elvense*, sob o título genérico – *Apontamentos para a Chronica da Cidade d’Elvas* (Almada 1880-1883). A organização deste conjunto de artigos é cronológica, e não alfabética como no *Dicionário*, dos “monumento pré-históricos” à época medieval, com particular destaque para os “vestígios da dominação romana”.

A maioria dos sítios arqueológicos conhecidos no território do actual concelho de Elvas têm a sua primeira referência nos escritos de Victorino d’Almada. Além de

uma pesquisa sistemática das fontes escritas, este autor compila exaustivamente todas as notícias de achados arqueológicos que ocasionalmente se registam na região. E, conforme se depreende de algumas notícias publicadas na imprensa local, Victorino d'Almada terá realizado algumas “excavações d'exploração” em sítios arqueológicos, nomeadamente em monumentos megalíticos (cf. *O Elvense* 1881, 1883). Os “papelinhos” de Almada, em conjunto com a suas obras publicadas, são pois um importante repositório de informação para a contextualização dos achados arqueológicos que foram recolhidos para o Museu de Elvas e Museu Nacional de Arqueologia, além de que fornecem indicações topográficas que permitem localizar com alguma segurança sítios arqueológicos hoje destruídos ou “invisíveis” na paisagem.

A informação recolhida por este autor é fruto de um profundo conhecimento do terreno, que a condição de “investigador local” sem dúvida privilegia. A polémica sobre a autoria da descoberta de três inscrições romanas (*O Elvense* 1887;1887a) que Borges de Figueiredo atribui a F.R. Paz Furtado e considera inéditas (Figueiredo 1887:97) mas que tinham sido já publicadas anteriormente por Victorino d'Almada (Almada 1880; 1881), demonstra uma certa clivagem, já referida anteriormente, entre a actividade arqueológica realizada sob a égide de instituições nacionais de carácter centralista e aquela que é levada a cabo pelos investigadores locais⁷. Naquilo que importa a este trabalho - ou seja, a tentativa de estabelecer um “grau de fiabilidade” das fontes utilizadas - e deixando de lado uma discussão que se pode situar quase no plano ideológico, julgando esta ou aquela tendência da historiografia arqueológica à luz do presente, parece importante ressaltar a proximidade que Victorino d'Almada tinha das realidades locais, o que pode resultar num elevado grau de confiança na informação por ele veiculada.

⁷ Sobre esta clivagem veja-se Fabião 1999:111-115)

Contemporâneo de Victorino d'Almada, António Thomaz Pires é outra das figuras incontornáveis da arqueologia elvense na viragem do séc. XIX para o séc. XX. Filho de Manuel Justino Pires, professor e escrivão da Secretaria da Câmara, em 1868, com 18 anos de idade, assume o lugar de ajudante do pai, progredindo na carreira de funcionário municipal até ascender ao cargo de Escrivão dez anos mais tarde (Gama 1964: 15-17).

Tal como Victorino d'Almada, António Thomaz Pires escreve nos jornais regionais sobre temas de arqueologia e acompanha as “excavações d'exploração” realizadas em alguns monumentos megalíticos da região. A sua produção escrita é contudo mais significativa na área da etnografia, filologia e folclore. Publicado em volume postumamente, os seus *Estudos e notas Elvenses: excertos de um estudo sobre a toponymia elvense* (Pires 1931) repetem a fórmula do *Dicionário* de Almada (artigos organizados alfabeticamente em função da toponímia), não acrescentando muito mais informação à que tinha sido publicada por aquele autor, havendo mesmo passagens que são transcrições literais quer dessa obra, quer do *Theatro Histórico* de Aires Varela.

No entanto, Thomaz Pires tem um papel fundamental no desenvolvimento da arqueologia elvense com a instalação do “Museu Archeologico de Elvas”, hoje Museu Municipal António Thomaz Pires. A sua posição enquanto funcionário municipal garantiu-lhe o enquadramento institucional necessário para a afirmação do museu e tornou-o o interlocutor preferencial do Museu Ethnologico Português na região. Mantém uma correspondência assídua com José Leite de Vasconcellos (Gama 1964) e logo desde o início da publicação do *Archeologo Portuguez* se incluem notícias sobre as aquisições do Museu de Elvas (Vasconcellos 1896) ou de colecções particulares da cidade (Vasconcellos 1895). Algumas peças de Elvas, sobretudo epigrafia, foram integradas nas colecções do Museu Nacional, fruto da colaboração de António Thomaz Pires com Leite de Vasconcellos (Gama 1964: 131, 180, 247).

Mas é sobretudo a publicação em 1901, no *Archeologo Portuguez*, do “Catálogo do Museu Archeologico de Elvas” (Pires 1901) que garante a maior projecção à arqueologia de Elvas. A sistematização, numa publicação de referência, de toda a informação relativa às peças em depósito no Museu garantiu a inclusão dessa informação em obras de síntese que, por sua vez, se constituem elas próprias como referência (Alarcão 1988; Gorges 1990, AAVV 1995). No caso da *uilla* da Quinta das Longas (22), por exemplo, é o facto de ser referida por Thomaz Pires⁸ como proveniência de materiais como mosaicos e elementos escultóricos em mármore que faz com que seja inequivocamente identificada como *uilla* e incluída nos repertórios correspondentes (Pinto 1934; Gorges 1990). Já o Correio-Mor (29), da qual são visíveis significativas estruturas de circulação e armazenamento de água, e outros vestígios que indicam estarmos perante uma grande *uilla*⁹, por não ter quaisquer materiais em depósito no Museu, ficou de fora do catálogo de Thomaz Pires e, conseqüentemente, de todas as sínteses posteriores.

A “idade de ouro” da arqueologia elvense estende-se até às primeiras décadas do séc. XX, sendo 1915 a data da edição impressa do *Theatro Histórico* de Aires Varela, preparada por António Thomaz Pires. Nas décadas de 20 e 30 não há notícia de trabalhos arqueológicos em Elvas, o que aliás não é de estranhar tendo em conta a conturbada realidade social e política desta época em Portugal.

No entanto, o interesse pela história antiga e pela arqueologia não terá desaparecido completamente no termo de Elvas, sendo importante referir aqui a figura de Alfredo de Andrade, pintor, arquitecto e professor de Artes em Itália, que instalou

⁸ Recorde-se que a identificação do sítio se fica dever a Victorino d’Almada, que observou e recolheu para o Museu os materiais aquando de uma surribo para plantio de vinha. Embora a entrada relativa à Quinta das Longas faça parte de um dos tomos não publicados do *Dicionário*, a informação que consta dos “papelinhos” manuscritos do autor foi dada à estampa no *Elvense* (Almada 1883).

⁹ Cf. Cap. , pp....

na Herdade de Fontalva uma exploração agrícola que pretendeu ideal, uma combinação perfeita entre as comodidades da vida na cidade e os progressos económicos de um mundo rural que acreditava ser um potencial ímpar de desenvolvimento em Portugal (Andrade 1948). Os ideais e interesses desta singular personagem, responsável pela introdução de importantes inovações na agricultura regional (desde técnicas de cultivo a novas espécies, com particular destaque para a abertura da região de Elvas à mecanização agrícola), foram levados à prática pelo seu filho, Rui de Andrade, que administrou a herdade de Fontalva nas décadas seguintes, prestando grande atenção ao património arqueológico que aí existente.

No espaço desta herdade, que em 1910 abrangia 4 000 ha, encontram-se vários monumentos megalíticos e sucessivos trabalhos agrícolas e de construção puseram a descoberto vestígios de ocupação desde a época paleolítica (Paço 1936-1937) até à época visigótica (Paço e Ferreira 1951). Todo o espólio recolhido foi oferecido pelos proprietários ao Museu dos Serviços Geológicos, sendo assim divulgado junto de especialistas não só nacionais como internacionais. Quando, em 1938, H. Neumann Savory demonstra interesse em “conhecer algumas antas *in loco* e, se possível fosse assistir a escavações em algumas” (Paço, Ferreira e Viana 1957: 112), Fontalva surge como opção natural, não só pela riqueza arqueológica do sítio como pela disponibilidade e interesse do proprietário.

Ao mesmo tempo que as “Antiguidades de Fontalva” são começadas a estudar por investigadores ligados à “Escola dos Serviços Geológicos”, como Eugénio Jalhay, Afonso do Paço ou O. da Veiga Ferreira e, posteriormente, são divulgadas em publicações de referência portuguesas e espanholas¹⁰, localmente assiste-se a um crescente interesse pela investigação arqueológica, levada a cabo por elementos que

¹⁰ *Revista de Guimarães* (Paço 1936-37; Ferreira 1951 e 1966; Paço e Ferreira 1951)

ocupam posições de algum destaque na sociedade elvense como António Dias de Deus ou o P^o Henrique da Silva Louro (Deus, Louro e Viana 1955: 568).

António Dias de Deus era funcionário superior da Colónia Correccional de Vila Fernando e, em 1934, em colaboração com outro funcionário da mesma instituição, António Luís Agostinho, inicia pesquisas arqueológicas nos arredores de Vila Fernando, com a exploração da anta de Genemigo (Viana 1950: 290). Até 1940, este “sagaz embora modesto pesquisador” (idem: 289) dedica-se ao megalitismo, marcando esse ano o alargamento do âmbito cronológico das pesquisas, que passaram a incluir também “restos de edifícios e de hidráulica agrícola, necrópoles de incineração com simples enterramentos de urnas cinerárias, e necrópoles de sepulturas propriamente ditas” de época romana (Deus, Louro e Viana 1955: 568). A estas pesquisas associa-se também o P^o Silva Louro, pároco de Vila Fernando, sobretudo no que diz respeito ao sítio da Terrugem, notável pelos seus vestígios paleo-cristãos que terão despertado o interesse deste investigador (Louro 1948), e do Carrão (Viana 1950: 296).

A acção destes homens é fundamental para o conhecimento da realidade arqueológica da região de Elvas. A condição de residentes permite-lhes estar constantemente em contacto com “os acasos dos trabalhos agrícolas [que] revelam a existência de monumentos e estações arqueológicas” (Viana 1950: 289). As décadas de 40 e 50 representam uma época de grande transformação na paisagem rural alentejana, com a generalização da mecanização da agricultura e as grandes campanhas de “despedrega” para plantio de cereais, que dão uma visibilidade inusitada aos vestígios arqueológicos existentes no subsolo. Na região de Elvas, esta paisagem em mutação é observada atentamente numa perspectiva arqueológica por

Zephyrus (Paço, Ferreira e Viana 1957)

António Dias de Deus que, “bem relacionado com a população do termo elvense, raro surgirá por ali coisa de interesse cuja notícia não [lhe] seja levada, preste [acodindo] ao local, não se poupando a incómodos e a despesas de deslocação, de gratificações aos alvisssareiros e de jornas aos cavadores” (Viana 1950: 289).

Todo este trabalho de A. Dias de Deus não teria eventualmente ultrapassado a dimensão da curiosidade local sem a sua associação a uma das figuras mais emblemáticas da história da arqueologia em Portugal: Abel Viana. Este minhoto, nascido em Viana do Castelo em 1896 que, após uma curta experiência como comerciante no Brasil, regressa a Portugal e termina em 1917 o curso de Magistério Primário, fixa-se em 1938 em Faro como Director do Distrito Escolar. Ocupa mais tarde o mesmo lugar em Setúbal, acabando por se instalar definitivamente em Beja em meados da década de 40 (Ferreira 1964: 172-173). Em finais de 1948, Domingos Lavadinho¹¹ fala a Abel Viana no trabalho de António Dias de Deus, que oferecera ao museu elvense numeroso espólio recolhido no decurso das suas pesquisas. Abel Viana desloca-se a Elvas no verão de 1949, a fim de estudar essa colecção, conhecendo então Dias de Deus.

Consciente da importância do trabalho de António Dias de Deus e da quantidade de informação que este possuía sobre uma região de grande interesse arqueológico, Abel Viana inicia com este investigador um trabalho de colaboração extremamente fértil, relativo ao qual existe uma dezena de títulos publicados, entre 1950 e 1957¹² (cf. Oliveira 1984: 72-73). Deixando de lado a investigação realizada em sítios de ocupação pré-histórica, no que diz respeito ao tema que nos ocupa são fundamentais os trabalhos de escavação levados a cabo por estes autores nas necrópoles “celtico-romanas” (para utilizar uma expressão dos autores) e nas *uillae* do Carrão e Terrugem. Para além destes, onde os trabalhos tiveram um carácter mais

¹¹ Então Director da Biblioteca Municipal de Elvas e Museu Arqueológico António Thomaz Pires

sistemático e continuado ao longo do tempo, identificam e caracterizam numerosos sítios de ocupação romana¹³, dos quais têm conhecimento, quer através das destruições parciais que sofrem em sequência de trabalhos agrícolas e de construção, quer no decurso de “excursões e visitas” que podemos considerar como trabalhos de prospecção orientada.

Extraordinários conhecedores de materiais arqueológicos de diferentes cronologias, reconhecem com facilidade os traços de ocupação antiga da paisagem e registam sistematicamente todos os elementos que consideram úteis para a caracterização dos sítios. Os trabalhos de A. Dias de Deus e Abel Viana são referências incontornáveis no estudo da ocupação romana do actual concelho de Elvas, sendo a informação por eles publicada muitas vezes fulcral para a interpretação de sítios arqueológicos hoje desaparecidos ou que dificilmente são notórios na paisagem profundamente antropizada do actual concelho de Elvas, constituindo uma base documental extremamente fiável porque alicerçada num profundo conhecimento do terreno¹⁴.

Dias de Deus, segundo Abel Viana, “não tinha apontamentos das suas numerosas investigações”. No entanto, “a sua viva memória” (Viana 1950: 290) e, sobretudo, a associação a Abel Viana, garantiram-lhe um lugar de destaque na história da arqueologia em Portugal. Os trabalhos publicados por esta dupla são particularmente ricos no que diz respeito às descrições dos sítios e trabalhos de escavação e já não tanto nos inventários e descrição do espólio exumado (Nolen 1988:

¹² Alguns publicados após a morte de A. Dias de Deus, que ocorreu em Abril de 1955.

¹³ Em alguns realizam sondagens pontuais: Herdade de Camagem (56); Atalaia dos Sapateiros (39); Horta da Serra (57) e Alcarapinha (37)

¹⁴ Semelhantes asserções podem fazer-se também à cerca da monumental obra de Mário Saa (1956-1967) que, pese embora interpretações duvidosas e generalizações abusivas sobre os dados recolhidos e uma estrutura formal algo confusa, constitui também um importante manancial de informação. No caso da área geográfica a que este trabalho diz respeito, pude confirmar no terreno, concretamente na área da Freguesia de S. Vicente e Ventosa, o rigor das descrições que Mário Saa faz dos sítios arqueológicos que identifica e da topografia envolvente.

14-15; Moutinho Alarcão 1988: 205; Frade e Caetano 1991: 849; Sepúlveda e Carvalho 1998: 238-242), assemelhando-se por vezes a “cadernos de campo vertidos para letra de forma” (Sepúlveda e Carvalho 1998: 241).

António Dias de Deus não teria também o enquadramento teórico e institucional que o então director do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, Manuel Heleno, julgou conveniente para o estudo de sítios tão importantes como a necrópole da Chaminé ou a *uilla* do Carrão. Face à espectacularidade dos sítios e do espólio neles recolhidos¹⁵, Manuel Heleno procura garantir que seja o Museu Nacional a realizar os trabalhos nestes locais e que os achados sejam integrados no mesmo, iniciando uma polémica sobre a autoridade científica para a realização de trabalhos arqueológicos em Elvas¹⁶.

Deixando de lado a análise dessa polémica, extremamente interessante do ponto de vista da história da arqueologia no nosso país, sobretudo no que diz respeito às relações institucionais entre os organismos de poder central na área da cultura e os investigadores que realizam os seus estudos à escala regional e local, importa salientar que o conjunto de trabalhos realizados por Abel Viana e António Dias de Deus nas necrópoles elvenses¹⁷ permitiu a constituição de um *corpus* de materiais arqueológicos que constitui um ponto de referência para o estudo da época romana na região.

A maior parte desses materiais encontram-se no Museu do Paço Ducal de Vila Viçosa, estando algumas peças no Museu Municipal de Elvas e Museu Nacional de

¹⁵ Carta de A. Dias de Deus a A. Viana em 29/10/949: “Esteve aqui três dias o Prof. Doutor Manuel Heleno que, por incumbência da Junta Nacional de Educação, observou e estudou as estações arqueológicas. Duma maneira geral está de acordo com o parecer do meu amigo. O que mais o impressionou foram as urnas. Nunca, disse, viu colecção mais linda e mais completa. Afirmou até que não há museu algum que possua tão rica colecção. Tirou cerca de 200 fotografias” (Viana 1956: 8)

¹⁶ Cf. Heleno 1951 (onde se transcreve o Parecer apresentado na sessão da 2ª Sub-Secção da 6ª Secção da Junta Nacional de Educação em 17 de Dezembro de 1949) e Viana 1956 (com excertos de correspondência de A. Dias de Deus a Abel Viana e uma carta de Manuel Heleno a Dias de Deus)

Arqueologia. Na década de 60 inicia-se o estudo sistemático deste espólio com a publicação na revista *Conimbriga da terra sigillata* (Moutinho Alarcão 1961), dos vidros (Alarcão e Moutinho Alarcão 1967), das lucernas (Moutinho Alarcão e Ponte 1976) e dos metais (Ponte 1986). A cerâmica de paredes finas em depósito no Museu de Vila Viçosa foi incluída na síntese de F. Mayet (Mayet 1975), sendo recentemente acrescentado a este conjunto o estudo de sete peças do Museu de Elvas (Sepúlveda e Carvalho 1998). A cerâmica comum, que representa o grosso do espólio recolhido, foi estudada por Jeannette Nolen que publica em 1985, sob a égide da Fundação da Casa de Bragança, uma obra que se constitui quase como um autêntico “manual” nos estudos de cerâmica romana no actual território português (Nolen 1985).

Os trabalhos de escavação de A. Dias de Deus e Abel Viana nas necrópoles da região de Elvas, e o posterior estudo sistemático do espólio recolhido, veio permitir que se tenham elementos para traçar uma imagem razoavelmente fiel dos ritos funerários no nordeste alentejano em época romana (cf. Frade e Caetano 1991). Os “erros” teórico-metodológicos que podem ser imputados a estes autores nos seus estudos deverão ser devidamente enquadrados no contexto da época na história por fazer da arqueologia em Portugal, conscientes que, nas palavras de Abel Viana, “os erros desfazem-se sempre e são condição de progresso” (Moutinho Alarcão 1988: 205). No que diz respeito ao “mundo dos vivos”, as informações que se podem retirar da obra publicada desta dupla de arqueólogos são mais reduzidas, mas constituem, como já foi dito, um importante manancial informativo que se presta a re-interpretações e, sobretudo, fornecem elementos preciosos que um trabalho de prospecção não revela.

¹⁷ A grande parte das necrópoles estudadas por estes autores encontram-se no território do concelho de Elvas; as necrópoles do Padrãozinho (Ciladas, Vila Viçosa), Cardeira (Jerumenha, Alandroal) e A-do-Rico (Degolados, Campo Maior) estão ausentes do presente trabalho pelas razões expostas em 1.1.1

Depois dos trabalhos de campo levados a cabo por Abel Viana e A. Dias de Deus, não volta a haver intervenções arqueológicas programadas no concelho de Elvas até à década de 90. Os sítios que são identificados posteriormente são postos a descoberto na sequência de trabalhos agrícolas ou de construção, como é o caso das *uillae* do Paço (31), que foi parcialmente destruído pela construção de uma conduta da barragem do Caia em 1968, ou a da Alfarófia (49), que dez anos mais tarde é arrasada pelo plantio extensivo de arroz. Destes sítios conhecemos pouco mais que a notícia de destruição (Arqueólogo Português 1967: 120; Santos 1968; Centro Elvense de Arqueologia 1978), sendo publicados no *Ficheiro Epigráfico* um fragmento de placa funerária do Paço (Maciel e Maciel 1985a) e um árula votiva que, embora recolhida na actual propriedade das Caldeiras (49a), estará directamente relacionada com a *uilla* da Alfarófia (Maciel e Maciel 1985b). Nestes últimos trabalhos os autores fazem referência ao “contexto arqueológico em que surgem” os testemunhos epigráficos, mencionando a barragem de Mor Alves (30) e também as *uillae* do Correio-Mor (29) e Botafogo (32)¹⁸.

Com a criação dos “Serviços Regionais de Arqueologia do Sul” do então IPPC, algumas destas destruições causadas pela actividade agrícola sobre os sítios arqueológicos são procedidas de intervenções de emergência. É escavado o que resta de uma necrópole no Monte do Alcobaça (35) e uma eventual *uilla* em São Romão (38). Em 1990 terá sido destruída uma *uilla* no Monte dos Chões (63), que não sofreu intervenção de emergência mas relativa à qual constam no processo, hoje em depósito no IPA, algumas informações relevantes para a sua caracterização. Destes sítios apenas conhecemos a publicação sumária do relatório da necrópole na *Informação Arqueológica* relativa ao ano de 1987 (Dias e Fernandes 1994), não havendo

¹⁸ Esta última já conhecida desde o séc. XIX por ser o local de proveniência de um sarcófago em mármore que se encontra no Museu de Elvas (Pires 1901: 212)

“vestígios de qualquer relatório” [sic] da intervenção de emergência que foi efectuada em Novembro de 1987 em S. Romão.

Mais recentemente, a aplicação da legislação sobre Estudos de Impacte Ambiental (EIA) ao património arqueológico determinou a realização de prospecções sistemáticas nas áreas do concelho de Elvas que viriam a ser afectadas por três grandes empreendimentos públicos: a rede nacional de gás natural, a auto-estrada A6 (Marateca / Elvas) e o empreendimento do Alqueva.

Tanto o gasoduto como a A6 se encontram já concluídos, tendo tido os trabalhos arqueológicos associados aos respectivos EIA's duas fases: prospecção sistemática da faixa do terreno correspondente ao traçado e aplicação de medidas de minimização dos impactes negativos da construção sobre sítios identificados. Dos sítios cartografados no percurso do gasoduto (Almeida e Souto 1996), foi considerada necessária a intervenção preventiva na *uilla* da Herdade das Pereiras (27) e sítio da Vinagreira (11). Os trabalhos de escavação deste último encontram-se já publicados (Bugalhão 1998: 133-134), estando disponível para consulta no Instituto Português de Arqueologia o relatório de trabalhos relativo à Herdade das Pereiras (Lopes 1996).

No que diz respeito à A6, foram identificados, no percurso em que este eixo atravessa o concelho de Elvas, três sítios com ocupação romana com níveis de afectação diferentes: Valbom (54), prevendo-se a sua destruição total sob o traçado, Monte da Nora (52), destruição parcial, e Ribeira de Mosqueiros (53), a sul do traçado com afectação da envolvente (Ecossistema 1996: 88). Nos dois primeiros foi proposta a realização de sondagens arqueológicas, contando o sítio da Ribeira de Mosqueiros com acompanhamento arqueológico em fase de obra.

A área do concelho de Elvas afectada pelo regolfo da barragem do Alqueva é muito limitada, abrangendo o limite sul da freguesia de Ajuda, Salvador e Santo

Ildfonso, sendo mínima a influência directa da subida do caudal do Guadiana (EDIA 1996). Os sete sítios de ocupação romana identificados¹⁹ não tiveram por isso qualquer proposta de medidas de minimização dos impactos ou de valorização (Idem: 2-6; 16-18), estando apenas caracterizados pelos trabalhos de prospecção (EDIA 1999: 131-136).

A primeira questão a pôr relativamente à leitura destes dados prende-se com o facto de que a escolha das áreas a prospectar obedeceu a critérios que nada têm a ver com a investigação arqueológica. Sendo esta uma arqueologia de carácter preventivo, o que se pretende é avaliar eventuais riscos sobre o património arqueológico na área afectada pelos empreendimentos e não mais que isso mesmo. Naturalmente isto resulta numa “falsa imagem” da distribuição dos sítios, já que estas faixas ou áreas de terreno constituem uma espécie de “oásis” de prospecção sistemática. Se no caso do gasoduto ou da auto-estrada isso não é tão notório, dado tratar-se de faixas de terreno relativamente estreitas e que atravessam todo o concelho, na reduzida área abrangida pelo empreendimento do Alqueva, a concentração de sítios arqueológicos tem uma expressão que não encontramos em qualquer outro ponto do concelho. Naturalmente que isso se fica a dever a esta ser a única área prospectada sistematicamente nesse amplo território, mas uma primeira leitura genérica da cartografia de sítios pode induzir em erro um leitor mais desavisado.

¹⁹ Monte do Sobral 4 (67)

Monte do Sobral 2 (68)

Monte da Cufeta (69)

Caldeiras do Guadiana (70)

Avessadas 3 (72)

S. Rafael (71)

Avessadas 4 (73)

Por outro lado, as condições em que são realizados estes trabalhos condicionam também a metodologia adoptada, o que introduz também alguns “ruídos” nesta cartografia. A actividade arqueológica associada a EIA’s é uma arqueologia a prazo, prazos impostos por donos de obra, por interesses que ultrapassam muitas vezes o que seria o ritmo “normal” de desenvolvimento destes trabalhos: é preciso fazer o máximo no mínimo tempo possível.

No caso da A6, por exemplo, nos dois sítios onde se apontava a necessidade de realização de trabalhos, as primeiras sondagens foram realizadas com recurso a meios mecânicos, numa tentativa de caracterização mais rápida dos mesmos. No sítio de Valbom, estas sondagens “não revelaram materiais arqueológicos nem estruturas” (Gonçalves 1998a), pelo que não foram programados quaisquer trabalhos adicionais, encontrando-se esta *uilla* hoje sob uma das principais ligações rodoviárias entre Portugal e o país vizinho. O facto das sondagens mecânicas, de 2 x 1^m, não terem sido conclusivas pode dever-se simplesmente ao que poderíamos chamar “má pontaria estratigráfica”. Pela descrição que A. Viana e A. Dias de Deus fazem do sítio na década de 50 (Deus, Louro e Viana 1955: 574) parece ter este sido uma *uilla*, ao que convém acrescentar que é o local de proveniência de uma placa funerária que se encontra actualmente no Museu de Vila Viçosa (Encarnação 1984: 653). Por outro lado, em 1997, no âmbito do projecto de investigação da *uilla* romana da Quinta das Longas, realizei trabalhos de prospecção em Valbom que verificaram a existência de uma ampla área de dispersão de vestígios à superfície cuja menor concentração, quando comparada com a do Monte da Nora, provavelmente se ficava a dever a um menor índice de perturbação pós-deposicional²⁰.

²⁰ Com efeito, na mesma ocasião, a prospecção realizada no Monte da Nora revelou uma maior densidade de vestígios à superfície que resultava, muito provavelmente, do facto do sítio já ter sido parcialmente destruído aquando da construção da E.N.243-1, tendo sido a pequena elevação onde se implantava “cortada” pelo cruzamento deste eixo viário com a E.N.4.

Também o confronto dos dados de prospecção apresentados pela equipa da EDIA relativamente ao sítio de S. Rafael (71) com a descrição que A. Viana, A. Dias de Deus e P^o Silva Louro publicam em 1955 sobre o mesmo local, causa alguma estranheza quanto à classificação como “pequeno habitat romano”. A referência a “vestígios de edificações com abundância de fragmentos de tégula” e um cemitério de inumação, com cerca de 20 sepulturas e uma “ara anaepígrafa, ornada com uma rosácea circundada por duas palmas” (Deus, Louro e Viana 1955: 96-97) levanta a hipótese de se tratar de um ponto de povoamento de maior importância do que aquela que lhe é atribuída pelos autores dos referidos trabalhos de prospecção.

1.2 Trabalhos de prospecção realizados e respectivo enquadramento

A base documental, sobre a qual pretendo efectuar uma leitura sobre o que foi o povoamento rural em época romana no actual concelho de Elvas, é constituída não só pelos dados que foram reunidos ao longo da última centena de anos pelos investigadores que a esta região se dedicaram, mas também por informação recolhida em trabalhos de prospecção por mim desenvolvidos. Estes trabalhos são enquadrados no âmbito de um projecto de OCRE que foi apresentado no ponto de Introdução a este trabalho.

À excepção dos trabalhos realizados mais recentemente, a informação sobre os sítios de ocupação romana do actual território de Elvas é abundante mas, na maior parte dos casos, não existem elementos seguros para a sua caracterização e mesmo localização. Nas publicações mais antigas, a localização dos sítios muitas vezes é feita apenas pela referência da toponímia, que se pode referir a um lugar circunscrito (povoação, lugar, etc.) ou, mais frequentemente, a uma propriedade fundiária da qual não é possível hoje estabelecer com segurança os limites. Por exemplo, as inscrições votivas dedicadas a Proserpina que se encontram no Museu de Elvas (46) provêm da “Herdade da Fonte Branca” (Vasconcelos 1895: 244), propriedade que hoje não existe e que englobaria a Quinta da Fonte Branca e as duas Hortas da Fonte Branca cartografadas na CMP 1:25000, folha nº 414²¹. Outro exemplo da dificuldade de localização de um sítio através da exclusiva referência ao topónimo é o caso do nome “Alcobaça”, que se repete em distintas áreas do concelho pela razão de corresponderem a terras que originalmente pertenceram “aos monges de Alcobaça, que em Elvas possuíram valiosas propriedades” (Pires 1931: 10). Outros sítios são

referenciados por topónimos antigos que não foi possível identificar na cartografia consultada, como o Cerrado dos Fangueiros (74) ou a Horta do Mexia (75).

A prospecção foi orientada preferencialmente para a confirmação de sítios mas, ainda assim, foram identificados oito sítios inéditos: Horta do Rangem (18), Pombal (19), Torre de Sequeira 2 (20), Longas 2 / Torre de Sequeira 1 (21), Horta do Rafael (23), Malhadas de Alcobaça (24), Ponte Lagarto (47) e Nora Úveda (48). O facto dos cinco primeiros se encontrarem num raio de 2 Km em torno da *uilla* romana da Quinta das Longas não é, naturalmente, uma coincidência. Essa área foi objecto de prospecção sistemática, já que um dos objectivos do projecto de investigação atrás referido é exactamente aceder a informação relevante para a definição do quadro territorial desta *uilla*, com vista a uma tentativa de delimitação do seu *fundus* e possíveis formas de exploração agrária do mesmo.

Analisando a distribuição de sítios de acordo com o tipo de localização (cf. carta correspondente no final deste volume) verifica-se aliás também uma maior concentração de sítios localizados no terreno na freguesia de S. Vicente e Ventosa, e freguesias limítrofes de Santa Eulália e Caia e S. Pedro, do que no restante território do concelho. Isto resulta também das condições em que os trabalhos de prospecção foram realizados, mais do que a uma melhor visibilidade ou grau de conservação dos sítios arqueológicos. Por razões que se prendem com a rentabilização dos (escassos) recursos disponíveis para a realização das prospecções, estes trabalhos coincidiram preferencialmente com a realização das campanhas de escavação arqueológica na *uilla* da Quinta das Longas. Sendo a equipa de escavação e de prospecção basicamente a mesma, partilhando os meios disponíveis para as duas tarefas, houve uma preferência, não intencional mas efectiva, pelas áreas geográficas mais próximas do sítio arqueológico em escavação. Por outro lado, da mesma forma que referi

²¹ 29 S PD 626 062, 630 063 e 631 064 respectivamente

anteriormente, a importância da condição de “investigadores locais” que tiveram Victorino de Almada ou A. Dias de Deus para seu efectivo conhecimento do terreno, também a presença continuada da equipa de trabalho na freguesia de S. Vicente e Ventosa desde 1991 potenciou aquilo a que chamaria um certo “grau de familiaridade com a paisagem” (conceito dificilmente explicável fora do plano meramente empírico) que não existirá talvez em outras áreas do concelho.

A coincidência dos trabalhos de prospecção com os de escavação implicou que estes fossem, também preferencialmente, realizados na mesma época do ano. Com algumas excepções no ano de 1999²², os trabalhos de prospecção realizaram-se durante o verão, mais concretamente entre os finais do mês de Agosto e meados de Setembro. Qualquer manual de arqueologia no capítulo relativo às prospecções de superfície recomenda sempre que se visite a região a estudar em épocas diferentes do ano²³. Isto prende-se naturalmente com a actual ocupação agrícola do solo, que determina que um mesmo sítio arqueológico pode ter graus de visibilidade muito diversos conforme o estado de desenvolvimento das culturas. No caso do concelho de Elvas, os meses de Agosto e Setembro não são certamente a altura ideal para realização de prospecções: as culturas, quer de regadio²⁴ quer de sequeiro, encontram-se na sua fase de maior maturação ou, quando já foi realizada a colheita, o terreno está coberto de restolho, já que as lavras para a preparação da sementeira seguinte só são realizadas normalmente durante o mês de Outubro, após as primeiras chuvas. Nas zonas de montado e áreas não cultivadas, é a vegetação espontânea

²² Ano em que foram interrompidos os trabalhos na Quinta das Longas devido à ausência de financiamento do projecto no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos e também de apoios pela parte da Câmara Municipal de Elvas.

²³ A título de exemplo, veja-se Gallay 1986: 268-272 ou Renfrew e Bahn 1991: 63-78.

²⁴ Convém assinalar que há áreas do concelho onde se pratica uma agricultura intensiva de regadio, com particular destaque para a produção de milho e arroz, concretamente na área de confluência do Caia com o Guadiana, onde se situam os terrenos de melhor aptidão agrícola (cf. 1.2.2)

extraordinariamente densa, nomeadamente os cardos e o funcho, que dificulta a visibilidade dos vestígios arqueológicos e por vezes mesmo a progressão no terreno.

Assim, alguns dos sítios bem conhecidos através da bibliografia não puderam ser reconhecidos no terreno devido às más condições de visibilidade do solo. O caso mais paradigmático desta situação é talvez o de Fontalva (5), onde inequivocamente se situa um importante sítio arqueológico de época romana que se encontra aparentemente invisível no terreno. Segundo as indicações fornecidas pela bibliografia, o sítio arqueológico localiza-se na “elevação onde assenta o gracioso palácio” (Paço e Ferreira 1951: 11), exactamente sob um frondoso bosque que Alfredo de Andrade mandou plantar de modo a garantir um enquadramento agradável para a casa de habitação (cf. Andrade 1948: 77). A possibilidade de identificar quaisquer vestígios arqueológicos nessa área é praticamente nula. Apenas no sítio do Monte Velho de Fontalva, situado num colina fronteira ao Monte de Fontalva, que apresenta um coberto vegetal mais escasso, foi possível identificar vestígios arqueológicos à superfície²⁵. Igualmente a *villa* da Ovelheira (62), se não tivesse imponentes estruturas conservadas à superfície, estaria praticamente invisível sob a vegetação que cobre o local²⁶, o mesmo podendo dizer-se da Horta do Rafael (23). Noutros locais, a existência de ocupação romana é apenas atestada pela presença de materiais “notáveis” junto às casas do monte, como é o caso de Vila Covinha (10) ou Silveira (16), onde se encontram, respectivamente, um silhar em granito e mó e uma fuste de coluna em mármore e peso de lagar. Provenientes certamente das imediações²⁷, foram encontrados durante a execução de trabalhos agrícolas em

²⁵ Este sítio, embora na respectiva ficha o tenha considerado inédito, poderá não o ser num sentido estrito da palavra já que alguns dos materiais publicados provenientes “de Fontalva” podem ter sido aqui recolhidos.

²⁶ O cálculo da área de dispersão e vestígios neste sítio foi efectuado com recurso à informação veiculada por A. Viana e A. Dias de Deus, bem como a informações orais

²⁷ Convém contudo ressaltar a hipótese destes materiais poderem ser transportados a alguma distância, já que são exactamente levados para as casas de habitação pelo seu carácter excepcional. Se o

terrenos que não revelaram qualquer vestígio arqueológico durante a prospecção realizada, possivelmente devido ao estado das culturas que os cobrem.

Por todas estas razões, a cartografia dos sítios agora apresentada é um instrumento de trabalho com alguns constrangimentos de leitura. Apenas 26 dos sítios arqueológicos foram localizados no terreno e, mesmo assim, em alguns não foi possível realizar todas as observações consideradas relevantes para a caracterização dos sítios (nomeadamente a determinação da área de dispersão de vestígios à superfície). Em 17 dos casos analisados, a informação publicada é suficiente para uma localização segura dos sítios arqueológicos. Tratam-se naturalmente dos sítios que foram objecto de trabalhos mais recentemente, reflectindo uma preocupação contemporânea de localização e cartografia exactas dos locais intervencionados. Contudo, por vezes a informação tem um carácter aparentemente contraditório, como é o caso do sítio de S. Romão (38), cuja localização aqui se faz de acordo com as coordenadas apresentadas no processo relativo à intervenção de emergência realizada em 1987, embora a descrição que P^e Silva Louro apresenta aponte para a margem oposta da ribeira, entre esta e o marco geodésico da Rocha Branca. (Louro 1966: 5).

A localização da maioria dos sítios considerados é apenas estimada e, conseqüentemente, a sua caracterização é limitada à informação disponível através dos dados publicados, que nem sempre contempla os itens que foram considerados relevantes para a análise que a partir deles me proponho fazer. Este facto deve-se sobretudo aos constrangimentos encontrados para a realização dos trabalhos de prospecção, que resultaram na constituição de uma base documental excessivamente débil no que diz respeito à fiabilidade da informação recolhida. É, sem dúvida, o

proprietário do terreno em que foi achado uma coluna em mármore não habita o monte mais próximo, que se encontra abandonado ou arrendado a outrém, poderá transportar o achado para a casa onde reside (permanente ou sazonalmente), eventualmente afastada.

principal ponto fraco deste trabalho, tanto mais que se situa exactamente ao nível dos “alicerces”. No entanto, salvaguardada a devida contextualização dos dados que lhe servem de base, parece-me importante apresentar uma leitura do espaço rural do actual concelho de Elvas com base na informação disponível neste momento da pesquisa. Leitura que se assume como uma primeira leitura, que irá necessariamente ser completada e revista com o prosseguimento dos trabalhos num projecto de estudo que se projecta para além do presente trabalho académico.

2. Questões de método

Survey fans are fiercely proud of their type of work, being conscious of the fact that excavators consider survey a poor relation, and that excavation is the only way to be sure what lies beneath the surface. In fact each method has different strengths: excavation tells you a lot about a small area, survey tells you a little about a big area.

Paul Bahn (1989)

- *Bluff your way in Archaeology*

2.1 Tipologia de sítios / hierarquias / territórios: conceitos utilizados e limites de abordagem

A paisagem rural romana contemplava, certamente, uma multiplicidade de situações no que diz respeito às formas de exploração do solo e aos núcleos de povoamento a elas associados. A ideia de que ao período romano corresponde um mundo rural uniforme, com a *uilla* como modelo único dentro do quadro das explorações agrícolas, não resiste a uma simples análise fundamentada na observação de qualquer sociedade de base agrária, para já não falar no facto de ser desmentida pelas fontes escritas (cf. White 1970: 18-31) e pela realidade arqueológica observada em distintas partes do Império (Green 1986: 88-94). Contudo, se esta asserção surge evidente do ponto de vista teórico, nem sempre é fácil interpretar os testemunhos de ocupação rural romana tendo em vista um quadro de referência que nos escapa, que foi sofrendo evoluções ao longo do tempo e adaptações às condições geográficas nas quais se inseria.

Uma questão fundamental para a tentativa de compreensão dos modelos de povoamento de carácter rural é o estabelecimento de uma tipologia de sítios. Os

agrónomos latinos¹ utilizam um termo único para referir uma propriedade agrícola – *uilla, ae* –, embora a essa designação correspondessem tipos diferentes de estabelecimentos rurais (Gorges 1979: 12). Além das *uillae* entendidas no sentido clássico da expressão², existiriam propriedades de média e pequena dimensão a que corresponderiam habitações de características mais modestas e formas de exploração agrária também diversa. Ainda há a considerar que numa propriedade agrícola de grande e média dimensão existem sempre pequenos sítios dependentes que servem de apoio às várias actividades desenvolvidas no seu termo.

Embora o estudo do mundo rural romano no território actualmente português tenha tido como interesse preferencial as grandes *uillae* e, dentro destas, as estruturas monumentais da sua *pars urbana* (Carvalho 1993: 280), à medida que se têm multiplicado estudos de âmbito regional, vão surgindo dados que permitem identificar sítios de ocupação rural romana de “2ª ordem”, que não se enquadram na definição clássica de *uilla*³. Conquanto todos os autores estejam de acordo na necessidade da definição de uma tipologia de sítios que permita reflectir as diferentes estruturas de povoamento rural, não existe uma uniformidade relativamente ao número de categorias consideradas e respectivas relações hierárquicas e funcionais, terminologia, ou dos critérios que determinam as suas classificações. A questão torna-se tanto mais delicada quanto estes sítios são conhecidos maioritariamente através de trabalhos de prospecção de superfície.

¹ Catão, - *De agricultura*.

Varrão - *De re rustica*.

Columela - *De re rustica*.

Paládio - *Opus agriculturae*.

² i.e., correspondendo, com mais ou menos adaptações, ao modelo definido pelos autores antigos.

³ Sendo esta uma das “questões recentes” da arqueologia clássica portuguesa, recorde-se que data dos anos 60 a primeira escavação de um sítio rural de “2ª ordem”, o Curral dos Cães em Montemor-o-Novo (Paço e Lemos 1962), sendo da década seguinte o primeiro trabalho de síntese em que esta questão é levantada (Alarcão 1976: 23-27).

A posição mais comum é considerar uma tipologia tripartida, considerando para além das *uillae* e dos seus estabelecimentos dependentes (que serviriam de apoio às actividades agro-pastoris do *fundus*), também propriedades autónomas de média dimensão, em regime de exploração unifamiliar. Num trabalho recente, J. Alarcão propõe a existência de duas categorias diferentes de propriedade autónoma de dimensões inferiores à *uilla*, cuja diferença radica sobretudo na dimensão da propriedade explorada – 10 a 50 no caso das granjas, e 2/3 a 10 hectares para os casais – e no tipo de estruturas da sua área habitacional, bem como nos materiais arqueológicos recolhidos, indicadores de hábitos de consumo e padrões socio-culturais distintos (Alarcão 1998).

Atendendo exclusivamente às fontes escritas, apenas encontraríamos na paisagem rural romana *uillae* e os seus anexos, incluído *tuguria*⁴ dispersos pelo *fundus*. De uma forma simplista, ainda que concordante com as fontes, poder-se-ia utilizar a expressão *uilla* para qualquer estabelecimento⁵ rural, assumindo esse termo um carácter abrangente, distinguindo apenas pequenas, médias ou grandes *uillae*. Contudo, a constatação em registo arqueológico de uma realidade mais complexa em termos de exploração agrícola do solo, criou a necessidade de usar designações diferentes para cada tipo de estabelecimento rural identificado.

Na ausência de designações latinas nas fontes da época, generalizou-se utilização de termos contemporâneos para as propriedades agrícolas de média e pequena dimensão, utilizando os autores anglo-saxónicos as expressões *farm* ou *farmsted*, que têm o termo correspondente *ferme* em língua francesa. No que diz respeito ao autores portugueses, existe uma oscilação entre a utilização dos termos quinta e casal (cf. o quadro-síntese apresentado por J. Bugalhão 1998: 126),

⁴ Segundo designação de Isidoro de Sevilha.

⁵ Utiliza-se esta expressão no sentido em que *asentamiento* é utilizada na bibliografia arqueológica espanhola, ou *settlement* em inglês.

propondo-se ainda a já referida designação granja, esta última na asserção de média propriedade, enquanto se reserva casal para as pequenas propriedades (Alarcão 1998: 93-94).

Os sítios dependentes que integram as propriedades de grande ou média dimensão, aparecem na bibliografia portuguesa como abrigos (Mantas 1986: 207), cabanas (Lemos 1993: 421) ou ainda com a designação mais genérica de pequenos sítios (Lopes, Carvalho e Gomes 1997: 140) ou anexos de *uillae* (Alarcão 1998: 96). Estes ocupam o último lugar numa hierarquia de povoamento rural que tem a *uilla* como extremo oposto.

Intimamente relacionada com a questão da hierarquia das propriedades rurais está o regime de posse da terra. Se é óbvio que as *uillae* representam unidades de produção em regime de propriedade plena, já as médias e pequenas propriedades podem ser exploradas em regime de arrendamento (Alarcão 1990: 419-422; Fabião 1992: 272), ocupando uma posição subordinada em relação à grande exploração agrícola a que pertencem. As *uillae* recorreriam à mão-de-obra assalariada e servil para a exploração do seu território, podendo as propriedades de média dimensão também recorrer a mão-de-obra assalariada, enquanto as pequenas seriam certamente de exploração familiar.

No que diz respeito ao presente trabalho foram consideradas três categorias: a *uilla*, o casal e as cabanas. A distinção entre dois tipos propriedade além da *uilla* parece demasiado difícil de estabelecer exclusivamente através de dados de prospecção de superfície. Conforme será discutido mais à frente, factores deposicionais e pós-deposicionais podem alterar significativamente a visibilidade dos sítios do ponto de vista arqueológico, mascarando sítios de ocupação diversa sob a mesma aparência à superfície. Sendo as diferenças entre uma pequena *uilla* e uma grande granja, ou entre um grande casal e uma pequena granja, possivelmente muito ténues – conforme admite o próprio autor desta proposta classificativa (Alarcão 1998:

94) –, parece mais prudente considerar apenas duas categorias.

A opção pela designação casal em vez de quinta⁶ prende-se com o facto deste termo ter de alguma forma já cristalizado na bibliografia portuguesa. Estes sítios serão propriedades agrícolas autónomas – em regime de propriedade plena ou arrendada – mas que não se integram o *fundus* de qualquer *uilla*. A escolha da designação cabana segue a lógica da utilização de termos contemporâneos⁷. Não havendo uma uniformidade na utilização de termos equivalentes na bibliografia portuguesa, aqui a opção seguiu de perto uma obra de referência para a etnografia da região, onde se explica que “o termo cabana é um nome genérico que se aplica indistintamente a todos os casarões que se adaptam a qualquer uso” dentro das “acomodações agrícolas e pecuárias” dos montes norte-alentejanos (Picão 1903: 30-36).

As *uillae* são propriedades agrícolas que exploram um território mais ou menos vasto e que se caracterizam sobretudo pela transposição dos ideais da cultura urbana para o campo, materializados na estrutura arquitectónica da sua área residencial. As dimensões e formas de exploração dos seus *fundi* seriam muito variáveis, dependendo de várias ordens de factores.

A definição dos critérios utilizados para a classificação de um determinado sítio como *uilla* tradicionalmente passa pela constatação de uma ampla área de dispersão de vestígios à superfície e pela identificação de elementos de arquitectura notáveis como mosaicos, colunas, indícios de existência de edifícios termais, bem como de bens de luxo (Gorges 1979: 13-17). Contudo, estes podem ser apenas “indicadores de acumulação de riqueza aplicados a bens móveis ou a objectos de prestígio” podendo estar presentes em outro tipo de estabelecimentos que não

⁶ Que seria simplesmente a tradução das palavras *farm* ou *ferme*, esta última utilizada nos trabalhos de Michel Ponsich sobre a área do Baixo-Guadalquivir (Ponsich 1974-1991) ou pela equipa luso-francesa responsável pelo estudo da área da *uilla* de S. Cucufate (Alarcão, Étienne e Mayet 1990).

necessariamente *uillae* (Lemos 1993: 383). No caso dos mosaicos, cuja simples identificação é responsável pela classificação de muitos sítios como *uillae* (sabendo-se por vezes pouco mais que isso sobre eles), é importante salientar que esse é um critério que deve ser aferido cronologicamente, já que só surgem nas *uillae* da área que nos ocupa no Baixo-Império (Rodríguez 1999: 126). A presença de cerâmica de importação e a inclusão em circuitos de circulação monetária também não é exclusiva das *uillae*, como a escavação do já citado sítio do Curral dos Cães demonstrou (Paço e Lemos 1962).

Os casais são propriedades agrícolas autónomas de carácter unifamiliar que exploram uma área de recursos inferior à *uilla* e cuja área residencial terá características mais modestas em termos de dimensão, estrutura e tipo de materiais utilizados. Conforme já foi referido, poderão ser explorados pelo próprio núcleo familiar que os habitam ou recorrer a mão-de-obra assalariada. Em termos de regime de posse de terra, haveria certamente situações de propriedade plena ou concessão em regime de arrendamento.

A definição do casal faz-se normalmente pela negativa, ou seja, é o sítio onde não são identificados elementos que permitem identificar uma *uilla* (Mantas 1986c: 202; Alarcão, Étienne e Mayet 1990: 158; Ponsich 1991: 39; Aguilar e Guichard 1993: 25; Alarcão 1998: 95-96). Além deste critério parece-me importante juntar um outro: o da implantação e respectivos recursos explorados. O estudo da ocupação romana da área de Serpa demonstrou que os casais se situam em zonas de piores recursos agrícolas, “na transição dos solos de boas aptidões agrícolas para os solos pobres (tipo E) em áreas onde o relevo se torna mais ondulado, ocupando aí, quase sempre o topo dos cabeços. Relativamente às *uillae* posicionam-se na sua periferia, desenhando como que uma cintura entre os terrenos ocupados e os solos pobres,

⁷ Embora o termo *capanna* seja referido por Isidoro de Sevilha.

vazios de povoamento neste período (Lopes, Carvalho e Gomes 1997: 149). Este tipo de implantação fora já notado na área de Vila de Frades (Mantas 1986: 206-207), podendo extrapolar-se também para a área de Elvas.

As cabanas corresponderão estabelecimentos rurais de apoio à exploração de propriedades de grande ou média dimensão, relacionados com actividades agrícolas, pecuárias, ou pastoris, podendo ter ocupação contínua ou sazonal. Estes sítios são constituídos por estruturas humildes em termos de dimensão e materiais e técnicas de construção utilizados, podendo apresentar uma cobertura de telha ou materiais perecíveis. Normalmente são identificados pela exiguidade da área de dispersão de vestígios à superfície e pela ausência de materiais arqueológicos para além da cerâmica de construção e comum. Por essa razão parecem referidos com *sites à tegulae* na monografia de S. Cucufate, chamando a atenção os autores dos trabalhos de prospecção que estas áreas de concentração de cerâmica de construção romana podem representar reutilizações desses materiais em época medieval e moderna (Alarcão, Étienne e Mayet 1990: 159), hipótese também levantada para a região de Serpa, onde se admite que alguns dos pequenos sítios identificados “possam testemunhar a presença de necrópoles, bem como a possibilidade de alguns camuflarem realidades bem mais complexas” (Lopes, Carvalho e Gomes 1997: 140).

Esta questão, levantada pelos autores que se dedicaram ao estudo do povoamento romano da margem esquerda do Guadiana, é particularmente importante no contexto das leituras do espaço rural a partir de dados de superfície. Não só um pequeno sítio, identificado como tal pela pequena área de dispersão de vestígios e monotonia das séries materiais recolhidas, pode esconder realidades complexas, como também o reconhecimento de uma grande área de dispersão de vestígios, com grande variedade de materiais arqueológicos em termos cronológicos e funcionais, pode não corresponder a um sítio de grande importância no contexto rural da sua época, mas simplesmente a significativas perturbações pós-deposicionais que trouxeram à superfície uma variedade e quantidade de elementos que eventualmente também

estariam presentes em outro qualquer “pequeno sítio” identificado. Por vezes, as razões que justificam as diferenças notadas entre padrões de povoamento antigo em regiões diversas podem ser encontradas na história recente da ocupação agrícola do solo, que dão um diferente grau de visibilidade a uma realidade que seria semelhante em época romana (Green 1986: 71).

Naturalmente que esta argumentação poderá ser levada até ao limite, chegando mesmo alguns autores a afirmar que, no que diz respeito à importância dos dados de uma prospecção de superfície, a excepção é a existência de uma eventual correlação entre a superfície e o que está no sub-solo (Djindjian 1991: 43). Não é aquilo que me proponho fazer, tanto mais que a leitura que pretendo realizar sobre o povoamento rural romano nesta área se baseia maioritariamente em dados recolhidos em prospecção e em informação de natureza bibliográfica não devidamente confirmada no terreno. Contudo, parece-me importante estabelecer esta discussão que justifica, no meu ponto de vista, alguma dificuldade de estabelecimento de uma tipologia de sítios baseada na quantificação da área ocupada e tipo de vestígios actualmente visíveis.

Assim, na proposta de classificação dos sítios que constituem a base documental deste trabalho, procurei juntar a esses critérios também o tipo de implantação e posição face aos recursos explorados. A dificuldade na utilização operativa de critérios classificativos para os sítios identificados encontra reflexo na quantidade de sítios designados como “habitat de tipo indeterminado”⁸. Esta é uma classificação usada com algum desconforto já que, objectivamente, serve de muito pouco em qualquer leitura que se pretenda fazer deste espaço rural. Alguns deste sítios poderão inclusivamente não corresponder a sítios de habitat ou à época em estudo, representando a realidades cronologicamente distintas. Contudo, as

condicionantes várias da natureza da informação tratada não permitem avançar com mais hipóteses interpretativas.

Além dos sítios de povoamento rural⁹, foram cartografados e considerados na leitura que se faz da ocupação rural romana do concelho de Elvas também os aglomerados urbanos secundários, concretamente *vici*¹⁰. Embora exista apenas um testemunho epigráfico da existência de um *uicus* a sul do Tejo (Le Roux 1994: 153), prece consensual a utilização deste termo para os núcleos urbanos de segunda ordem no sul do actual território português, sendo também utilizado na vizinha Extremadura (Aguilar e Guichard 1993: 45-46). Um único povoado fortificado está presente na presente área de estudo, o Castro de Segóvia, que terá sido ocupado até época romano-republicana, embora a sua importância seja mais significativa para o estudo desta região em contextos da Idade do Ferro (Fabião 1998).

As necrópoles e os testemunhos da rede viária são elementos fundamentais na interpretação da estruturação do território rural e são aqui considerados nessa asserção. Por vestígio de via é entendido qualquer testemunho da passagem de uma via em época romana, embora seja importante ressaltar a dificuldade de interpretação destes vestígios, já que a construção de pontes de determinada tipologia ou troços de estrada calçadada não é exclusiva da época romana e, reciprocamente, pode haver caminhos inequivocamente incluídos na rede viária romana sem traços materiais que os destinguam de alguns actuais caminhos rurais (Mantas 1996a: 153-173). A presença de marcos miliários é um elemento seguro da identificação de vias romanas, sendo

⁸ Na asserção em que M. Ponsich utiliza a expressão *sites incertains*, podendo corresponder a qualquer uma das categorias consideradas (Ponsich 1991: 39)

⁹ Na definição de Orlando Ribeiro: “Por povoamento rural entenda-se o conjunto de locais de habitação o campo, em que a maioria dos habitantes se ocupa da exploração da terra sob forma de agricultura e pastoreio” (Ribeiro 1991: 300)

¹⁰ Embora este termo possa designar um bairro dentro da cidade – como é o caso do *vicus Hipsapanus* e *uicus Forensis*, correspondentes aos bairros hispânico e itálico de Córdova –, aqui a asserção é de povoado no território da cidade, dependente mediante *adtributio* de um núcleo maior (Abascal e Espinosa 1989: 182)

por isso considerados separadamente na tipologia de sítios identificados.

Existem ainda achados isolados cujo contexto não é possível precisar. São maioritariamente constituídos por achados epigráficos, distinguindo-se a epigrafia funerária da epigrafia votiva, esta última presente no concelho de Elvas apenas num local¹¹. Apesar da epigrafia ser normalmente conhecida através de achados isolados, no caso de Valbom (54) aparece associada a um ponto de povoamento – *uilla* – e a duas necrópoles – Papulos (45) e Camugem (56) –, neste último local numa interessante reutilização de lápides do séc.I em sepulturas de inumação mais tardias. No Cerrado dos Fangueiros (74) e Horta do Mexia (75) – ambos sítios não localizados – foram recuperados objectos cujo contexto se desconhece em absoluto e que se encontram depositados no Museu de Elvas. O facto serem achados aparentemente isolados e em bom estado de conservação faz levantar a hipótese de se tratar de espólio recolhido em sequência da destruição de sepulturas, integradas eventualmente em necrópoles.

Consideram-se ainda as barragens rurais, das quais há um impressionante exemplo no concelho de Elvas no sítio de Moralves (30). Os restantes aproveitamentos hidráulicos identificados na área de estudo estão integrados nos sistemas de abastecimento e circulação de água das *uillae*. Uma única pedra foi identificada no Pombal (19), não sendo certa a sua utilização em época romana. Contudo, os traços de exploração da pedra são os tradicionalmente usados neste período¹² e a posição que ocupa num área de grande concentração de *uillae* que utilizaram na sua construção blocos de um granito semelhante, levam-me a incluí-la

¹¹ Na carta apresentada relativa à tipologia de sítios inclui-se também a inscrição aos *Lares Viales* no Monte das Esquilas (Saa 1956: 293 e Mantas 1993: 220) que, embora se encontre no actual concelho de Monforte é fundamental para a proposta de traçado viário romano em Elvas

¹² e até época contemporânea, no que radica exactamente a dificuldade da atribuição de uma cronologia a este tipo de sítios sem mais dados que estes mesmos.

neste inventário¹³.

O principal problema que se coloca na tentativa de interpretação da intrincada teia de relações que existiria entre os diferentes elementos que compunham a paisagem rural romana é que os sítios arqueológicos de natureza agrícola não contêm a chave da sua interpretação em si mesmos: a dimensão, formas de exploração e regime de posse da terra são factores fundamentais para a leitura dessa paisagem. O registo arqueológico, contudo, é sobretudo o registo dos estabelecimentos rurais, escapando muitas vezes traços essenciais da estruturação do território, que confeririam um outro sentido aos sítios identificados. A reconstituição da topografia histórica da paisagem rural é um tema complexo para o qual é necessário a interpretação complementar de informação de diferentes naturezas (Chevallier 2000:166-174). No que diz respeito ao território presentemente considerado, a informação disponível para a construção de um modelo interpretativo da paisagem rural é manifestamente escassa, resultado das condicionantes várias do seu registo. A opção assumida é de apresentar uma proposta de classificação dos sítios rurais identificados, sendo todas as leituras da articulação territorial dos mesmos, e sua integração num modelo de ocupação rural da paisagem, necessariamente cautelosas e de carácter provisório.

¹³ Análises petrológicas aos granito utilizados na Quinta das Longas (22) ou em Torre de Sequeira 2 (20) poderão esclarecer futuramente esta relação.

2.2 Grelha de análise: a ficha de sítio

Toda a informação relativa aos sítios arqueológicos com ocupação romana do actual concelho de Elvas que foi recolhida até ao momento constitui uma base de dados cuja construção é um dos objectivos do projecto OCRE. A definição dos campos e dos descritores utilizados tentou abranger o máximo de observações possíveis, com a objectividade e rigor também possíveis. Esta é uma base de dados relacional que permite por cada sítio registado aceder à informação que lhe é relativa em três outras: bibliografia, arquivo fotográfico e reserva(s) de materiais arqueológicos.

A forma de apresentação dos sítios arqueológicos com ocupação romana do actual concelho de Elvas no ponto 2 da presente dissertação é uma versão simplificada da base de dados (cuja definição de campos e *layouts* se apresentam em anexo), de acordo com o seguinte esquema:

nº de inventário	1.2.2.1	
Freguesia:		
Tipo:	1.2.2.2	
Cronologia:	1.2.2.3	
Natureza da informação:	1.2.2.4	
Localização:	1.2.2.5	
Coordenadas UTM:	1.2.2.6	
Implantação:	1.2.2.7	(*)
Hidrografia / Recursos hídricos:	1.2.2.8	(*)
Capacidade agrícola de uso dos solos:	1.2.2.9	(*)
Área de dispersão de vestígios:	1.2.2.10	(*)
Condições de visibilidade de vestígios no solo:	1.2.2.11	(*)
Descrição do sítio		
Bibliografia:		

Os campos assinalados com (*) só foram preenchidos quando a localização do sítio é segura (confirmada no terreno ou a partir da bibliografia)

1.2.2.1 Topónimo

Tratando-se de sítios já referenciados manteve-se a designação pela qual são mais conhecidos. No caso dos sítios inéditos, são referidos pelo topónimo ou microtopónimo mais próximo; quando existe mais do que um sítio numa área onde não é possível diferenciar a toponímia acrescentou-se um número sequencial ao topónimo, relativo à ordem da descoberta.

1.2.2.2 Tipo

<i>uilla</i>	epigrafia funerária
casal	epigrafia votiva
cabana	miliário
habitat de tipo indeterminado	vestígio de via
<i>uicus</i>	barragem
povoado fortificado	pedreira
necrópole	achado isolado

1.2.2.3 Cronologia

Alto-Império

Baixo-Império

Indeterminada

Quando existem elementos que o permitam fazer com alguma segurança apresenta-se uma cronologia mais precisa.

1.2.2.4 Natureza da informação

Prospecção Quando foram realizados trabalhos da responsabilidade da equipa do projecto OCRE, quer tenham incidido sobre sítios inéditos, quer já conhecidos

Escavação Apenas no caso da Quinta das Longas foram realizados trabalhos de escavação da responsabilidade da equipa do projecto OCRE; assinalam-se contudo os restantes sítios escavados no concelho de Elvas, por se julgar importante distinguí-los dos conhecidos apenas a partir de observações de superfície; a utilização dos descritores seguintes em associação com este dá conta da forma como a informação da escavação foi veiculada

Bibliografia

Endovellico Informação proveniente da consulta à base de dados ENDOVELLICO, cuja gestão é da responsabilidade do Instituto Português de Arqueologia e dos processos existentes no arquivo desta instituição relativos aos sítios com ocupação romana do concelho de Elvas.

Informação oral

1.2.2.5 Localização

no terreno Localização confirmada no terreno

a partir de bibliografia Quando a informação publicada permite a localização segura do sítio, com a apresentação de coordenadas absolutas ou descrições topográficas que não deixam

estimada	dúvidas quanto à localização do sítio Quando a informação disponível não permite a localização segura do sítio, optou-se por apresentar uma localização estimada de acordo com as descrições existentes ou, quando estas não existem, o ponto foi cartografado sobre o local com a toponímia correspondente na <i>Carta Militar de Portugal</i> 1: 25 000
não localizado	Sítios cuja existência é referida em informação publicada ou na base de dados ENDOVELLICO mas que a respectiva localização não foi possível determinar no terreno, não constando a toponímia correspondente na cartografia consultada

1.2.2.6 Coordenadas UTM

De acordo com a *Carta Militar de Portugal* (escala 1: 25 000) produzida pelos Serviço Cartográfico do Exército – folhas 385; 386; 399; 400; 412-414; 426-428; 441-441a.

Quando a localização não é confirmada, apresentam-se as coordenadas em itálico.

1.2.2.7 Implantação

Descrição da situação topográfica do sítio. Em alguns casos publicados cuja localização não foi confirmada no terreno transcreve-se a descrição feita pelos autores que realizaram trabalhos arqueológicos no local.

1.2.2.8 Hidrografia / recursos hídricos

Linhas de água mais próximas com referência à bacia hidrográfica a que

pertencem; relativamente a outros recursos hídricos referem-se nascentes, tanques e poços. Embora não seja possível determinar com rigor a cronologia dos tanques e poços observados, a maioria deve corresponder a épocas bastante posteriores. Contudo a sua existência reflecte o aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis, podendo indicar situações semelhantes durante o período romano.

1.2.2.9 Capacidade agrícola de uso dos solos

Classes de capacidade de uso dos solos, de acordo com a *Carta de Capacidade de Uso do Solo* (escala 1: 50 000) produzida pelo Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário (Ministério da Economia – Secretaria de Estado da Agricultura).

A utilização desta cartografia faz-se com a consciência de que reflecte uma situação que pode ser significativamente diferente do que seriam as capacidades de uso do solo em época romana¹⁴. Contudo, na falta de estudos aprofundados sobre a evolução da paisagem antiga nesta região e na impossibilidade de assegurar colaborações interdisciplinares que permitissem uma leitura mais rigorosa, a *Carta de Capacidade de Uso do Solo* revelou-se um instrumento de alguma utilidade para a interpretação da implantação dos sítios de ocupação romana. O facto do seu uso estar generalizado em Portugal em estudos de carácter arqueológico confere também um valor acrescido a esta escolha, já que permite o estabelecimento de comparações com outras regiões.

¹⁴ Cf. comentários de Suzanne Daveau sobre *Carta de Capacidade de Uso do Solo* do S.R.O.A: “Mas esta publicação derivada [da Carta de Solos], de leitura bem mais fácil, tem o inconveniente de se apoiar em determinada concepção da agricultura, aliás não explicitada, que a variação das condições técnicas, económicas e políticas pode desactualizar em pouco tempo. É curioso ver os próprios

1.2.2.10 Área de dispersão de vestígios

Para reflectir sobre as dimensões de um sítio o mais lógico seria dar o mesmo tratamento em prospecção que em escavação, ou seja, realizar um levantamento planimétrico e topográfico das estruturas e evidências visíveis, nomeadamente das manchas de "dispersão dos vestígios" (Ruiz e Burillo 1988: 52). Essas seriam as condições ideais, longe das quais foi realizado o presente trabalho que teve de se adequar os métodos aos meios disponíveis.

Assim, a área de dispersão de vestígios foi calculada sobre representação cartográfica após a observação do terreno. O valor apresentado deve ser considerado como aproximado já que resulta de uma simplificação da área em causa a um polígono regular (rectângulo ou trapézio), o que não corresponde naturalmente à verdade.

Quando existe informação publicada relativa a este item mantiveram-se os valores apresentados pelos autores dos trabalhos de prospecção.

1.2.2.11 Condições de visibilidade de vestígios no solo

Boa

Regular

Fraca

Nula

Indeterminada

arqueólogos a darem-lhe preferência, nas suas tentativas de reconstituição do ambiente que rodeou os sítios que vão escavando, o que os pode levar a perigosos contra-sensos” (Daveau 1995: 168-169)

Classes definidas de acordo as condições em que o terreno se apresentava na ocasião em que foram realizados os trabalhos de prospecção e que determinam maior ou menor grau de visibilidade dos vestígios arqueológicos à superfície. Os principais factores que dificultam a visibilidade do solo estão relacionados com o coberto vegetal. A última classe reserva-se para os sítios cuja localização não foi confirmada no terreno.

3. Espaço e Tempo

Às planícies que ficam a leste, entre Elvas e Badajoz e aquela cidade e Campo Maior, chamam-se-lhe *barros* em virtude o solo ser em geral bastante argiloso. Estes campos, nus e secos durante e no fim do verão, são singularmente propícios à cultura cerealífera que neles se explora com vantagem e em larga escala.

Para sul e para poente apresentam-se terrenos de natureza diversa, vendo-se herdades de montado de azinho e algum sobre; simultaneamente produzem cereais e pastagens. Ao noroeste e a norte observam-se planícies e encostas de terrenos mais delgados, de análogas produções, que se prolongam até ao limites de Barbacena, S. Vicente e Ventosa, com a vizinha Sta. Eulália, vasta zona um pouco acidentada, granítica e arenosa.

De verão a água escasseia em quase toda a parte, encontrando-se apenas de longe em longe nos pegos das ribeiras maiores, num ou noutra poço e nas nascentes que regam as hortas. Por esta circunstância, as terras transtagnas tornam-se áridas e monótonas o rigor do Estio, tristes no Inverno e floridas na Primavera.

José da Silva Picão (1903)

- *Através dos campos: usos e costumes agrícola-alentejanos: concelho de Elvas*

3.1 A área em estudo

A escolha de uma área de estudo num trabalho que pretende fazer uma leitura da paisagem rural antiga não é uma tarefa fácil. A definição de limites territoriais neste tipo de análise é sempre artificial porque resulta de um olhar contemporâneo sobre um quadro geográfico que se alterou significativamente desde a época em análise, quer em termos físicos, quer em função da ocupação humana do espaço.

A escolha da área de Elvas como objecto de estudo do povoamento rural romano prende-se com razões de certa forma exógenas ao próprio trabalho e que advêm da minha colaboração no projecto OCRE, já apresentado na introdução a este trabalho. Desde o início dos trabalhos neste local houve a clara consciência que a *uilla* não se pode constituir como um objecto de estudo encerrado em si mesmo, já que este ponto de povoamento fazia parte de uma realidade complexa em que não existia naturalmente isolado, sendo por isso necessário tentar aceder a informação relevante para a construção de uma imagem do mundo rural em que se inseria.

A primeira intenção de realização de um estudo sobre a paisagem rural nesta área foi assim a de enquadrar o sítio da Quinta das Longas. Como definir a área necessária a esse enquadramento? Naturalmente que os limites da propriedade agrícola a que corresponderia a *uilla* são desconhecidos e, de qualquer das formas, mesmo que os pudéssemos delimitar, a compreensão do quadro territorial em que se inseria teria necessariamente que abranger uma área mais ampla.

A definição de limites para determinado território pode basear-se em factores de ordem convencional ou geográfica. Não sendo conhecidas com precisão os limites administrativos correspondentes à organização territorial romana na área em causa¹ a escolha de uma região natural pareceria mais acertada. Contudo, não existem acidentes geográficos que marquem significativamente esta paisagem a ponto de serem considerados como fronteiras naturais (Ribeiro 1987: 70-71), a não ser que fossem procurados a uma distância que determinaria uma dimensão da área de estudo absolutamente incomportável em termos de apresentação de um trabalho no contexto

¹ Não só os limites como a própria definição das unidades político-administrativas existentes além da província e dos *conventus*, concretamente as *ciuitates*. A discussão desta questão encontra-se fora do âmbito da presente dissertação, remetendo-se para os trabalhos de J. Alarcão (1988 e 1988a;1990a) e respectiva contestação apresentada por A. Marques Faria (1989) no que diz respeito ao território actualmente português; para Península Ibérica em geral, cf. Juan Manuel Abascal e Urbano Espinosa (1989)

em que esta dissertação se insere. A tentativa de estabelecer unidades geográficas de menores dimensões baseadas em factores como o clima, a vegetação ou o tipo de solos, resultaria na definição de um limite do tipo *faixa*, isto é, em que a fronteira entre um território e outro se faz “por transições cuidadosamente graduadas [...] através de uma orla matizada [onde é] muitas vezes difícil decidir-se a traçar uma linha” (idem : 67).

Por razões meramente operativas, foi escolhido como limite da área de estudo a fronteira administrativa do actual concelho de Elvas. É, assumidamente, uma divisão artificial cuja opção se deve também à consciência que, no estado actual dos nossos conhecimentos, qualquer limite territorial escolhido o seria para a definição do quadro territorial envolvente da *uilla* romana da Quinta das Longas.

O quadro geográfico do concelho de Elvas que hoje é observado apresentará sem dúvida algumas diferenças em relação ao que seria a paisagem em época romana. A tentativa de reconstituição da paisagem antiga deste território, de grande importância para a compreensão do povoamento rural, é uma questão complexa para a qual seriam necessários mais dados do que aqueles que dispomos neste momento da investigação, sujeitos a uma reflexão pluridisciplinar que ultrapassa os limites do presente trabalho². Por esta razão, a caracterização geográfica que se faz da área em estudo é necessariamente breve, tanto mais que as observações que se podem fazer sobre a geografia actual deste território estão profundamente marcadas pela acção humana, sobretudo na última metade do séc. XX.

O território do concelho de Elvas encontra-se integrado na unidade de paisagem designada por Orlando Ribeiro como “Alto Alentejo”, que se distingue do

² Cf. para esta problemática em geral Renfrew e Bahn 1991: 195-232 e Chevallier 2000: 72-97.

“Alentejo de planície com raras elevações isoladas” (Ribeiro 1945: 144-164 e 188-189).

O clima desta área do “Alentejo oriental” é de feição continental, semelhante ao registado em Trás-os-Montes e Beira Baixa (Ribeiro e Lautensach 1988: 452-457). As amplitudes térmicas são elevadas entre o verão e o inverno, registando-se os maiores índices de precipitação no início do outono e da primavera. O verão é seco e quente, o que contribui para um forte contraste sazonal na paisagem da região. Este contraste encontra reflexo no regime extremamente irregular dos cursos de água, sendo frequentes as cheias após chuvas de inverno, quando os terrenos se encontram saturados pela precipitação de outono.

Em termos de relevo, apresenta “formas suavemente abauladas que são dominadas por colinas e serras circunscritas, geralmente alinhadas de NW para SE” (Ribeiro e Lautensach 1987: 218), das quais se destaca a norte a Serra de S. Mamede e a sul a Serra de Ossa³. A zona de confluência do Caia com o Guadiana representa a continuidade de uma vasta planície aluvial que se espraia entre Mérida e Badajoz, onde este último rio atravessa uma bacia terciária (Ribeiro e Lautensach 1988: 514-520).

É nesta área que vamos encontrar os melhores terrenos agrícolas do concelho que são hoje intensivamente explorados em regime de regadio. Os *barros de Elvas* constituem um autêntico “crescente fértil” entre Campo Maior, Elvas e Badajoz e terão sido desde a antiguidade uma das áreas agrícolas por excelência da região. Será este um dos pontos em que as alterações da paisagem por acção antrópica terão sido mais marcadas em todo o território em análise. Além disso, tanto o Caia como o Guadiana sofreram alterações no seu curso em diversas ocasiões até ao início do séc.

³ que se desenvolvem ambas fora dos limites administrativos do concelho.

XX⁴, o que poderá ter contribuído para algumas perturbações no registo arqueológico do povoamento antigo. Registe-se ainda a construção da barragem do Caia que deixou submersos alguns presumíveis sítios arqueológicos de época romana, como sejam os locais de proveniência das epígrafes da Alentisca do Caia (1) e Herdade do Almeida(2) ⁵.

As alterações da paisagem marcadas pelo homem são sentidas sobretudo ao nível do manto vegetal, já que os traços mais significativos do clima, relevo ou natureza do solo são independentes da acção humana (Ribeiro 1987: 48-49). Em época romana, o território de Elvas apresentaria um maior índice de florestação do que aquele que é hoje observado. A vegetação natural⁶ seria constituída pela associação de azinho e sobre em montados cuja densidade do sub-bosque seria significativamente maior que hoje em dia. A “domesticação” do montado, que conduz ao seu aproveitamento quer no que diz respeito quer à exploração da cortiça quer ao apascentamento de gado suíno, passa aliás pela limpeza dos pés das árvores adultas de modo a que o seu crescimento se faça mais afastado do que naturalmente aconteceria. Em 1895 na herdade de Fontalva existiam montados “onde duas pessoas a cavalo não se viam a trinta metros de distância tão alta que era esta vegetação arbustiva” (Andrade 1948: 29).

Outro dado que reforça a ideia de uma maior densidade da área florestada em época romana na região é a análise do conjuntos de restos faunísticos recolhidos em

⁴ Delas dá conta de uma forma bastante pitoresca Victorino d’Almada ao descrever o castelo medieval de Alvalade, relatando disputas de terrenos entre portugueses e castelhanos, já que nesta zona de raia molhada as alterações do curso destes rios implicariam também alterações da fronteira entre os dois países (Almada 1882). Mais a montante, a influência das alterações do curso médio do Guadiana sobre o povoamento romano foram estudadas por F. Germán Rodríguez Martín (Rodríguez 1999: 122-123).

⁵ No limite sul do concelho, abrangido pela área do regolfô do empreendimento do Alqueva acontecerá o mesmo a alguns sítios arqueológico se a barragem chegara a atingir a cota máxima.

⁶ Constituída pelas espécies de crescimento espontâneo; convém contudo chamar à atenção que “o conceito de vegetação natural [tem] em geral valor bastante abstracto e não concretamente histórico” (Ribeiro e Lautensach 1988: 594)

no sítios arqueológicos. A presença significativa de animais selvagens, especialmente veado, recuperada em contextos lixeira nas *uillae* romanas da Quinta das Longas e Torre de Palma (Monforte) remete para uma forte componente de caça realizada em áreas de floresta⁷.

Os restos de fauna e flora encontrados em contexto arqueológico são extremamente importantes para a reconstituição do meio ambiente antigo, podendo inclusive fornecer informações sobre eventuais alterações climáticas das quais não existe qualquer tipo de outro registo. Para esta área regional os conjuntos em análise são ainda escassos, mas o crescente interesse por estas áreas de investigação pode vir a alterar significativamente este panorama. De igual modo, uma mais estreita colaboração com especialistas no domínio da geografia histórica poderá contribuir para construção de uma imagem mais fiável sobre a paisagem em que se inseria o povoamento rural romano que se pretende agora estudar.

⁷ Informação inédita de João Luís Cardoso (Quinta das Longas) e Michael MacKinnon (Torre de Palma), autores a quem se agradece.

3.2 *Âmbito cronológico: amplitude e ambiguidade do conceito “época romana”*

O ano de 218 a.C., data do desembarque em Ampúrias de Cneu Cornélio Cipião, marca indiscutivelmente “o ano 0 da conquista da Península Ibérica pelos exércitos romanos” (Arruda 1993: 161). Esta data poderá ser também considerada o ponto de arranque de um longo processo de romanização deste território que conduzirá à integração plena no que posteriormente será a grande unidade geopolítica do mediterrâneo: o império romano. Se é relativamente fácil marcar um ponto de arranque para este processo a partir de um acontecimento histórico bem definido, já será mais complexo definir a partir de quando é que efectivamente podemos falar da existência de um *mundo rural romano* num território específico como é o caso de Elvas.

O início da romanização da paisagem rural da Península Ibérica está intimamente ligado com as primeiras fundações coloniais, que se afirmam como factores e ordenamento do território. Conhecem-se poucas estruturas identificadas com este período, sendo as *uillae* fundadas em época republicana registadas apenas na Catalunha e Vale do Ebro, no vale do Guadalquivir e levante meridional da península (Gorges 1978: 23-29). No território actualmente português levanta-se a possibilidade de alguns sítios dispersos pelos concelhos de Almodôvar, Castro Verde, Mértola e Alcoutim, datados de meados do séc.I a.C. poderem corresponder a *uillae* fortificadas (Alarcão 1988a: 108-110; Mantas 1998: 39-40). Contudo, outros autores contestam esta leitura, reservando para estes sítios a funcionalidade inicialmente proposta de estruturas “relacionadas com o necessário policiamento à rota de escoamento dos minérios locais”, já que se distribuem ao longo da faixa piritosa alentejana (Fabião 1993: 183-184).

De qualquer das formas, esta é uma problemática que ultrapassa os limites geográficos da área em estudo, já que até ao momento não foram identificadas estruturas deste tipo na região de Elvas. No que diz respeito a esta região a primeira ocupação do espaço rural em época romana parece datar da época Tiberio-Claudiana, sendo essa a data da fundação das *uillae* em que foi possível recolher elementos que permitiram aferir cronologicamente o seu momento inicial⁸ (Rodríguez 1999: 125; Gorges e Rodríguez 1999: 228; Sepúlveda e Carvalho 1998: 257).

Contudo, a razão de não serem identificados estabelecimentos rurais mais antigos também poderá radicar no facto de estes não correspondem a um modelo tipificado que seja claramente reconhecido ou por terem sido alteradas pelas estruturas posteriores. Os casos que se conhecem em outra áreas da península dos séc.I a.C e d.C correspondem a modelos itálicos, formados por casas de pequenas dimensões em torno de um espaço aberto, que nem sempre está centrado no que diz respeito aos acessos e à distribuição destas casas. Este modelo é o das instalações conhecidas de época pré-romana no Alto Guadalquivir, ou seja, corresponde a um modelo comum a todo o mundo mediterrânico ou, se se preferir a toda e qualquer prática de agricultura tradicional em áreas abertas fora dos recintos fortificados (Martín 1999: 386-388).

A ambiguidade do conceito “época romana” passa também pela questão da definição do momento de transição entre o mundo rural *indígena* e aquele a que podemos chamar *romanizado*. Durante o período republicano, o sul do território actualmente português contemplaria sem dúvida uma multiplicidade de situações com “romanos e indígenas vivendo lado a lado, se não mesmo em conjunto; romanos instalados em novas fundações; romanos instalados em núcleos indígenas, integrados

⁸ Esta cronologia é coerente com a dos primeiros estabelecimentos rurais identificados em torno da *uilla* de S. Cucufate, pese embora alguns destes últimos possam recuar a sua fundação a época augustana (Sillières 1994)

em guarnições militares, indígenas assimilados e integrados nos contingentes militares de conquista, e indígenas que, embora vivendo nos seus povoados e mantendo os seus modos de vida tradicionais, recebem e usam artigos típicos dos contextos itálicos” (Fabião 1998: 546). O estado actual dos nossos conhecimentos sobre o que seriam as formas de ocupação e exploração do solo antes da chegada dos romanos nesta região também não favorece a possibilidade de estabelecimento de quadros comparativos.

Possivelmente a principal diferença que encontramos entre essas duas épocas é a nível do *corpus* teórico de uma agricultura vocacionada para a produção em larga escala e da transposição de ideais de cultura urbana para os modos de vida no campo. Nesta asserção, o início da época romana coincide com a fundação das primeiras *uillae* neste território, ou seja, a partir da primeira metade do séc. I d.C. Contudo, alguns dos sítios em análise no território de Elvas são ocupados desde épocas anteriores, com a possibilidade de o terem sido em continuidade, o que leva a que esta baliza cronológica deva ser considerada de uma forma matizada. Na vizinha região da Extremadura, os estudos realizados recentemente sobre o povoamento rural chamam a atenção para a existência de sítios de ocupação inequivocamente romana que precederam as *uillae* da região e que permitem afirmar que “el poblamiento rural de tipo *romano* no ha sido tan reducido en el siglo I a.C. como se ha señalado hasta ahora” (Aguilar e Guichard 1995: 227).

Iguais considerações deverão ser feitas relativamente à definição do momento final do período considerado. Quando é que podemos deixar de falar de um mundo rural romano? Os dados disponíveis sobre os sítios escavados no Alto Alentejo e Extremadura indicam que o período visigótico não implicou uma ruptura com o mundo rural romano, sendo muitos deles ocupados em continuidade. Os trabalhos que re-excavação⁹ de Torre de Palma levados a cabo pela equipa da Universidade de

⁹ Expressão utilizada pelos autores

Louisville apontam para a ocupação do sítio até ao séc.VII, em continuidade até época muçulmana (Maloney 2000: 157). Situação semelhante parece ser também a da *uilla* de Lácara (Mérida) em que foi recuperada uma lápide datada do séc. VII e onde a ocupação deverá ter contínua até ao período medieval islâmico (Rodríguez 1999: 127-128). Também em La Cocosa, Pesquero e Torre Águila se confirma a sobrevivência das *uillae* e a continuação dos sistemas anteriores de exploração agrícola para além do séc. VI (idem : 133).

Utilizando o mesmo critério que defini anteriormente para o início da romanização do mundo rural, o fim desse mesmo mundo seria encontrado quando deixasse de existir *corpus* teórico de uma agricultura “romana” vocacionada para a produção em larga escala e da transposição de ideais de cultura urbana para os modos de vida no campo. Esta definição contudo, comporta alguns riscos. Aplicada num sentido lato, implicaria a classificação da Herdade de Fontalva, construída por “Alfredo d’Andrade, *olisiponensis*”¹⁰ em 1895, como uma *uilla* romana, já que os ideias que presidiram à fundação desta casa agrícola são os mesmos que faziam parte do quadro teórico do mundo romano¹¹...

Também no que diz respeito à definição de um termo cronológico para a época romana o principal problema são os poucos conhecimentos que temos sobre a época que a procedeu. Apesar das *uillae* continuarem a ser ocupadas, dos sistemas de

¹⁰ Designação mandada pintar pelo próprio a fresco em tono da torre maior do edifício de habitação (Andrade 1948: 23)

¹¹ Excerto de carta enviada de Itália por Alfredo de Andrade ao seu filho: “É por isso que fiz aquela casa de Font’Alva, cómoda e defendida contra os rigores do clima, para nela viveres com a comodidade necessária e sem te sentires repellido para a cidade, podendo assim seguir os progressos da empresa sem seres distraído por outras atracções, e manteres-te em contacto com os teus auxiliares, os operários, cujo progresso é tão necessário e a cujo bem-estar poderás mais de perto acudir. Na edificação empreguei métodos, formas e materiais para exemplificar as boas técnicas de construção. Para materiais aproveitei os recursos locais para ensinar também como se preparam e se utilizam, para o que mandei ir pedreiros que aos nossos ensinem a fazer paredes perfeitas e a fabricar tijolos e boa argamassa; carpinteiros que ensinem a construir perfeitas abóbadas, cunhais, etc. etc.”(Andrade 1948: 15-16)

exploração agrária se manterem, bem como a organização do território (Díaz 1994: 305), até que ponto podemos continuar a chamar romanos àqueles que nelas habitam? Ou, em alternativa, porque razão havemos de considerá-los outra coisa? Estas questões encontrarão resposta no quadro de uma reflexão mais alargada sobre a antiguidade tardia que extravasa o trabalho que me proponho agora realizar.

Além das dificuldades de estabelecimento de balizas cronológicas para a época em estudo, é também importante também referir que se encontra o mesmo tipo de problemas no que diz respeito aos indicadores cronológicos da ocupação dos sítios.

A definição de uma leitura cronológica da ocupação dos sítios a partir de informação decorrente de prospecções de superfície não pode ser rigorosamente exacta. A recolha de um conjunto de materiais arqueológicos em determinado sítio cuja datação não é anterior ao séc. I d.C. e não ultrapassa o séc. V d.C., objectivamente, não nos diz mais do que houve ocupação nesse local durante o período de tempo que se compreende entre essas datas (Ponsich 1974: 17). Nada é definido quanto à data de fundação do sítio, que poderá ser anterior ao séc. I, ou de abandono, que se poderá situar bem depois do séc. V. Muito menos ficamos esclarecidos sobre a evolução que o sítio sofreu ao longo desse tempo, se foi ocupado em continuidade ou se houve fases de abandono e reutilização. Apenas uma escavação arqueológica poderá recuperar as relações estratigráficas que permitem traçar a história do local.

Por outro lado, é importante recordar as considerações que já foram feitas sobre os constrangimentos que as perturbações deposicionais e pós-deposicionais introduzem na interpretação da informação arqueológica recolhida à superfície. Da mesma forma que um sítio com uma grande área de dispersão de vestígios pode

resultar de uma maior destruição em sequência de trabalhos agrícolas, a ausência de recolha de cerâmica de paredes finas, por exemplo, pode simplesmente significar que esses trabalhos agrícolas pouparam a área onde a ocupação do séc. I se encontrava mais bem conservada.

A definição do que são os indicadores cronológicos da ocupação romana de um sítio deverá ser cautelosamente ponderada. Isto é válido sobretudo para os materiais e técnicas de construção, que poderão ter uma sobrevivência no tempo mais alargada do que aquela que é tradicionalmente considerada. A questão dos *sites à tegulae*, na expressão feliz da equipa luso-francesa que realizou trabalhos na área de São Cucufate, é levantada por diversos autores (Aguilar e Guichard 1995: 26; Alarcão, Étienne e Mayet 1990: 159; Lopes, Carvalho e Gomes 1997: 140; Ponsich 1991: 39), no sentido em que podem representar realidades arqueológicas de época mais tardia que reutilizaram materiais reaproveitados de sítios romanos. Parece-me também ser possível alargar esta observação à utilização de silhares de granito na construção. Tanto uns como outros podem ainda representar, além de reutilizações, também situações de sobrevivência de técnicas de construção que, por serem extremamente operativas, se mantêm ao longo do tempo ou são recuperadas em épocas posteriores.

Todas estas considerações levam-me a estabelecer limites cronológicos cuja definição será próxima do tipo *faixa* referido anteriormente no que diz respeito aos limites geográficos. Contudo, se no que diz respeito à geografia a existência de uma fronteira administrativa actual de certa forma obvia o problema – ainda que o faça de uma forma artificial –, em termos de cronologia a solução não se apresenta fácil. O âmbito cronológico do presente trabalho é extremamente amplo, podendo estender-se desde do séc. I a.C. até ao séc. VII. Naturalmente que esta amplitude implica que a realidade lida a partir dos dados arqueológicos é uma imagem “plasmada” que apresenta, num mesmo conjunto, sítios que poderão nunca ter coexistido. Da mesma

forma que carta de distribuição de sítios com ocupação romana de Elvas reflecte mais o estado actual da investigação arqueológica no concelho do que a distribuição do povoamento em época romana, esta cartografia também apresenta uma imagem de falsa sincronia de uma realidade que foi evoluindo, e certamente modificando, ao longo do longo período de tempo considerado.

Contudo devido aos constrangimentos que a leitura dos indicadores cronológicos da ocupação dos sítios a partir de dados de prospecção de superfície implicam, não é possível neste momento apresentar uma proposta de cronologia relativa para os pontos cartografados. Por estas razões, o âmbito cronológico do presente trabalho apresenta-se duplamente amplo e ambíguo, sendo possível que a continuação de trabalhos na região, não só relativos à época romana como aos períodos que a precederam, possa ajudar a estabelecer um quadro cronológico de referência por ora inexistente.

4. Inventário de sítios

O reconhecimento e delimitação de um sítio é um acto de interpretação e não de observação.

J.F. Cherry (1984)

- Common sense in mediterranean archaeology?

1	Herdade do Almeida
Freguesia:	Santa Eulália
Tipo:	epigrafia - funerária
Cronologia:	inícios do séc. I
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	estimada
Coordenadas UTM:	29 S PD 552 197

Estela funerária em granito que deu entrada no Museu de Elvas em 1887.

Bibliografia: Alarcão 1988: 154 (6/184); Encarnação 1984: 652-653; Pires 1901:216 ; Pires 1931: 10

2	Alentisca do Caia
Freguesia:	Santa Eulália
Tipo:	epigrafia - funerária
Cronologia:	finais do séc. II
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	estimada

Coordenadas UTM: 29 S PD 575 212

Ara funerária em mármore. Estava incorporada no púlpito da antiga igreja paroquial que existia no sítio da Alentisca do Caia [já desaparecida em 1888?] e recolheu ao Museu de Elvas em 1880, com indicação de proveniência da Herdade das Terras da Aldeia.

Considera-se como local de proveniência o Monte da Alentisca do Caia (hoje submerso pela Barragem do Caia) por serem mais fiáveis as indicações de Victorino d'Almada. No entanto, dado este autor referir também já uma reutilização da peça, não pode ser determinado com segurança o seu local de achamento original.

Bibliografia: Alarcão 1988: 154 (6/183); 154 (6/); Almada 1888 : 279; Almada [s.d.]; Encarnação 1984: 647-648; Encarnação 1985: 169, Pires 1901: 212; Pires 1931: 9

3	Coutada
Freguesia:	Barbacena
Tipo:	epigrafia - funerária / casal (?)
Cronologia:	séc. I (epigrafia)
Natureza da informação:	Bibliografia. Prospecção
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 446 163
Implantação:	Pequena elevação de encostas com inclinação suave e sem grande destaque na paisagem
Hidrografia / Recursos hídricos:	Rib. ^a da Coutada (Caia); existem na área abundantes numerosos poços e tanques (modernos / contemporâneos)
Capacidade agrícola de uso dos solos:	C e D

Área de dispersão de vestígios: 9 600 m² aprox.

Condições de visibilidade de vestígios no solo: Fraca

Local onde foi encontrada uma lápide funerária, com datação paleográfica do séc. I, junto de uma ponte presumivelmente romana (Encarnação 1984).

Na sequência dos trabalhos de prospecção de 1999, foi identificado um sítio com área de dispersão de vestígios em que se identificou exclusivamente cerâmica de construção e cerâmica comum a cerca de 200m da ponte, na qual não foram observados quaisquer traços distintivos a nível de técnicas de construção que possam confirmar a cronologia apontada.

Bibliografia: Alarcão 1988: 154 (6/); Encarnação 1984: 646-647; Louro 1970: 106

4	Monte Velho de Fontalva
Freguesia:	Santa Eulália
Tipo:	indeterminado
Cronologia:	indeterminada
Natureza da informação:	Prospecção
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29S PD 476 169
Implantação:	Cabeço destacado na paisagem
Hidrografia / Recursos hídricos:	linha de festo das linhas de água subsidiárias do Ribeiro do Carvalho (Caia)
Capacidade agrícola de uso dos solos:	D

Área de dispersão de vestígios: 6 400 m²

Condições de visibilidade de vestígios no solo: Regular / Fraca

Sítio destacado na paisagem onde foram observados materiais de construção de época romana.

Bibliografia: Inédito

5	Fontalva
Freguesia:	Santa Eulália
Tipo:	necrópole / <i>uilla</i> (?)
Cronologia:	sec. I - IV d.C
Natureza da informação:	Bibliografia. Prospecção
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 475 165
Implantação:	Elevação pouco acentuada mas destacada na paisagem
Hidrografia / Recursos hídricos:	Rib ^o do Carvalho (Caia)
Capacidade agrícola de uso dos solos:	C+D ; mancha de solos A a SE e B junto da linha de água
Área de dispersão de vestígios:	indeterminada
Condições de visibilidade de vestígios no solo:	Nula

Sítio identificado por A. Viana de onde se conhece abundante espólio (cerâmica, metais, vidro) mas sem referência às condições de achamento, embora se depreenda que pelo menos parte provirá de uma necrópole. Trabalhos de prospecção na área foram inconclusivos.

Bibliografia: Alarcão 1988:153 (6/179) ; Almada [s.d.]; Ferreira 1951; Ferreira 1966; Paço, Ferreira e Viana 1957: 11-133; Paço e Ferreira 1951: 416-425; Sepúlveda e Carvalho 1998

6	Herdade dos Campos ou de Genemigo
Freguesia:	Barbacena
Tipo:	epigrafia - miliário / indeterminado
Cronologia:	211-217 (miliário)
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	estimada
Coordenadas UTM:	29 S PD 479 119

Sítio identificado por A. Dias de Deus ainda na década de 30, que virá a ser publicado por A. Viana em 1950. Junto de uma anta, foi reconhecida uma área de dispersão de cerâmica de construção romana e blocos de granito aparelhados, bem como “uma pedra cilíndrica, com aspecto de miliário”. Será esta pedra o miliário publicado pelo P.e Silva Louro no I Congresso Nacional de Arqueologia e posteriormente estudada por J. d’Encarnação que lhe atribui uma datação de 211-217 baseada na nomenclatura (pouco usual) do imperador Caracala.

Na mesma herdade, Dias de Deus terá identificado outra anta que apresentava indícios de ter sido aproveitada em época romana, sendo visíveis “restos de habitações, em série. Eram alicerces de casas redondas, como as dos castros do norte

de Portugal e da Galiza. Junto [destes] viam-se muitos fragmentos de tégulas” (Viana 1950: 292).

Bibliografia: Alarcão 1988: 153 (6/182) ; Encarnação 1984: 720-721; Saa 1956: 296; Viana 1950: 291; Louro 1970:106

7	Anta do Reguengo
Freguesia:	Barbacena
Tipo:	indeterminado e via
Cronologia:	Indeterminada
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	estimada
Coordenadas UTM:	29 S PD 461 134

Sítio identificado por A. Dias de Deus e A. Viana junto do monumento megalítico. Corresponderá a um ponto de povoamento rural, insuficientemente caracterizado, junto de um troço de via.

Bibliografia: Alarcão 1988:153 (6/181); Viana 1950: 300

8	Barbacena
Freguesia:	Barbacena
Tipo:	epigrafia - miliário
Cronologia:	Baixo-Império
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	estimada
Coordenadas UTM:	29 S PD 477 140

Dois miliários desaparecidos. O seu local de achamento foi Barbacena, desconhecendo-se a sua localização original. Ambos da dinastia dos Severos, um deles apresenta texto em honra de Caracala (198-217), e o outro de Heliogábalo (219). Seriam pertencentes à via *Ebora - Emerita*, tendo o segundo a contagem de 22 milhas a partir de Évora.

Bibliografia: Alarcão 1988:153 (6/180) ; Almada 1881; Encarnação 1984: 720-721; 722); Louro 1970: 105; Saa 1956: 296

9	Vila Cova
Freguesia:	São Vicente e Ventosa
Tipo:	necrópole
Cronologia:	Indeterminada
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	estimada
Coordenadas UTM:	29 S PD 517 156

Sepultura de incineração em alvenaria, escavada nos finais do séc. XIX, tendo sido os materiais recolhidos (um fragmento de cerâmica comum e um de “ladrilho [pertencente à cobertura da sepultura ?]) incorporados no Museu de Elvas nessa data. A. Tomás Pires refere também “dois fragmentos de pedra trabalhada, com ornamentação em forma de laçaria”, que poderão corresponder a um ponto de povoamento próximo (*uilla?*) com o qual a sepultura estaria relacionada. O facto de este autor referenciar estes objectos separadamente no catálogo que elabora relativo aos materiais do Museu de Elvas, sendo estes últimos referidos como provenientes da Horta de Vila Cova e a sepultura descoberta na Herdade de Vila Cova, contribui para que se considere estar na presença de dois pontos de ocupação romana distintos e directamente relacionados.

Bibliografia: Alarcão 1988: 154 (6/185); Pires 1901: 220; Vasconcelos 1896: 4

10	Vila Covinha
Freguesia:	Santa Eulália
Tipo:	<i>uilla</i> (?)
Cronologia:	Indeterminada
Natureza da informação:	Prospecção. Informação oral
Localização:	estimada
Coordenadas UTM:	29 S PD 520 159
Implantação:	Área plana em ligeiro declive para a ribeira
Hidrografia / Recursos hídricos:	Rib ^o de Vila Cova (Rib ^a do Torrão, Caia); poços e tanques actuais
Capacidade agrícola de uso dos solos:	A
Área de dispersão de vestígios:	indeterminada
Condições de visibilidade de vestígios no solo:	Fraca

Localiza-se a cerca de 50m a NE da necrópole de Vila Cova (n^o9). O sítio da Vinagreira (n^o 11) que se encontra a menos de 2Km, e que é interpretado como abrigo temporário relacionado com trabalhos agrícolas ou de pastoreio, poderá também estar relacionado com esta presumível *uilla*.

A prospecção efectuada em 2000 confirmou a existência de um sítio na Horta de Vila Covinha através de informação oral. Junto do monte encontram-se alguns materiais romanos (um silhar e uma mó), mas a prospecção na área envolvente revelou-se inconclusiva (devido às más condições de visibilidade do solo)

Bibliografia: Pires 1901: 217

11	Vinagreira
Freguesia:	São Vicente e Ventosa
Tipo:	habitat de tipo indeterminado
Cronologia:	Baixo-Império. Época visigótica
Natureza da informação:	Escavação. Bibliografia
Localização:	a partir de bibliografia
Coordenadas UTM:	29 S PD 534 151
Implantação:	Encosta dominante para Leste com amplo horizonte de visibilidade
Hidrografia / Recursos hídricos:	Ribeiro da Nogueira (Rib ^a do Torrão, Caia)
Capacidade agrícola de uso dos solos:	C/D

Pequeno sítio destacado na paisagem em área de fraca capacidade agrícola, interpretado pela autora dos trabalhos como abrigo temporário relacionado com trabalhos agrícolas ou de pastoreio.

O conjunto de espólio exumado é constituído essencialmente por cerâmica comum, sendo os fragmentos de *dolia* maioritários. Foi recolhida uma fivela de cinturão em bronze com paralelos datados do séc. VI.

Bibliografia: Almeida e Souto 1996; Bugalhão 1996; Bugalhão 1998: 133-134; Viana e Deus 1957: 98-99

12 São Vicente

Freguesia:	São Vicente e Ventosa
Tipo:	indeterminado
Cronologia:	Indeterminada
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	estimada
Coordenadas UTM:	29 S PD 541 139

Mario Saa refere o “campo arqueológico do povo de S. Vicente [que se estende] literalmente até ao Caia nas imediações de Campo Maior”, englobando nele vários sítios. Não parece que algum deles corresponda à actual povoação de S. Vicente, sendo o mais próximo a Horta da Cortina, local que se considera correspondente ao presente sítio arqueológico.

Bibliografia: Alarcão 1988: 154 (6/187); Saa 1956: 198,296

13	Ventosa
Freguesia:	São Vicente e Ventosa
Tipo:	indeterminado
Cronologia:	Indeterminada
Natureza da informação:	Prospecção Bibliografia
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 567 151
Implantação:	Colina com algum destaque e domínio visual sobre a paisagem, sendo a sua vertente mais acentuada a Este sobre a Ribeira da Ventosa
Hidrografia / Recursos	
hídricos:	Rib ^a . Ventosa (Caia)

Capacidade agrícola de uso**dos solos:** D / DC**Área de dispersão de****vestígios:** 8 000 m²**Condições de visibilidade****de vestígios no solo:** Regular

O pequeno cabeço onde se implanta a igreja da Ventosa teve ocupação romana, verificando-se a dispersão de cerâmica comum e de construção à superfície. A construção do edifício religioso terá reutilizado blocos de granito aparelhados que terão pertencido a construção(ões) romana(s), amontoando-se junto deste um grande número de silhares que terão sido ali colocados depois de terem sido deslocados em sequência de trabalhos agrícolas.

Segundo Victorino de Almada, “a quarto de légua desta igreja havia uma pedra deitada no chão” que se tratava de uma lápide funerária de “2.65m de comprimento decrescendo em largura de 0,66 a 0,56m” com a seguinte inscrição: “CACALO / AVIOLI / LIB[...]T / HIC / SIT”. Esta inscrição é considerada suspeita por J. d’Encarnação pelas dimensões e onomástica “inusitadas”

Bibliografia: Almada [s.d.]: maço 57; Almada 1881; Encarnação 1984: 632; Pires 1931: 48

14 Monte da Capela**Freguesia:** São Vicente e Ventosa**Tipo:** indeterminado**Cronologia:** indeterminada**Natureza da informação:** Bibliografia Prospecção**Localização:** estimada

Coordenadas UTM: 29 S PD 581 160

Sítio de tipologia indeterminada onde teriam sido identificados alicerces de construções romanas. Trabalhos de prospecção na área foram inconclusivos.

Bibliografia: Alarcão 1988: 154 (6/186); Saa 1956: 197

15	Capela
Freguesia:	São Vicente e Ventosa
Tipo:	indeterminado
Cronologia:	indeterminada
Natureza da informação:	Prospecção Informação oral Bibliografia
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 587 168
Implantação:	Elevação pouco acentuada em zona de afloramentos graníticos
Hidrografia / Recursos hídricos:	Rib ^a . Ventosa (Caia) ; duas nascentes de água na base das vertentes norte e sul
Capacidade agrícola de uso dos solos:	C+D (junto de duas pequenas manchas de solos B)
Área de dispersão de vestígios:	8 400 m ²
Condições de visibilidade de vestígios no solo:	Regular

No local foi observado um talude artificial subcircular estruturado com pedras, verificando-se a ocorrência de blocos de granito aparelhado junto deste, não sendo possível caracterizar melhor esta estrutura devido ao coberto vegetal. No talude e

área envolvente foram observados materiais de construção romanos (nomeadamente *tegulae* e silhares de granito). No extremo oposto do cabeço existe uma construção em ruínas em torno da qual se regista abundante cerâmica comum e de construção medieval cristã / moderna. Poderá corresponder a uma pequena capela associada às histórias locais relativas a um santo anacoreta, referidas por Mario de Saa. Este autor identificou também a construção romana que interpreta como templo.

Informações locais apontam para a frequente pilhagem deste sítio com recurso a detectores de metais que resultariam na recolha de moedas portuguesas de época medieval / moderna.

Bibliografia: Saa 1956: 198

16	Silveira
Freguesia:	São Vicente e Ventosa
Tipo:	<i>uilla</i> / via (?)
Cronologia:	indeterminada
Natureza da informação:	Bibliografia Prospecção Endovellico
Localização:	estimada
Coordenadas UTM:	29 S PD 583 155

Sítio onde teria sido identificada uma inscrição funerária “em mármore ricamente ornado, que aí está servindo de soleira de porta” e vestígios de estrada romana (Saa 1956: 197). Junto ao actual monte encontram-se um fragmento de fuste de coluna em mármore e um peso de lagar que, segundo informações no local, terão sido aí colocados após terem sido removidos do seu local original em sequência de trabalhos agrícolas.

Trabalhos de prospecção na área não permitiram identificar vestígios do traçado viário ou de quaisquer vestígios de construções ou materiais arqueológicos à superfície.

Bibliografia: Alarcão 1988: 154 (6/188); Saa 1956: 197

17	S. Pedro
Freguesia:	São Vicente e Ventosa
Tipo:	<i>uilla</i>
Cronologia:	Baixo-Império
Natureza da informação:	Prospecção Bibliografia
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 592 157
Implantação:	Zona baixa em declive suave para a ribeira
Hidrografia / Recursos hídricos:	Rib ^a .Ventosa (Caia); existência de poços actuais e uma nascente de água 600m a sul
Capacidade agrícola de uso dos solos:	BC
Área de dispersão de vestígios:	21 600 m ²
Condições de visibilidade de vestígios no solo:	Fraca

Villa de cronologia baixo-imperial, com ampla área de dispersão de vestígios arqueológicos à superfície. São ainda visíveis restos de construções e sarcófagos em granito. No início do século foi aqui recolhido um conjunto de moedas do Baixo Império para o Museu de Elvas.

Bibliografia: Alarcão 1988: 154 (6/189); Pires 1901: 234; Saa 1956: 197

18	Horta do Rangem
Freguesia:	São Vicente e Ventosa
Tipo:	casal
Cronologia:	Baixo-Império
Natureza da informação:	Prospecção
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 555 121
Implantação:	Área plana
Hidrografia / Recursos hídricos:	Rib ^a . de Chaves (Caia); numerosos poços e tanques nas imediações.
Capacidade agrícola de uso dos solos:	B
Área de dispersão de vestígios:	8 000 m ²
Condições de visibilidade de vestígios no solo:	Regular

Sítio de ocupação romana com uma área de dispersão de vestígios à superfície de cerca de 8 000m². Foram recolhidos materiais arqueológicos que apontam para um ocupação baixo-imperial, com semelhanças evidentes com a cerâmica identificada em contextos desta época na escavação da *uilla* da Quinta das Longas.

Bibliografia: Carvalho, Almeida e Pinto 1997

19	Pombal
Freguesia:	São Vicente e Ventosa

Tipo:	pedreira
Cronologia:	indeterminada
Natureza da informação:	Prospecção
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 564 119
Implantação:	área plana com afloramentos de granito
Hidrografia / Recursos	
hídricos:	Rib ^a . Chaves (Caia)
Capacidade agrícola de uso	
dos solos:	B
Área de dispersão de	
vestígios:	não foram observados quaisquer vestígios
Condições de visibilidade	
de vestígios no solo:	Boa

Afloramentos de granito com marcas de exploração como pedreira em época não determinada. Não foram observados quaisquer materiais arqueológicos à superfície. Foi incluída nesta base de dados devido à sua proximidade com o sítio da Quinta das Longas.

Bibliografia: inédito

20	Torre de Sequeira 2
Freguesia:	São Vicente e Ventosa
Tipo:	<i>villa</i> (?)
Cronologia:	Indeterminada
Natureza da informação:	Prospecção

Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 565 121
Implantação:	Área plana
Hidrografia / Recursos hídricos:	Rib ^a de Chaves (Caia)
Capacidade agrícola de uso dos solos:	B
Área de dispersão de vestígios:	16 000 m ²
Condições de visibilidade de vestígios no solo:	Regular

Sítio com ampla dispersão de vestígios, onde se identificam à superfície abundantes materiais de construção (cerâmica, silhares de granito,...). A sua proximidade com a Quinta das Longas (900 m a Este) e a Horta do Rangem (1 Km a oeste) deixa antever uma relação directa entre estes sítios.

Bibliografia: Inédito

21	Longas 2 / Torre de Sequeira 1
Freguesia:	São Vicente e Ventosa
Tipo:	<i>uilla</i> ?
Cronologia:	indeterminada
Natureza da informação:	Prospecção
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 574 122
Implantação:	Área plana em suave declive para a ribeira
Hidrografia / Recursos hídricos:	Rib ^a de Chaves (Caia)

Capacidade agrícola de uso**dos solos:** B**Área de dispersão de****vestígios:** 8 400 m²**Condições de visibilidade****de vestígios no solo:** Regular

Foi identificada ocupação romana na margem esquerda da ribeira de Chaves, numa depressão de terreno “gémea” do local de implantação da *pars urbana* da *uilla* da Quinta das Longas; toda a área se encontra pontuada por fragmentos de cerâmica romana à superfície. Foi recolhida a base de uma pequena coluna que poderá ter pertencido a um mausoléu ou edícula.

Trata-se sem dúvida de uma ocupação relacionada com o sítio da Quinta das Longas, podendo estar-se em presença da necrópole da *uilla*, hipótese que apenas poderá ser confirmada com trabalhos no local.

Bibliografia: Almeida e Carvalho 1998: 138

22	Quinta das Longas
Freguesia:	São Vicente e Ventosa
Tipo:	<i>uilla</i>
Cronologia:	meados séc. I - inícios do séc. V
Natureza da informação:	Escavação
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 574 121
Implantação:	Área plana em suave declive para a ribeira, marcado por um talude (de construção romana ?)

Hidrografia / Recursos hídricos:	Rib ^a de Chaves (Caia); várias nascentes de água nas imediações
Capacidade agrícola de uso dos solos:	B e A (junto da ribeira)
Área de dispersão de vestígios:	14 400 m ²
Condições de visibilidade de vestígios no solo:	Regular

Villa em que se identificam dois momentos de ocupação (*Villa* I - meados do séc. I ao séc. II e *Villa* II – início do séc. III a início do séc. V, com três momentos de remodelação: IIa - até ao início do séc. IV; IIb - séc. IV e IIc - final do séc. IV a início do séc. V). A planta da *pars urbana* da *uilla* baixo-imperial organiza-se em torno de um *peristilo* central, utilizando cânones típicos da arquitectura deste período, como é o caso da planta absidal reconhecida em dois dos seus compartimentos da ala sul do *peristilo*, merecendo referência a sala de tripla abside que se afirmaria como divisão “nobre” da casa. Esta construção era rodeada a norte por um grande espelho de água revestido a mármore. A norte do *peristilo* existia um pátio pavimentado com *opus sectile* de mármore e xisto, sobranceiro à Ribeira de Chaves que limitaria nesta área a *pars urbana* da *uilla*.

Este pátio era ornamentado por uma cascata sob um alpendre, onde se encontrava um conjunto escultórico correspondente a vários quadros de cenas mitológicas ou literárias. Deste conjunto foi possível recuperar várias figuras quase completas e cerca de uma centena de fragmentos pertencentes a outras, das quais de destacam um sátiro marinho, uma Afrodite/Vénus, uma cabeça de Melpómene (?), a mão de Urânia, seis animais (um cão, um veado, uma serpente, um bode, um tigre e um grifo, este último pertencente à proa de um barco). Além destes, foram encontrados vários membros inferiores e posteriores de figuras não identificadas, e dezenas de fragmentos do

arranjo vegetalista que suportava o conjunto. Datadas dos finais do séc.II – inícios do III, tratam-se de esculturas romanas copiadas de modelos helenísticos, prova evidente da filiação das preocupações educacionais das elites cultas do Baixo-Império em modelos anteriores.

O conjunto do restante espólio estudado é naturalmente significativo no que diz respeito aos materiais de cronologia baixo-imperial, destacando-se as ânforas lusitanas para transporte de preparados de peixe (Almagro 51c), cerâmica comum (cujas formas encontram paralelos nos conjuntos estudados nas necrópoles alto-alentejanas), e cerâmica de importação (T.S. hispânica e norte-africana), entre outros.

Bibliografia: AAVV 1995: 100; Alarcão 1987: 207; Alarcão 1988: 154 ; Almada 1883; Almeida e Carvalho 1998; Carvalho 1992, 1992a, 1993, 1994, 1994a; Carvalho, Almeida e Pinto 1997; Carvalho e Almeida 1998, 1999; Carvalho, Pinto e Almeida 1995,1996,1997; Gorges 1979: 467; Oleiro 1986: 112-113; Pinto 1934: 176; Pires 1901, 1931; Saa 1956: 134 e 297-298; Sepúlveda e Carvalho 1998;

23	Horta do Rafael
Freguesia:	São Vicente e Ventosa
Tipo:	indeterminado
Cronologia:	Indeterminada
Natureza da informação:	Prospecção; Informação oral
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 579 119
Implantação:	Área plana na margem da ribeira
Hidrografia / Recursos hídricos:	Rib ^a de Chaves (Caia)); vários poços e tanques actuais
Capacidade agrícola de uso dos solos:	A

Área de dispersão de vestígios:	indeterminada
Condições de visibilidade de vestígios no solo:	Fraca

Na margem esquerda da ribeira de Chaves, cerca de 600 a montante do sítio Torre de Sequeira 1, é visível uma grande parede em alvenaria com aparelho construtivo romano, visível ainda em vários troços, alguns dos quais com mais de 1.60m de altura conservada. Não foram observados quaisquer materiais arqueológicos na área envolvente, o que se pode relacionar com o facto de esta ser uma área intensamente utilizada com fins hortifrutícolas, além de ser também área de deposição aluvial.

Bibliografia: Inédito

24	Malhadas de Alcobaça
Freguesia:	São Vicente e Ventosa
Tipo:	<i>uilla</i> (?)
Cronologia:	Indeterminada
Natureza da informação:	Informação oral
Localização:	estimada
Coordenadas UTM:	29 S PD 576 102

Em 1991 foi aqui encontrada uma coluna em mármore que deu entrada no Museu de Elvas.

Bibliografia: inédito

25	Pinas
Freguesia:	São Vicente e Ventosa
Tipo:	necrópole
Cronologia:	I a.C - II d.C
Natureza da informação:	Bibliografia Prospecção Escavação
Localização:	a partir da bibliografia
Coordenadas UTM:	29 S PD 592 107
Implantação:	Área de relevo pouco acentuado, em ligeiro declive para o curso de água; a topografia antiga terá sido em parte alterada pela construção da albufeira
Hidrografia / Recursos hídricos:	Rib ^a das Espadas (Rib ^a do Ceto, Caia)
Capacidade agrícola de uso dos solos:	DE
Área de dispersão de vestígios:	Indeterminada
Condições de visibilidade de vestígios no solo:	Regular

Necrópole de incineração escavada por A. Viana e A. Dias de Deus na década de 50. Foram identificados cinco tipos diferentes de sepultura e pequenos empedrados de planta rectangular que terão servido como *ustrina*.

A cronologias propostas baseiam-se no estudo do espólio, especialmente vidros (Alarcão e Moutinho Alarcão 1967 e Alarcão 1968) e cerâmica de paredes finas (Mayet 1975).

Bibliografia: Alarcão 1968: 28-29; Alarcão 1988: 154 (6/192); Alarcão e Alarcão 1967: 3; Deus, Louro e Viana 1955: 570; Frade e Caetano 1993: *passim*; Mayet

1975: 99, 145); Nolen 1985: passim; Sepúlveda e Carvalho 1998: 243-244; Viana 1955: 552-553; Viana 1959; Viana e Deus 1950a: 242-244; Viana e Deus 1950b: 70-71; Viana e Deus 1955; Viana e Deus 1956: 142-153, 177-190.

26	Amimoas de Cima
Freguesia:	São Vicente e Ventosa
Tipo:	<i>uilla</i>
Cronologia:	indeterminada
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	estimada
Coordenadas UTM:	29 S PD 611 124

Sítio identificado por A. Dias de Deus, publicado por Abel Viana em 1950, onde foram identificado “destroços de um aqueduto, possivelmente romano, restos de casas com cunhais de granito, bocados de cerâmica romana, colhendo-se nessa ocasião uma moeda de bronze, também romana”.

Trabalhos de prospecção na área não puderam confirmar a sua localização no terreno.

Bibliografia: Alarcão 1988: 154 (6/191) ; Viana 1950: 299; Saa 1956: 133

27	Herdade das Pereiras
Freguesia:	Caia e S. Pedro
Tipo:	<i>uilla</i>
Cronologia:	séc. I-IV d.C.
Natureza da informação:	Endovellico Escavação
Localização:	a partir de bibliografia

Coordenadas UTM:	29 S PD 628 134
Implantação:	“A meia encosta de uma pequena elevação junto a uma linha de água, a <i>uilla</i> desenvolve-se numa pequena plataforma , prolongando-se os vestígios até à linha de água”
Hidrografia / Recursos hídricos:	Zona de confluência de várias linhas de água subsidiárias do Caia
Capacidade agrícola de uso dos solos:	B e C

Sítio identificado e escavado no âmbito do protocolo entre o IPPAR e a TRANSGÁS. Foram escavadas duas áreas distintas (zona 1 e 2), considerando-se identificadas duas áreas funcionais da *uilla*, desenvolvendo-se a *pars rustica* (zona 2) ao longo de uma plataforma aberta sobre o vale e protegida a norte por algumas elevações, situando-se junto a terrenos férteis e várias linhas de água.

Nesta área foi identificada uma lixeira e uma possível área de produção doméstica, deduzida através da presença de abundantes agulhas em osso (e uma em bronze) e pesos de tear.

A dimensão das áreas escavadas não permite uma leitura da planta da possível *pars urbana* (zona 1), na qual apenas são identificados dois compartimentos dos quais se conservavam dois muros a nível dos alicerces escavados na rocha. A classificação desta área como *pars urbana* é feita apenas a partir da diferença de aparelho construtivo dos referidos muros que parece mais cuidado do que os identificados na zona 2.

A cronologia de ocupação é dada pelos materiais recolhidos, que cobrem um período que vai do séc. I ao IV d.C. O facto do sítio ter sofrido grandes alterações estratigráficas após o abandono (trabalhos agrícolas) não permite a identificação de níveis cronologicamente homogéneos associados claramente às estruturas escavadas.

Bibliografia: Almeida e Souto 1996: 12; Lopes 1996

28	Castro de Segóvia
Freguesia:	Caia e S. Pedro
Tipo:	povoado fortificado
Cronologia:	Bronze Final - séc. I a.C.
Natureza da informação:	Escavação Bibliografia
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 637 154
Implantação:	Cabeço bem destacado na paisagem, com a vertente mais acentuada a Este sobre a margem direita do Caia. De acesso difícil, tem um amplo domínio visual sobre as áreas envolventes
Hidrografia / Recursos hídricos:	Na zona baixa já no sopé do cabeço, várias linhas de água secundárias subsidiárias do Caia, que se encontra a cerca de 500m
Capacidade agrícola de uso dos solos:	E (na zona baixa manchas B e C)

Povoado fortificado cuja primeira ocupação data do Bronze Final e que terá sido ocupado até época romano- republicana.

Bibliografia: Alarcão 1988: 154 (6/195); Fabião 1998: 160-162; 211-217; *passim*; Gamito 1981: 42; Gamito 1982: 73; Gamito 1988

29 Correio-Mor

Freguesia:	Caia e S. Pedro ou S. Vicente e Ventosa
Tipo:	<i>uilla</i>
Cronologia:	séc. I d.C – séc. V
Natureza da informação:	Prospecção Bibliografia
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 629 098
Implantação:	Área plana com pendente suave em direcção ao leito da ribeira
Hidrografia / Recursos hídricos:	Rib ^a do Ceto (Caia); estruturas romanas de aprovisionamento e adução de água
Capacidade agrícola de uso dos solos:	A
Área de dispersão de vestígios:	41 600 m ²
Condições de visibilidade de vestígios no solo:	Regular

Grande *uilla* que conserva visíveis estruturas de aprovisionamento e circulação de água (Tanque quadrangular - 36x34m com ca. 3.15m profundidade; aqueduto com 14 arcos de volta inteira - 2.2 m de altura e 5m de vão, conservado em cerca de 110m) e restos paredes em *opus quadratum*. Informações locais apontam a existência de pavimentos de mosaico hoje soterrados, mas que teriam ficado visíveis em diversas ocasiões por ocasião de trabalhos agrícolas.

Junto do monte acumulam-se elementos de construção - colunas em mármore (2); capitel em granito (1); vários silhares em granito alguns dos quais almofadados - e dois pesos de lagar de grandes dimensões.

A implantação da *pars urbana* deve coincidir com as construções do monte, estendendo-se a *uilla* numa vasta área desde a ribeira do Ceto até (pelo menos) o

actual caminho, verificando-se abundantes fragmentos de cerâmica comum e de construção à superfície. O tanque referido anteriormente situa-se cerca de 250m a norte da *uilla*.

Tratar-se-ia, segundo J.G. Gorges e F.G. Rodríguez Martín, do núcleo central de um *fundus* que ultrapassaria os 600 ha. Foi ocupada desde o séc.I a.C., demonstrando fortes relações comerciais com a capital da Lusitânia. No séc. IV, uma nova *uilla* substitui a anterior, quer através de completa reconstrução quer tenha sido pelo engrandecimento dos edifícios precedentes. Deveria ser ocupada em continuidade pelo proprietário, já que as estruturas da *uilla* (tanque-reservatório, aqueduto e pequena barragem no rib. do Ceto parecem destinar-se prioritariamente ao conforto habitacional da *pars urbana*. A dimensão da barragem do Moralves demonstra uma agricultura de regadio intensiva, cujo destino seria certamente o mercado da capital provincial.

Bibliografia: Alarcão 1988: 156 (6/ 227); Almada 1888-1891: 485; Almada [s.d.]; Maciel e Maciel 1985a: nº65 nota (1); Quintela, Cardoso e Mascarenhas 1987: 67-70; 132; 144; 151; Pires 1931: 13-14; Gorges e Rodríguez 1999a

30	Moralves
Freguesia:	Caia e S. Pedro
Tipo:	Barragem
Cronologia:	Indeterminada
Natureza da informação:	Prospecção Bibliografia
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 642 107
Implantação:	Vale
Hidrografia / Recursos hídricos:	

Rib^a do Ceto (Caia)**Capacidade agrícola de uso****dos solos:** BC+A

Paredão de barragem com 161m de comprimento conservado (3.2m de altura máxima e espessura 1.1m). É construído em *opus caementicium* e *opus quadratum*; sendo ainda visíveis orifícios de drenagem na parte superior. O conjunto hoje visível é apenas o miolo da construção, que deveria ter dois contrafortes em terra, o interno curto e pouco inclinado (coroadado por uma consola em *opus incertum* que fazia parte integrante do talude interno) e um exterior menos elevado, mais espesso e com um ângulo de inclinação menor. A sua capacidade é estimada num mínimo de 40 000 m³ e poderia facilmente garantir a irrigação de uma superfície de terra de cerca de 2 Km². A cronologia apontada por J.G. Gorges e F.G. Rodríguez Martín situa-se em torno do séc. IV, podendo a barragem ter uma função tripla: irrigação, reserva de água para gado e pesca.

Bibliografia: Alarcão 1988: 154 (6/196); Maciel e Maciel 1985a: n°65 nota (1); Quintela, Cardoso e Mascarenhas 1987: 67-70; Gorges e Rodríguez 1999a: 233-237

31	Paço
Freguesia:	Caia e S. Pedro
Tipo:	<i>uilla</i>
Cronologia:	Baixo-Império (em continuidade desde o Alto-Império ?)
Natureza da informação:	Prospecção Bibliografia
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 649 094
Implantação:	Área plana em suave declive para nascente em direcção à linha de água

Hidrografia / Recursos	
hídricos:	Rib ^a do Ceto (Caia)
Capacidade agrícola de uso	
dos solos:	BC (A na margem direita da ribeira)
<hr/>	
Área de dispersão de	
vestígios:	23 800 m ²
Condições de visibilidade	
de vestígios no solo:	Fraca
<hr/>	

Villa identificada aquando da construção de uma conduta da barragem do Caia. Um relatório da Junta Nacional de Educação assinado por M. Farinha dos Santos e datado de 1968 dá conta da existência de uma ampla área de dispersão de vestígios arqueológicos, identificando-se claramente restos de compartimentos de planta rectangular e outros “de contorno arredondado”. Estas estruturas são constituídas por blocos de granito aparelhado, que afloram por toda a área considerada. Era visível também nessa altura um grosso muro, de aparelho miúdo com cerca de 1.90m de espessura, 40 metros de extensão e uma altura conservada em alguns pontos de cerca de 1.60m. Esta estrutura voltava a aparecer algumas dezenas de centímetros acima do solo, à distância de 400m em direcção a nascente parecendo constituir um conjunto que serviu de apoio a uma antiga conduta de água. Foi recolhido abundante espólio arqueológico, do qual se destaca uma moeda de Constantinus I Maximus (306-337 d.C.), um fragmento de *sigillata* “lisa e tardia”, cerâmica comum e de construção, uma mó, uma base de coluna e placas de mármore lavradas. A este local estaria associada uma necrópole como parece depreender-se das informações recolhidas segundo as quais “apareceram a cerca de dois metros de profundidade grandes vasilhas inteiras (potes), posteriormente quebrados pelos operários, “fornos” com cinzas e ossos queimados”.

Em 1984 foi recolhida um fragmento de placa funerária cuja datação paleográfica é do séc. I, bem como um cipo anepígrafo em granito e uma coluna em mármore.

Os trabalhos de prospecção de 1998 identificaram uma vasta área de dispersão de materiais arqueológicos à superfície, desde ribeira do Ceto até à área onde se implantam as construções do actual Monte do Paço. Junto deste existem grandes silhares de granito deslocados da sua posição original em sequência de trabalhos agrícolas. No leito da ribeira existe abundante cerâmica romana (material de arrasto).

Bibliografia: Alarcão 1988: 156 (6/) e 157 (6/228); Maciel e Maciel 1985a: nº65; Arqueólogo Português 1967: 120. IPA – Proc. JN 7/1(56)

32	Botafogo
Freguesia:	Caia e S. Pedro
Tipo:	<i>uilla</i>
Cronologia:	Baixo-Império
Natureza da informação:	Bibliografia Prospecção
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 670 077
Implantação:	Pequena elevação sem grande destaque mas com amplo domínio da paisagem, sobretudo sobre o leito da ribeira
Hidrografia / Recursos hídricos:	Rib ^a do Ceto (Caia)
Capacidade agrícola de uso dos solos:	A
Área de dispersão de vestígios:	15 400 m ²
Condições de visibilidade de vestígios no solo:	

Regular

Villa onde trabalhos antigos identificaram um sarcófago em mármore e colunas (também em mármore). Actualmente foi possível identificar abundante cerâmica romana à superfície, embora não sejam visíveis quaisquer vestígios de estruturas. Dos materiais recolhidos destacam-se a *terra sigillata* hispânica, cerâmica de armazenamento (*dolia*), um fragmento de bojo de ânfora cuja pasta parece apontar um fabrico bético, material de construção (cerâmica e blocos de *opus signinum*) e abundante cerâmica comum.

Bibliografia: Alarcão 1988: 157 (6/229); Maciel e Maciel 1985a: nº65 nota (1); Pires 1901: 212

33	Serrones
Freguesia:	Vila Fernando
Tipo:	necrópole
Cronologia:	Séc. I-II (e mais tardio ?)
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 419 076
Implantação:	“suave ladeira orientada a norte” (Viana e Deus 1955: 55)
Hidrografia / Recursos hídricos:	Entre as ribeiras de Tira Calças e Pegacha (Rib ^a do Almuro, Sorraia)
Capacidade agrícola de uso dos solos:	C + D

Necrópole escavada por Abel Viana e A. Dias de Deus, em que se identifica a coexistência de rituais funerários de incineração e inumação. A datação centrada nos

séc. I e II é baseada nas sepulturas com espólio datável, mas existe um número significativo de sepulturas sem espólio votivo, algumas das quais de inumação, o que levanta a hipótese desta necrópole ter um período de utilização mais tardio (Frade e Caetano 1993: 852). Os dados publicados pelos seus escavadores não são suficientes para determinar se esta utilização se faz em continuidade desde o séc. I ao III-IV ou se os dois ritos correspondem a períodos distintos. Em aberto fica também a possibilidade de terem coexistido no tempo as práticas de incineração e inumação.

Bibliografia: Alarcão 1988: 156 (6/212); Alarcão e Moutinho Alarcão 1967: 2; Moutinho Alarcão 1961: passim; Nolen 1985: passim; Frade e Caetano 1993; Viana 1950: 296-297; Viana 1953: 247; Viana e Deus 1955: 55-68

34	Herdade de Alcobaça
Freguesia:	Vila Fernando
Tipo:	epigrafia - miliário / <i>uilla</i> (?)
Cronologia:	Baixo-Império
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	a partir de bibliografia
Coordenadas UTM:	29 S PD 419 058

Conhecem-se dois miliários provenientes de Alcobaça, um dos quais com a indicação milha LXV e datação de Diocleciano e Maximiano (286-305). Esta distância corresponderá a uma contagem feita a partir de Mérida, o que implica a integração deste sítio no território da capital provincial. Este miliário, em depósito no MNA, tem sido referido como proveniente da Terrugem, o que se deve possivelmente a um erro na localização da herdade nessa freguesia.

O segundo miliário, com datação hipotética de um imperador da dinastia dos Severos, dos imperadores sírios ou mesmo da Tetrarquia (Encarnação 1984: 735),

será proveniente do sítio de Cabanas, nesta mesma herdade, (topónimo que não se encontra registado na Carta Militar 1: 25 000) e onde o P^e Silva Louro refere a existência de “vestígios de cerâmica”. Este mesmo autor regista ainda que “a poente do Monte [de Alcobaça] a poucos metros, na descida, os arados levantam grossos tijolos do chão de uma casa sobre a qual hoje se semeia o trigo. No dito sítio se encontrou uma coluna e capitel de mármore.” (Louro 1966) Poderemos estar em presença de uma *uilla* nas imediações da via que se dirigia a Mérida, com a qual poderá estar relacionada a necrópole que foi objecto de escavação de emergência na década de 80 (nº35).

Bibliografia: AAVV 1995: 27; Alarcão 1987: 77-78; Alarcão 1988: 156 (6/215); Encarnação 1984: 728-729 e 735-736; Gorges e Rodríguez 1999b: 261-262; Lambrino 1967: 207-208; Louro 1966: 6-7; Pires 1931: 9; Saa 1956: 293; Vasconcellos 1914

35	Monte do Alcobaça
Freguesia:	Vila Fernando
Tipo:	necrópole
Cronologia:	Indeterminada
Natureza da informação:	Escavação. Bibliografia
Localização:	a partir de bibliografia
Coordenadas UTM:	29 S PD 423 060
Implantação:	"O sítio estende-se por duas elevações cujas cotas são 332 e 322m"
Hidrografia / Recursos hídricos:	Ribeira Tira Calças e rib. da Misericórdia (Rib ^a do Almuro, Sorraia)
Capacidade agrícola de uso dos solos:	

B+D

Necrópole parcialmente destruída em 1986 em sequência de trabalhos agrícolas, tendo sido identificados vestígios de sete sepulturas de planta rectangular; os trabalhos de escavação de emergência levados a cabo pelo IPPC efectuaram-se após uma segunda destruição do sítio em que foram levantadas todas as sepulturas visíveis anteriormente. Nas sondagens efectuadas apenas foi possível escavar “3 estruturas de preparação de sepulturas [...] que] consistiam no afeiçoamento do xisto de forma a obter um plano horizontal [...] Alguns dos cortes no afloramento podem ter servido também como parede lateral das sepulturas”. As autoras dos trabalhos consideram a hipótese de existência de um espaço habitacional na área escavada, visto ter sido identificado um conjunto de lajes de xisto e fragmentos de tijolos que, “apesar do seu mau estado de conservação, [se pensa poderem] corresponder a um pavimento”.

Não são referidos quaisquer elementos que possam caracterizar melhor este sítio do ponto de vista cronológico, sendo o espólio recolhido maioritariamente constituído por material de construção, com escassos fragmentos de cerâmica comum e terra sigillata não classificada. Foi recolhido um denário de Antonino, sem contextualização estratigráfica.

(Cf. ficha nº 21)

Bibliografia: Dias e Fernandes 1989; Dias e Fernandes 1994

36	Monte do Passo
Freguesia:	Vila Fernando
Tipo:	indeterminado / necrópole
Cronologia:	Indeterminada
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	estimada

Coordenadas UTM: 29 S PD 467 082

Sítio referido pelo P^e Silva Louro, onde seriam visíveis restos de um edifício de época romana, tendo sido achadas “sepulturas da mesma época um pouco mais acima na encosta”.

Bibliografia: Louro 1961: 9; Louro 1966: 5

37	Alcarapinha
Freguesia:	Vila Fernando
Tipo:	necrópole / epigrafia - miliário
Cronologia:	Indeterminada
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	estimada
Coordenadas UTM:	29 S PD 467 072

Três sepulturas identificadas por A. Dias de Deus junto de uma anta, cujos esteios terão sido reaproveitados para a construção das mesmas. Entre o espólio funerário encontravam-se dois brincos de bronze, “um deles com uma pedra azulada, semelhando vidro”.

O P^e H. Silva Louro em 1966 refere a existência de um marco miliário em granito com a inscrição [incompleta] CAES., “que se encontrava na esquina do monte de Alcarapinha”. Este autor considera que este miliário pertenceria à via que ligaria Elvas e Estremoz que seguiria de Alcarapinha a Alcobaça (nº 34/35), onde foram encontrados outros dois miliários.

Bibliografia: Alarcão 1988: 156 (6/213); Louro 1966: 5-6; Viana 1950: 293.

38	São Romão
Freguesia:	Vila Fernando
Tipo:	<i>uilla</i>
Cronologia:	indeterminada
Natureza da informação:	Endovellico
Localização:	a partir de bibliografia
Coordenadas UTM:	29 S PD 475 080
Implantação:	Zona baixa junto do leito da Ribeira que é enquadrada a Sudeste e Noroeste por cabeços com algum destaque na paisagem
Hidrografia / Recursos hídricos:	Ribeiro de S. Romão (Rib ^a Velha, Almuro , Sorraia); poços actuais
Capacidade agrícola de uso dos solos:	B e A

Trabalhos agrícolas em 1987 puseram a descoberto vestígios [não especificados] de uma *uilla* romana, tendo havido uma intervenção de emergência durante uma semana em Novembro a cargo dos SRAS. Previa-se a continuação dos trabalhos em Abril do ano seguinte que, no entanto, ainda não tinham sido realizados em Fevereiro de 1989. Não há qualquer informação posterior a esta data ou qualquer relatório de trabalhos.

O Pe Silva Louro refere a existência de vestígios de edificios e um “túmulo em mármore sem inscrição alguma.”

Bibliografia: Proc. IPA 89/1(23); Louro 1966: 5

39 Atalaia dos Sapateiros

Freguesia:	Vila Fernando
Tipo:	habitat indeterminado
Cronologia:	indeterminada
Natureza da informação:	Prospecção Bibliografia
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 482 064
Implantação:	Cabeço destacado na paisagem sendo a vertente nascente mais acentuada
Hidrografia / Recursos hídricos:	Linha de fosto entre as bacias hidrográficas do Sorraia (Rib ^a Velha / Almuro, afluentes da Ribeira Grande) e Guadiana (linhas de água subsidiárias da Rib ^a de Mures); recursos hídricos abundam já na baixa junto aos actuais mtes. da Atalaia e Atalainha
Capacidade agrícola de uso dos solos:	D+E no cabeço (B,B+A,B+C na envolvente)
Área de dispersão de vestígios:	8 000m ²
Condições de visibilidade de vestígios no solo:	Regular

Sítio destacado na paisagem onde existe uma atalaia de época moderna que terá sido construída sobre edificações romanas. Embora não se identifiquem claramente estruturas romanas, foi recolhida cerâmica comum e de construção desta cronologia. No decurso de escavações conduzidas por A. Viana, e A. Dias de Deus “ num pequeno espaço de terreno” foi recolhida abundante cerâmica de construção romana, cerâmica comum, *terra sigillata*, pesos de tear e moedas de bronze, de cunhagem *Emeritense*, além de um denário republicano, um bronze de Augusto, um de Cláudio e outro de Domiciano (Deus, Louro e Viana 1955: 571; 577).

Em trabalho recente, e como hipótese de trabalho, C. Fabião levanta a possibilidade deste sítio ter correspondido a um núcleo de povoamento “principal” a que estaria associada a necrópole da Idade do Ferro da Chaminé (nº41).

Bibliografia: Alarcão 1988: 156 (6/214); Deus, Louro e Viana 1955: 571; Fabião 1998: 385; Louro 1966: 4; Viana 1950: 297-299; Viana e Deus 1954: 155; Saa 1956: 130.

40	Carrão
Freguesia:	Vila Fernando
Tipo:	<i>uilla</i>
Cronologia:	Baixo-Império (em continuidade desde época alto-imperial ?)
Natureza da informação:	Escavação Prospecção Bibliografia
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 496 086
Implantação:	Área aplanada, em declive suave sobre a margem esquerda da ribeira
Hidrografia / Recursos hídricos:	Ribeiro do Carrão (Rib ^a Velha, Almuro , Sorraia); numerosos poços, cisternas modernos
Capacidade agrícola de uso dos solos:	B
Área de dispersão de vestígios:	25 000 m ²
Condições de visibilidade de vestígios no solo:	Regular

Villa escavada por A. Luís Agostinho e A. Dias de Deus na década de 40, na qual foi identificada a *pars urbana*, “grande construção composta de numerosos compartimentos”. Pela descrição apresentada parece tratar-se de uma *uilla* de peristilo, com um dos compartimento com uma abside, sendo os restantes de planta rectangular. Os pavimentos são maioritariamente em mosaico “apresentando pelo menos quatro planos de nível deferente”, com motivos geométricos e figurativos. Foram escavadas também parte das termas e numa sondagem a Nascente terá sido identificada um edificio possivelmente pertencente à *pars rustica* da *uilla*, uma “casa grande, com pavimento de tijolos quadrados [por baixo do qual] passava um canal de drenagem, feito de tijolos rectangulares. Neste ponto apareceram muitos fundos de ânfora. Aquando da sua identificação, foi A. Dias de Deus informado que "na ocasião da debulha os trabalhadores tinham achado uma cabeça de estátua [...] que não voltou a aparecer". A cronologia de ocupação parece ser bastante longa, pelo que se depreende dos numismas recolhidos, entre os quais se contam dois denários republicanos, pequenos e médios bronzes de Domiciano e um conjunto baixo-imperial (Deus, Louro e Viana 1955: 577)

Referência ainda à existência de uma represa próxima das ruínas que se encontra entulhada e que faria parte do sistema de circulação de água da *uilla* (Viana 1950a: 304-306), que não foi possível identificar nos trabalhos de prospecção realizados.

Actualmente a área de dispersão de vestígios arqueológicos (material de construção, cerâmica comum, ânforas, *sigillata*, ...) estende-se por cerca de 25 000m², sendo visíveis estruturas em *opus incertum*, reconhecendo-se parcialmente a planta do compartimento em abside. A cerca de 1Km a Este da *uilla*, trabalhos de prospecção realizados em 1997 identificaram um conjunto de silhares de granito no leito da ribeira Velha, parecendo indiciar ter ali existido uma construção (possível ponte) e fragmentos de mós. Em visita ao local em 1999 para proceder à confirmação da localização deste ponto e respectivo registo cartográfico e fotográfico, verificou-se

que o mesmo se encontra destruído pela construção de um aterro destinado a sustentar o paredão de uma albufeira de utilização agrícola.

Bibliografia: Alarcão 1988: 156 (6/211); Deus, Louro e Viana 1955: 568-569; Gorges 1979: 467; Heleno 1951: 91-94; Louro 1966: 5; Quintela Cardoso e Mascarenhas 1987: 70-71; Viana 1950: 295-296; Viana 1955a: 550-551.

41	Chaminé
Freguesia:	Vila Fernando
Tipo:	Necrópole
Cronologia:	final do séc. IV a.C. + I d.C. + séc. III-IV d.C. + [V-VI ?]
Natureza da informação:	Prospecção Bibliografia
Localização:	A partir da bibliografia
Coordenadas UTM:	29 S PD 497 088
Implantação:	Área aplanada, em declive suave sobre a margem direita da ribeira
Hidrografia / Recursos hídricos:	Ribeiro do Carrão (Rib ^a Velha, Almuro , Sorraia); numerosos poços, cisternas modernos
Capacidade agrícola de uso dos solos:	C
Área de dispersão de vestígios:	Indeterminada
Condições de visibilidade de vestígios no solo:	Regular

Necrópole escavada por A. Viana e A. Dias de Deus várias fases de utilização:

a) Idade do Ferro: incinerações e deposições secundárias em urna;

- b) Alto Império: necrópole de incineração datada do séc. I d.C. (da qual foi apenas escavada uma sepultura)
- c) Baixo-Império: sepulturas de inumação em covas trapezoidais com paredes forradas por lajes ou pedras sobrepostas;
- d) necrópole de inumação com corpos em decúbito lateral e escasso espólio metálico (goda ou muçulmana ?)

De acordo com os elementos publicados pelos escavadores do sítio não parece haver uma continuidade de utilização entre a Idade do Ferro e a época romana; o facto de apenas ter sido escavada uma sepultura datada do Alto Império deixa também por esclarecer a possível continuidade ou reutilização deste espaço durante o período romano. Pela evidente relação de proximidade, a necrópole estará associada à *uilla* do Carrão (nº40), pelo menos em época baixo-imperial.

Não são neste momento visíveis à superfície quaisquer vestígios arqueológicos da necrópole. A localização apresentada faz-se a partir dos trabalhos publicados.

Bibliografia : AAVV 1995: 62; Alarcão 1988: 155-156 (6/210); Alarcão e Moutinho Alarcão 1967: 22; Alarcão e Ponte: 82; Deus, Louro e Viana 1955: 569; Fabião 1998: 369-386; Frade e Caetano 1993: 850; Louro 1966: 5; Moutinho Alarcão 1961: 186; Nolen 1985: passim; Viana 1950a: 306-311; Viana 1953: 238, 255; Viana 1955a: 548-550; Viana e Deus 1950a: 230-236; Viana e Deus 1951: 89-92; Viana e Deus 1956: 134-137.

42 Trinta Alferes

Freguesia: São Brás e S. Lourenço

Tipo: indeterminado

Cronologia: Indeterminada

Natureza da informação: Bibliografia

Localização: estimada

Coordenadas UTM: 29 SPD 532 069

Sítio de ocupação romana indeterminada, onde foi encontrada cerâmica de construção que deu entrada no Museu de Elvas no final do séc. XIX.

Bibliografia: Alarcão 1988: 156 (6/219); Pires 1901: 222

43 Nossa Senhora da Graça

Freguesia: Alcáçova

Tipo: epigrafia - funerária

Cronologia: fins do séc. II - inícios do III

Natureza da informação: Bibliografia

Localização: estimada

Coordenadas UTM: 29 SPD 593 069

Ara funerária que se conhece apenas através da transcrição do texto. Estaria na ermida da Graça “servindo para se encostar à porta” (Almada 1881); não sendo este o seu contexto original, desconhece-se qual o seu local de achamento.

Bibliografia: Alarcão 1988: 156 (6/); Almada 1881; Encarnação 1984: 651-652

44 Elvas

Freguesia: Alcáçova / Assunção

Tipo: *uicus* (?)

Cronologia: Indeterminada

Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 594 054
Implantação:	Elevação destacada na paisagem com amplo domínio visual sobre a região envolvente. A norte, o monte sobre o qual se ergue o Forte da Graça tem uma cota mais elevada, definindo uma passagem relativamente estreita e encaixada entre estas duas elevações
Hidrografia / Recursos hídricos:	Rib ^a do Ceto (Caia)
Capacidade agrícola de uso dos solos:	rodeada de solos A, A+B e C

A ocupação romana da actual cidade de Elvas é atestada pelo achamento na área urbana de inscrições, fragmento de um mosaico e um baixo-relevo. Desconhecem-se as condições em que estes achados foram feitos e das 12 epígrafes publicadas a maioria é referente ao “aro de Elvas” não sendo certa a sua atribuição à área urbana (cf. Encarnação 1984).

Relativamente à epigrafia, pode ser significativo notar que das seis epígrafes votivas conhecidas no actual concelho, quatro provêm da área de Elvas e duas da Herdade da Fonte Branca (nº46) que se encontra apenas a 3Km da actual cidade. Trata-se de duas inscrições dedicadas a Proserpina (IRCP 571; 572), sendo mais difícil a identificação do teónimo nas restantes (IRCP 566; 575). Registem-se também as placas funerárias de dois militares, um dos quais natural de Mérida (IRCP 577) e outro que, embora natural da Col(onia) Fir(mo) Piceno [na costa adriática da península Itálica] se encontra inscrito na tribo Papíria (IRCP 576).

Bibliografia: AAVV 1995: 77; Alarcão 1988: 156 (6/220); Alarcão 1999; Almeida 1962: 196, 210, 212; Encarnação 1977: 53- 54; Encarnação 1984: 633-662; Figueiredo 1889: 161-162; Encarnação 1985; Le Roux 1982: 200; Mantas 1998: 43, 51; Vasconcelos 1895: 22; Souza 1990: 51-52

45	Papulos
Freguesia:	Caia e S. Pedro
Tipo:	epigrafia - funerária / necrópole
Cronologia:	2ª metade do séc. II (epigrafia)
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	estimada
Coordenadas UTM:	29 S PD 604 061

Necrópole de inumação parcialmente [?] destruída em 1897 aquando da reconstrução de uma estrada municipal. Foram recolhidos e doados ao Museu de Elvas restos osteológicos humanos, uma bilha (cerâmica comum), uma lucerna com decoração figurativa e dois anéis em bronze. É também proveniente deste local uma árula funerária em mármore branco trabalhada nas quatro faces.

Bibliografia: Alarcão 1988: 156 (6/); Encarnação 1984: 659-660; Pires 1901: 218, 220 e 223; Pires 1931 : 80

46	Fonte Branca
Freguesia:	Caia e S. Pedro
Tipo:	epigrafia - votiva
Cronologia:	indeterminada
Natureza da informação:	Bibliografia

Localização: estimada

Coordenadas UTM: 29 S PD 626 062

Duas aras em granito trabalhadas nas quatro faces, dedicadas a Proserpina. Actualmente em depósito no Museu de Elvas, encontram-se muito deterioradas apresentando por isso alguma dificuldade de leitura.

Bibliografia: Alarcão 1988: 157 (6/230); Almada [s.d.]: maço 18; Encarnação 1984: 639-640; Vasconcellos 1895: 244-245

47	Ponte Lagarto
Freguesia:	Caia e S. Pedro
Tipo:	via
Cronologia:	Indeterminada
Natureza da informação:	Prospecção
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 648 045
Implantação:	sobre o leito de uma linha de água afluyente da margem esquerda da ribeira da Lã em vale pouco acentuado de orientação NE/SW
Hidrografia / Recursos	
hídricos:	Rib ^a da Lã (Guadiana)
Capacidade agrícola de uso dos solos:	B
Área de dispersão de vestígios:	indeterminada
Condições de visibilidade de vestígios no solo:	

Nula

Ponte em alvenaria de pedra e tijolo conhecida localmente com o microtopónimo Ponte Lagarto. Encontra-se parcialmente soterrada em terreno actualmente intensamente agricultado.

Bibliografia: Inédito

48	Nora Úveda
Freguesia:	Caia e S. Pedro
Tipo:	<i>uilla</i>
Cronologia:	Indeterminada
Natureza da informação:	Prospecção Informação oral
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 647 042
Implantação:	Pequena colina pouco destacada mas com amplo domínio visual da paisagem
Hidrografia / Recursos	
hídricos:	Rib ^a da Lã (Guadiana)
Capacidade agrícola de uso dos solos:	A e B
Área de dispersão de vestígios:	16 000 m ²
Condições de visibilidade de vestígios no solo:	Fraca

Villa romana a que as construções do monte da Nora Úveda se devem sobrepor, identificando-se um troço de uma parede em pedra com aparelho romano. Segundo

indicações locais, quando foi efectuada a terraplanagem para a construção do barracão a norte do monte foram encontradas colunas de mármore e silhares de granito. Foram observados fragmentos de cerâmica comum e de construção à superfície.

Bibliografia: inédito

49a	Herdade das Caldeiras
Freguesia:	Caia e S. Pedro
Tipo:	epigrafia - funerária / via (?)
Cronologia:	finais séc. II - princípios do séc. III
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	a partir de bibliografia
Coordenadas UTM:	29 S PD 698 051

Árula funerária encontrada junto de uma caminho a cerca de 200m de uma ponte. Desta ponte, da qual em 1982 eram visíveis “do lado jusante, algumas aduelas de um arco e sinais de um outro, [com características que permitem supor] uma obra originariamente romana” (Maciel e Maciel 1985b), não restam hoje vestígios, estando toda a área cultivada em regime intensivo de regadio.

A proximidade com a *uilla* da Alfarófia (nº49) faz pensar que estaremos em presença de dois sítios relacionados.

Bibliografia: Alarcão 1988: 157 (6/231); Almada [s.d.]; Maciel e Maciel 1985b: nº66

49	Alfarófia
Freguesia:	Caia e S. Pedro
Tipo:	<i>uilla</i>

Cronologia:	Alto-Império / Baixo-império
Natureza da informação:	Prospecção Bibliografia
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 700 044
Implantação:	Área plana na margem direita do Caia. Os restos do sítio arqueológico, muito destruído por agricultura intensiva, concentram-se maioritariamente numa pequena elevação que deverá corresponder ao local onde as construções romanas estão mais bem conservadas.
Hidrografia / Recursos hídricos:	Caia
Capacidade agrícola de uso dos solos:	A
Área de dispersão de vestígios:	14 000 m ²
Condições de visibilidade de vestígios no solo:	Regular

Villa muito destruída em sequência de agricultura intensiva. Actualmente são visíveis restos de paredes em alvenaria de pedra e tijolo e vários silhares de granito aparelhado com dimensões semelhantes (60x90x45), bem como uma coluna em granito (0.35m diam. e ca.1m altura conservada) e blocos de *opus signinum*. Foram recolhidos abundantes materiais arqueológicos que revelam a ampla diacronia de ocupação do sítio (fragmentos de cerâmica de paredes finas, *terra sigillata sudgálica*, hispânica e norte-africana; grande quantidade de cerâmica comum, nomeadamente de armazenamento, de construção, *tesselae*, etc...)

No séc. XIX foi aí identificada também uma sepultura de incineração (Almada 1888-1891) e em 1972 foram recolhidos de 3 fragmentos de mosaico levantado por

uma charrua, oferecidos para o MNA em 1978. Na década de 80, Justino e Tarcísio Maciel, ao procederem à identificação do sítio, recolheram para o Museu de Elvas, mós, *terra sigillata* e duas moedas do Baixo-Império.

A árula funerária da herdade das Caldeiras (nº49a), bem como a ponte soterrada sob os arrozais do Caia referida por Justino e Tarcísio Maciel devem relacionar-se directamente com este sítio, embora actualmente se encontrem noutra propriedade.

Bibliografia: Alarcão 1988: 157 (6/232); Almada 1888-1891: 292; Almada [s.d.]; Centro Elvense de Arqueologia 1978; Maciel e Maciel 1985b: nº66 nota (1); Pires 1901: 221; Pires 1931: 9; Vasconcellos 1896: 3

50	Farisoa
Freguesia:	Terrugem
Tipo:	indeterminado
Cronologia:	Baixo-império
Natureza da informação:	espólio em depósito no MNA
Localização:	estimada
Coordenadas UTM:	29 S PD 400 028

Encontra-se em depósito no Museu Nacional de Arqueologia uma bilha (cerâmica comum) com indicação de proveniência da Farisoa/Terrugem. Desconhecem-se as condições do achado.

Bibliografia: Inédito

51	Terrugem
Freguesia:	Terrugem
Tipo:	<i>uilla</i> / necrópole

Cronologia:	Baixo-Império (em continuidade desde época alto-imperial?) e período visigótico
Natureza da informação:	Escavação Bibliografia
Localização:	a partir de bibliografia
Coordenadas UTM:	29 S PD 434 010
Implantação:	“Ladeira muito extensa e de fraca pendente”
Hidrografia / Recursos hídricos:	Linhas de água subsidiárias da Ribeira da Asseca (Guadiana) ; abundantes poços actuais
Capacidade agrícola de uso dos solos:	D+E

Villa escavada por A. Viana e A. Dias de Deus que terá tido uma ampla cronologia de ocupação e da qual não se conhece nenhuma planta publicada. Foi identificado parte do complexo termal a cerca de 5m dos “alicerces de um grande edifício de planta rectangular, quase quadrada, feitos em blocos de granito”. A área ocupada pelas construções romanas será considerável, como parece indicar a presença de alicerces “em diversos sítios mais, pelo cimo e encosta do outeiro [onde se fizeram] algumas ligeiras sondagens.

Do espólio recolhido, salientam-se os metais, elementos de construção em mármore, grande abundância de *terra sigillata*, um amuleto em osso, numerosas moedas romanas “quase todas médios e pequenos bronzes do Baixo-Império, três das quais perfuradas a fim de servirem de amuletos “ (Deus, Louro e Viana 1955). Foi ainda escavado um cemitério de inumação tardo-romano cujas sepulturas rodeiam “por três faces” os alicerces do edifício de planta rectangular referido anteriormente. Este facto leva a supor que a necrópole corresponderá a uma utilização posterior deste espaço quando a *uilla*, ou parte dela, tivesse já perdido a sua função habitacional.

Bibliografia: Alarcão 1988: 156 (6/217); Almeida 1962: 202,235; Deus, Louro e Viana 1955: 571-572; Heleno 1948; Louro 1948: 347-348; Louro 1964

52	Monte da Nora
Freguesia:	Terrugem
Tipo:	<i>uicus</i>
Cronologia:	Idade do Ferro - séc. IV/V (necrópole eventualmente cristã mais tardia)
Natureza da informação:	Escavação Endovellico Prospecção
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 451 022
Implantação:	Pequena colina com inclinação mais acentuada nas encostas Este, Sul e Oeste
Hidrografia / Recursos	
hídricos:	Confluência da ribeira da Nora e Rib ^a de Mures (Guadiana)
Capacidade agrícola de uso	
dos solos:	E (B na linha de água no sopé da colina)

Sítio escavado em sequência da aplicação das medidas de minimização apontadas no EIA da auto-estrada A6, tendo a intervenção sido limitada à área afectada pela construção da via. Trata-se de um povoado com uma ampla cronologia de ocupação que, de acordo com os dados do relatório de escavação, poderá dividir-se nos seguintes momentos:

1. Povoado da Idade do Ferro: as únicas estruturas identificadas são de carácter defensivo - duas linhas de fossos envolventes paralelos entre si com entulhamento de época tardo-republicana (com dois momentos: segunda metade do séc. II até ao séc. I a.C. e finais do séc. I a.C. até início do séc. I d.C)

2. Ocupação romana:

a) séc. I-III : estruturas habitacionais, dois tanques pertencentes a um lagar e dois fornos de cerâmica serão desta cronologia; estas estruturas sobrepõem-se e “cortam” os fossos, o que implica ruptura com as necessidades defensivas do povoado; não há elementos que possam autorizar interpretações sobre se a ocupação se fez em continuidade, ou se houve um momento de abandono; as estruturas habitacionais identificadas revelam orientações espaciais diferentes, parecendo corresponder a habitações independentes; verifica-se também que existem algumas construídas sobre derrubes de telhados de casas anteriores, bem como existem áreas com orientação distinta de outras (nomeadamente zona A e D) o que pressupõe diferentes fases de construção, além das habituais remodelações e ampliações do espaço doméstico;

b) época tardo-romana: fossas escavadas na rocha (“silos”) com entulhamento com *terminus post quem* durante ou depois do séc. IV/V; algumas destas fossas “cortam” um dos fornos.

3. Necrópole: de inumação; a datação não é definida mas a orientação das sepulturas pode apontar para uma necrópole cristã; a implantação da necrópole é posterior ao abandono do sítio, quando algumas estruturas já se encontram desactivadas (situação semelhante à que se verifica na Terrugem e Herdade da Camugem).

Bibliografia: Alarcão 1999; Ecosistema 1996; Gonçalves 1998a; Gonçalves 1998b; Gonçalves et alii 2000; Posselt 1999; Silva 1999

53 Ribeira dos Mosqueiros

Freguesia: Vila Boim

Tipo: indeterminado

Cronologia:	Indeterminada
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	a partir de bibliografia
Coordenadas UTM:	29 S PD 731 024
Implantação:	
Hidrografia / Recursos hídricos:	Ribeira dos Mosqueiros (Rib ^a de Mures, Guadiana)
Capacidade agrícola de uso dos solos:	D+E com mancha B junto ao leito da ribeira

Sítio identificado no decurso da elaboração do EIA da A6. Por não ser afectado pelos trabalhos não foi alvo de quaisquer medidas de minimização de impactos. Refere-se a existência de uma grande dispersão de vestígios com materiais de construção, que incluem pedras aparelhadas.

Bibliografia: Ecosystema 1996: 86-102

54	Valbom
Freguesia:	Vila Boim
Tipo:	epigrafia - funerária / <i>uilla</i> (?)
Cronologia:	Baixo-Império
Natureza da informação:	Prospecção Bibliografia
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 484 036
Implantação:	Área plana junto do leito da ribeira dos Mosqueiros
Hidrografia / Recursos hídricos:	Ribeira dos Mosqueiros (Rib ^a de Mures, Guadiana); poços actuais

Capacidade agrícola de uso**dos solos:** D+ E**Área de dispersão de****vestígios:** 14 000 m²**Condições de visibilidade****de vestígios no solo:** Regular

Sítio identificado por A. Viana e A. Dias de Deus na década de 50, que se encontra actualmente soterrado pela construção da A6. A aplicação das medidas de minimização apontadas no EIA limitou-se à realização de quatro sondagens mecânicas que “não revelaram materiais arqueológicos nem estruturas” (Gonçalves 1998a)

Trabalhos de prospecção levados a cabo em 1997 no âmbito do projecto de escavação da *villa* romana da Quinta das Longas não puderam identificar vestígios à superfície das “ruínas de edificios” referidas por A. Viana A. Dias de Deus e P^o Silva Louro em 1955, mas verificaram a existência de uma área de dispersão de vestígios arqueológicos com cerca de 14 000m², com abundantes materiais de construção (cerâmica - *tegulae* e *imbrices* e blocos de *opus signinum*). Proveniente deste local é também uma placa funerária que se encontra actualmente no Museu de Vila Viçosa e uma moeda baixo-imperial.

Bibliografia: Alarcão 1988: 156 (6/221); Deus, Louro e Viana 1955: 574; Ecosystema 1996; Encarnação 1984: 653; Gonçalves 1998a.

55 Vila Boim**Freguesia:** Vila Boim**Tipo:** epigrafia – funerária / indeterminado

Cronologia:	Séc. I-II d.C.
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	estimada
Coordenadas UTM:	29 S PD 498 030

Duas inscrições funerárias, encontradas em Vila Boim, uma das quais se encontra no Museu de Elvas e a outra que se conhece apenas através da transcrição do texto. Esta última, que se encontraria na Igreja de S. João Baptista, seria de um cidadão emeritense, inscrito na tribo Papíria.

A ara funerária em mármore do Museu de Elvas poderá ter sido produzido na mesma oficina que a inscrição da Alentisca do Caia (nº2) (Encarnação 1984: 662)

Em depósito no MNA existem sete peças de cerâmica romana (cerâmica comum com formas semelhantes à cerâmica da lixeira baixo-imperial da Quinta das Longas e uma taça de TS hispânica, além de um almofariz, que poderá ser de cronologia mais antiga, e um peso de tear). Desconhecem-se as condições do achado, podendo a indicação de proveniência referir-se quer à actual povoação de Vila Boim quer a qualquer outro lugar nas suas imediações. De qualquer das formas, este conjunto de materiais parece indicar a existência em Vila Boim (ou nas suas imediações) de um povoado romano de tipo indeterminado. Se a epigrafia funerária conhecida estiver associada a este ponto de povoamento poderá ser avançada a possibilidade de se tratar de uma *uilla*.

Bibliografia: Alarcão 1988: 156 (6/216); Encarnação 1984: 649-650 e 661-662; Vasconcellos 1897

Tipo:	necrópole / epigrafia funerária
Cronologia:	Indeterminada
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	a partir de bibliografia
Coordenadas UTM:	29 S PD 505 006
Implantação:	“A necrópole está situada em terreno levemente inclinado num ponto em que este faz uma ligeira elevação. Por Nascente e Poente, o local é circundado de cerros relativamente altos, nos quais aparecem xistos azul-esverdeados e grossas camadas de argila e calcário” (Viana 1950: 315)
Hidrografia / Recursos hídricos:	Linha de festo entre as ribeiras da Horta do Soares e do Monte Velho (Ribeira de Mures, Guadiana) e a Ribeira do Casco (Rib ^a de Varche, Guadiana)
Capacidade agrícola de uso dos solos:	E

Necrópole de inumação identificada em 1949 em sequência de trabalhos agrícolas. Foram escavadas 3 sepulturas de planta sub-rectangular constituídas por lajes de calcário branco “(mármore local)”. Numa delas encontram-se duas lápides funerárias em mármore reaproveitadas já que se encontram com a inscrição voltada para dentro formando a parede de topo [IPCP 585] uma e outra uma das lajes de cobertura [IRCP 597]; uma terceira sepultura apresentava-se parcialmente destruída provavelmente cerca de 1906, quando foram oferecidas ao Museu de Elvas duas lápides semelhantes [IRCP 592 e Louro 1961: 10]. (Viana 1950). A cronologia apontada é de época tardia (Deus Louro e Viana 1955)

O reaproveitamento das lápides do séc. I nas sepulturas de inumação mais tardias pode corresponder a um fenómeno de “ruptura socio-religiosa”, indicando que os

construtores destas se encontram claramente afastados do universo dos rituais funerários a que correspondem as inscrições. Este fenómeno poderá estar associado a uma retracção de povoamento das *uillae*, que o caso da necrópole da Terrugem também reflectiria.

Bibliografia: Alarcão 1988: 156 (6/218); Deus, Louro e Viana 1955: 571; Encarnação 1977: 53; Encarnação 1984: 650,665-656,660; Encarnação 1985: 169 (IRCP 592); Frade e Caetano 1993: 861; Louro 1961: 9-11; Saa 1956: 131-132; Viana 1950a: 313-315.

57	Horta da Serra
Freguesia:	São Brás e S. Lourenço
Tipo:	necrópole / indeterminado
Cronologia:	Indeterminada
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	estimada
Coordenadas UTM:	29 S PD 520 033

Pequena necrópole de incineração; A. Viana. A. Dias de Deus e o P^e Louro escavaram 15 sepulturas onde recolheram 20 recipientes cerâmicos, um anel, *tegulae* com marcas, moedas em bronze e alguns pregos. Referem ainda a existência nas proximidades de “alicerces de uma casa provavelmente romana” onde recolheram um fragmento de fíbula em bronze.

Bibliografia : Alarcão 1988: 156 (6/224); Deus, Louro e Viana 1955: 574; Nolen 1985: passim

58	Varche
Freguesia:	São Brás e S. Lourenço
Tipo:	epigrafia - funerária
Cronologia:	Indeterminada
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	estimada
Coordenadas UTM:	29 S PD 552 036

Inscrição funerária com paradeiro desconhecido que se conhece apenas a partir da transcrição do texto.

Bibliografia : Alarcão 1988: 156 (6/223); Almada [s.d.] maço 56; Encarnação 1984: 651

59	Torre das Arcas
Freguesia:	São Brás e S. Lourenço
Tipo:	necrópole / indeterminado
Cronologia:	Inícios séc. II - fins séc. III
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	estimada
Coordenadas UTM:	29 S PD 548 029

Necrópole de incineração e inumação escavada por Abel Viana e A. Dias de Deus; algumas das 32 sepulturas de inumação que não tinham espólio poderão ser mais tardias que a cronologia apontada pelo espólio estudado (Nolen 1985: 155-156).

Segundo A. Viana, existem no “termo da herdade” restos de construções, canalizações e barragens (Viana 1955b: 241) que dirão respeito a um ponto de

povoamento associado que se localizará no Pomarinho da Torre de Arcas (nº60).

Bibliografia : AAVV 1995: 154; Alarcão 1988: 156 (86/225); Alarcão e Moutinho Alarcão 1967: 12; Deus, Louro e Viana 1955: 574-575; Elvense 1881; Frade e Caetano 1993; Moutinho Alarcão e Ponte 1976: passim; Nolen 1985: passim; Pires 1901: 218; Pires 1931: 114; Sentinela 1881; Viana 1953: 238; Viana 1955 b

60	Pomarinho da Torre das Arcas
Freguesia:	São Brás e S. Lourenço
Tipo:	<i>uilla</i>
Cronologia:	Indeterminada
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	estimada
Coordenadas UTM:	29 S PD 545 028

Pedra lavrada com roseta em depósito no Museu de Elvas. O seu achamento é descrito no jornal O Elvense (1881), associando-a a um tanque revestido a cimento [*opus signinum?*] no qual servia “sem dúvida de sumidouro de águas”. São referidos alicerces de construções antigas, com restos de um pavimento em mosaico, e um aqueduto “inutilizado” que se dirige ao tanque.

Possivelmente estaremos em presença de uma *uilla* à qual estará associada a necrópole da Torre das Arcas (nº59) que não se encontra muito distante.

Bibliografia : Alarcão 1988: 156 (6/222); Elvense 1881; Pires 1901: 217; Viana 1955b: 241

61 Quinta de D. Clara

Freguesia:	Assunção
Tipo:	indeterminado
Cronologia:	Indeterminada
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	estimada
Coordenadas UTM:	29 S PD 592 037

Quatro tijolos de quadrante encontrados em 1889 por ocasião da construção de uma estrada e nessa data oferecidos ao Museu de Elvas.

Bibliografia: Alarcão 1988: 156 (6/); Pires 1901: 222; ; Pires 1931 : 47

62	Ovelheira
Freguesia:	Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso
Tipo:	<i>uilla</i>
Cronologia:	Alto-Império – (em continuidade ?) – Baixo Império
Natureza da informação:	Bibliografia Prospecção Informação oral
Localização:	no terreno
Coordenadas UTM:	29 S PD 619 022
Implantação:	Pequena colina em declive suave sobre a margem esquerda da ribeira
Hidrografia / Recursos	
hídricos:	Rib ^a do Can - Cão (Guadiana)
Capacidade agrícola de uso	
dos solos:	AB
Área de dispersão de	
vestígios:	56 000 m ² (estimado)

Condições de visibilidade**de vestígios no solo:** Fraca

Villa conhecida através dos trabalhos de A. Viana e A. Dias de Deus, cuja implantação coincide com o actual monte, aproveitando parcialmente os edifícios as estruturas romanas. Apesar do índice de visibilidade do solo na época do ano em que foi realizada a prospecção ser muito fraco, toda a área se encontra pontuada por abundante material de construção romano (sobretudo cerâmica). São claramente visíveis as estruturas romanas, entre as quais um tanque (*natatio* ?) com cerca de 10x6m. Foi ainda observado um fragmento de fuste de uma coluna em granito.

Segundo os trabalhos da década de 50, os vestígios encontravam-se dispersos por uma área que terá “mais de um quilómetro de comprimento”. As paredes romanas identificadas são em silhares de granito “trazidos de muito longe”. Identificam-se arruamentos e canalizações e esgotos, bem como restos de um lagar. Um dos compartimentos identificados teria planta absidal, onde foi reconhecida uma sepultura coberta por “três lâminas de mármore polido”. Foram recolhidos e observados abundantes materiais arqueológicos entre os quais vidros, *sigillata* e barbotina [paredes finas], cerâmica “variada” e uma base de coluna em mármore. (Deus Louro e Viana 1955)

Bibliografia: Alarcão 1988: 157 (6/233); Almada [s.d.]: maço 41; Deus, Louro e Viana 1955: 572-573; Gorges 1979: 465; Pires 1931: 78

63 Monte dos Chões**Freguesia:** São Brás e S. Lourenço**Tipo:** *uilla* (?)**Cronologia:** indeterminada**Natureza da informação:** Endovellico

Localização:	a partir de bibliografia
Coordenadas UTM:	29 S PD 559 014
Implantação:	pequena elevação
Hidrografia / Recursos	
hídricos:	Entre a Rib ^a do Garro e a Rib ^a de Varche (Guadiana)
Capacidade agrícola de uso	
dos solos:	A+C

Tendo sido o sítio destruído em Novembro de 1990 em sequência de trabalhos agrícolas, os SRAS notificam esta ocorrência, referindo que “são visíveis numerosos materiais de construção (*tegulae, lateres*, blocos de pedra), bem como vestígios de construções. Estes vestígios foram muito afectados pelos trabalhos de ripagem que limpam o terreno de grande quantidade de blocos de pedra que foi depositada junto da berma da estrada (blocos aparelhados, bases de coluna em mármore). Os materiais recolhidos terão dado entrada no Museu Municipal de Elvas.

Bibliografia: IPA - Proc. 91/1(15)

64	Casas Novas / Sardinha
Freguesia:	São Brás e S. Lourenço
Tipo:	indeterminado
Cronologia:	indeterminada
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	estimada
Coordenadas UTM:	29 S PD 561 007

Sítio referenciado por Victorino de Almada (1883), que refere que “ao alargar-se e rebaixar-se [...] a antiga carreira da Amada até aos limites do concelho, entre a quinta

do Sardinha e as Casas Novas, achou-se um cano que atravessava a estrada e se prolongava para os lados e dentro dele uns 12 pires de barro vermelho e um frasco de vidro esverdeado [...]”

Bibliografia: Almada 1883

65	Escrivã ou Falcato
Freguesia:	Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso
Tipo:	epigrafia - funerária
Cronologia:	séc. I
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	estimada
Coordenadas UTM:	29 SPD 598 033

Inscrição funerária em mármore que se encontrava reaproveitada na construção do monte da Herdade da Escrivã e que se encontra actualmente no Museu de Elvas. Trata-se da lápide funerária em mármore de *Cominia Auita*, filha de *Marcus Cominius Clemens* e de *Vibia Auita*; o *nomen Cominius* poderá corresponder a uma importante família local, aparecendo registado também numa das inscrições da Herdade da Camuge (nº56).(Encarnação 1984:649)

Bibliografia: Alarcão 1988: 157 (6/248); Almada [s.d.]; Encarnação 1984: 648-649; Pires 1901: 214; Pires 1931: 52-53

66	Padrão
Freguesia:	Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso
Tipo:	necrópole
Cronologia:	séc. I - III d.C.

Natureza da informação: Escavação Bibliografia

Localização: estimada

Coordenadas UTM: 29 S PC 548 936

Necrópole identificada acidentalmente em 1948 aquando do prolongamento da estrada Elvas/Jerumenha. Foram escavadas 20 sepulturas escavadas no xisto com cobertura de lajes de xisto ou de *tegulae*, além de sepulturas de planta rectangular com as paredes laterais feitas também em lajes de xisto ou *tegulae*. As sepulturas estavam dispostas paralelamente e orientadas N/S. Trata-se de uma necrópole de incineração onde foi recolhido abundante espólio, do qual se destaca a *sigillata*, cerâmica de paredes finas e uma lucerna com disco decorado com representação de Isis e Serapis; a cronologia de utilização baseia-se nas sepulturas com espólio datável.

Bibliografia: Padrão AAVV 1995: 122; Alarcão 1988: 157 (6/249); Deus, Louro e Viana 1955: 569-570; Frade e Caetano 1993: 850-851; Nolen 1985: passim; Sepúlveda e Carvalho 1998: 233-265; Viana 1953: 247; Viana 1955a: 551-552; Viana 1959; Viana e Deus 1950a: 236-242; Viana e Deus 1950b: 70; Viana e Deus 1951: 92-95; Viana e Deus 1956: 137-140 e 190-192.

67 Monte do Sobral 4

Freguesia: Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso

Tipo: casal (?)

Cronologia: indeterminada

Natureza da informação: Bibliografia

Localização: a partir de bibliografia

Coordenadas UTM: 29 S PC 555 942

Implantação: Área plana em ligeiro declive para a ribeira

Hidrografia / Recursos hídricos:	Confluência da rib. das Cuvetas e rib. do Carapeto (Guadiana)
Capacidade agrícola de uso dos solos:	D (B junto às linhas de água)

Área de dispersão de vestígios: < 5 000m²

Sítio identificado no decurso dos trabalhos de prospecção da área de Regolfo da Barragem do Alqueva com reduzida área de dispersão de vestígios (cerâmica de construção)

Bibliografia: EDIA 1996:4 (inv. 95725); EDIA 1999: 133

68 Monte do Sobral 2

Freguesia: Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso
Tipo: casal (?)
Cronologia: indeterminada

Natureza da informação: Bibliografia
Localização: a partir de bibliografia

Coordenadas UTM: 29 S PC 558 943

Implantação: Área plana em declive suave declive para a ribeira

Hidrografia / Recursos hídricos: Confluência da rib. das Cuvetas e rib. do Carapeto (Guadiana)

Capacidade agrícola de uso dos solos: D (B junto da linha de água)

Área de dispersão de vestígios: < 5 000 m²

Sítio identificado no decurso dos trabalhos de prospecção da área de Regolfo da Barragem do Alqueva com reduzida área de dispersão de vestígios (cerâmica de construção).

Bibliografia: EDIA 1996:4 (inv. 95721); EDIA 1999: 132

69	Monte da Cufeta
Freguesia:	Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso
Tipo:	casal (?)
Cronologia:	indeterminada
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	a partir de bibliografia
Coordenadas UTM:	29 S PC 566 937
Implantação:	Elevação suave entre os vales das ribeiras da Cuveta e S. Rafael
Hidrografia / Recursos hídricos:	Entre as ribeiras da Cuveta e S. Rafael (Guadiana)
Capacidade agrícola de uso dos solos:	D
Área de dispersão de vestígios:	< 5 000 m ²

Sítio identificado no decurso dos trabalhos de prospecção da área de Regolfo da Barragem do Alqueva com reduzida área de dispersão de vestígios (cerâmica de construção e comum; escória de ferro)

Bibliografia: EDIA 1996:4 (inv. 95726); EDIA 1999: 132; Viana e Deus 1957.

70	Caldeiras do Guadiana
Freguesia:	Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso
Tipo:	casal (?)
Cronologia:	indeterminada
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	a partir de bibliografia
Coordenadas UTM:	29 S PC 572 939
Implantação:	Área plana
Hidrografia / Recursos hídricos:	Rib. de S. Rafael (Guadiana)
Capacidade agrícola de uso dos solos:	E (entre duas pequenas manchas B)
Área de dispersão de vestígios:	< 5 000 m ²

Sítio identificado no decurso dos trabalhos de prospecção da área de Regolfo da Barragem do Alqueva.

É classificado como “Habitat Romano”, referindo-se uma área reduzida com vestígios de cerâmica de construção e comum. Embora não referidos directamente, estarão presentes blocos de granito aparelhado, já que no sítio de Caldeiras 1 (de cronologia apontada como medieval/moderna), se diz que estes existem, “talvez provenientes da Ponte da Ajuda ou do sítio romano das Caldeiras, onde apareceram materiais semelhantes”.

Bibliografia: EDIA 1996 : 5 (inv. nº 95735); EDIA 1999: 131

71 S. Rafael

Freguesia:	Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso
Tipo:	indeterminado / necrópole
Cronologia:	indeterminada
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	a partir de bibliografia
Coordenadas UTM:	29 S PC 569 933
Implantação:	Pequeno cabeço destacado na paisagem
Hidrografia / Recursos hídricos:	Ribeira das Cuvetas (Guadiana)
Capacidade agrícola de uso dos solos:	E
Área de dispersão de vestígios:	Indeterminada

Trabalhos levados a cabo na década de 50 referem a existência no outeiro da Capela de S. Rafael, assim como em cabeços próximos, de “vestígios de edificações com abundância de fragmentos de tégula”. Identifica-se um cemitério de inumação, de cronologia presumidamente romana, com cerca de 20 sepulturas de orientação N/S ou E/W, de planta trapezoidal formadas por lajes. Neste local foi recolhida uma “ara anepígrafa, ornada com uma rosácea circundada por duas palmas” (Deus, Louro e Viana 1955).

Situado na área de regolfo da barragem do Alqueva, foi alvo de acções de prospecção no âmbito do respectivo EIA. É classificado como “Habitat Romano”, referindo-se uma área reduzida com vestígios de cerâmica de construção.

Bibliografia: Alarcão 1988: 158 (6/ 250); Deus, Louro e Viana 1955: 573; EDIA 1996:4 (inv. 95729); EDIA 1999: 131; Viana 1957: 96-97

72	A vessadas 3
Freguesia:	Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso
Tipo:	casal (?)
Cronologia:	indeterminada
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	a partir de bibliografia
Coordenadas UTM:	29 S PC 559 925
Implantação:	Cabeço
Hidrografia / Recursos hídricos:	Ribeira das A vessadas (Guadiana)
Capacidade agrícola de uso dos solos:	D+E (B+A junto à linha de água)
Área de dispersão de vestígios:	< 5 000 m ²

Sítio identificado no decurso dos trabalhos de prospecção da área de Regolfo da Barragem do Alqueva com reduzida área de dispersão de vestígios (cerâmica de construção)

Bibliografia: EDIA 1996:4 (inv. 95719); EDIA 1999: 131

73	A vessadas 4
Freguesia:	Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso
Tipo:	casal (?)
Cronologia:	indeterminada
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	a partir de bibliografia

Coordenadas UTM:	29 S PC 559 923
Implantação:	Pequena elevação
Hidrografia / Recursos	
hídricos:	Aflente secundário da margem direita do Guadiana
Capacidade agrícola de uso	
dos solos:	A+B
<hr/>	
Área de dispersão de	
vestígios:	< 5 000 m ²

Sítio identificado no decurso dos trabalhos de prospecção da área de Regolfo da Barragem do Alqueva com reduzida área de dispersão de vestígios (cerâmica de construção)

Bibliografia: EDIA 1996: 18 (inv. 95718); EDIA 1999:136

74	Cerrado dos Fangueiros
Freguesia:	São Brás e S. Lourenço
Tipo:	achado isolado
Cronologia:	séc. I d. C.
<hr/>	
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	não localizado

Proveniente do Cerrado dos Fangueiros existe no Museu de Elvas uma garrafa de vidro tipo Isings 50A. Desconhecem-se as condições de achamento e não foi possível identificar este topónimo na cartografia consultada.

Bibliografia: Alarcão 1988: 156 (6/226); Alarcão 1968: 27; Pires 1901: 222; Viana 1959: 13

75	Horta do Mexia
Freguesia:	São Brás e S. Lourenço
Tipo:	achado isolado
Cronologia:	indeterminada
Natureza da informação:	Bibliografia
Localização:	não localizado

Fíbula em bronze encontrada quando se procedeu à abertura da “estrada real nº 21 de Évora a Ougela” e que foi oferecida ao Museu de Elvas.

Bibliografia: Alarcão 1988: 156 (6/); Pires 1901: 223

5. Uma leitura do espaço rural do actual concelho de Elvas em época romana em forma de conclusão

Se os alicerces e outros restos de edifícios das duas épocas [romana e visigótica] são fáceis de identificar em certos pontos do Carrão, na Terrugem, em outros a discriminação torna-se embaraçosa, porque só uma ampla e metódica exploração destas estações permitirá aclarar suficientemente muitas dúvidas e obscuridades. [...]

É lícito, porém, desde já afirmar-se que ali existiam grandes estabelecimentos romanos, seguidos de outros visigóticos, possivelmente sem quebras consideráveis na continuidade do povoamento. [...]

Carrão e Terrugem foram, evidentemente, consideráveis núcleos de exploração agrícola, da classe daqueles que a dominação romana estabeleceu nos pontos das diversas comarcas peninsulares em que as condições naturais do solo já haviam fixado avultadas massas campesinas de população indígena [...]

Embrenhados nos alicerces romanos, podem achar-se os destroços da época visigótica e os indícios dos primeiros tempos da cristianização desta parte da Península. De resto, as “villas” elvenses devem logicamente ter pertencido à esfera de influência de Mérida e, como a opulenta capital da Ulterior, caracterizaram-se pela mesma vitalidade e conseqüente continuidade através dos tempos, até que os convulsionados séculos do império muçulmano as debilitaram e fizeram desaparecer.

Abel Viana (1950)

- Contribuição para a Arqueologia dos arredores de Elvas

5.1 Os sítios

5.1.1 Casais, cabanas e sítios indeterminados

Do conjunto de sítios identificados, a maioria (22 sítios) foram classificados como *uillae*, logo seguidos pelos habitats de tipo indeterminado (18 sítios) e a apenas 7 locais foi atribuída a designação casual. Regista-se ainda a ausência de cabanas. Esta quantificação reflecte naturalmente as condições em que os trabalhos de prospecção foram feitos, e não o que seria a relação quantitativa deste tipo de sítios em época romana. Se o mais elementar bom senso não indicasse nesse sentido, a comparação com estudos realizados noutras áreas geográficas demonstra claramente que os casais e cabanas são sempre em número superior às *uillae* (Aguilar e Guichard 1995; Lopes, Carvalho e Gomes 1997). No caso de Elvas, conforme já foi dito, os trabalhos de prospecção privilegiaram a confirmação no terreno dos sítios conhecidos numa leitura crítica da informação publicada, o que resultou numa particular incidência sobre as *uillae*, sítios que desde sempre chamaram a tenção de investigadores e curiosos.

A ausência do registo de cabanas deriva também do facto da prospecção realizada não ter tido um carácter sistemático, única forma de identificar esses pequenos sítios cuja existência se encontra bem camuflada na paisagem. O sítio da Vinagreira (11), que a autora dos respectivos trabalhos de escavação considerou um abrigo (Bugalhão 1998: 133-134), foi aqui considerado como habitat de tipo indeterminado dado que os elementos disponíveis me parecem extraordinariamente escassos para a atribuição de uma classificação. Causa alguma estranheza a exeguidade da área de dispersão de vestígios identificada à superfície (apenas 10m²) bem como o achado de uma fivela em bronze datada do séc. VI num contexto que se pretende ser “de abrigo ou cabana de ocupação temporária relacionada com determinados trabalhos agrícolas e de pastoreio e/ou local de armazenamento de

produções agrícolas ou florestais”, classificação reforçada pela ideia de não terem sido “recolhidos indícios claros de *habitat* (alimentação e combustão, por exemplo)” (idem: 133). Talvez a explicação destes factos deva ser encontrada nas perturbações pós-deposicionais a que o sítio foi sujeito, escavado em situação de emergência após significativas destruições ocasionadas pela abertura da pista de servidão do gasoduto.

Os sítios classificados como casal são, conforme aliás é frequente acontecer, aqueles em que não são identificados elementos que os possam caracterizar como *uillae*. O maior conjunto de casais (n^{os} 67 a 70 e 72 a 73) concentra-se na área sul do concelho o que, mais uma vez, reflecte a natureza da amostra. Trata-se de uma área incluída nos trabalhos de prospecção sistemática levados a cabo em sequência da execução das medidas de minimização de impacte ambiental da execução do empreendimento do Alqueva.

Em todos eles a área de dispersão de vestígios à superfície situa-se em torno dos 2 500m² e caracterizam-se pela monotonia das séries materiais recolhidas, exclusivamente cerâmica comum e de construção. O facto de os considerar como casais no presente trabalho deve-se à conjugação destes factores com a implantação e eventuais recursos agrícolas disponíveis. À excepção de Avessadas 4 (73) – cujos solos envolventes se repartem pelas classes A e B, todos se situam em solos do tipo D e E. Convém salientar contudo que se encontram relativamente próximos de manchas de solo de melhor aptidão agrícola que podiam explorar sem grande inconveniente de deslocação. Monte da Cufeta (69), Avessadas 3 (72) e Avessadas 4 (73) situam-se em áreas com algum relevo na paisagem, destacando-se deste grupo as Caldeiras do Guadiana (70) implantado numa área plana. Relativamente a este último sítio refira-se que, embora sobre solos de aptidão agrícola tipo E se encontra encaixado entre duas manchas de tipo B e que, entre os materiais de construção observados à superfície se contam blocos de granito aparelhado.

Os outros dois locais considerados como casais também o foram com alguma incerteza. A Coutada (3) apresenta uma área de dispersão de vestígios próxima daquilo a que J. Alarcão chamaria uma grande granja ou pequena *uilla*, além de que o achado de uma inscrição funerária nas suas imediações faz pender a classificação mais para este último termo. Contudo, o sítio apresenta uma implantação bastante diferente das *uillae* identificadas, no topo de uma pequena elevação, relativamente longe da linha de água mais próxima. A capacidade de uso agrícola dos solos envolventes reparte-se pelas classes C e D, não garantindo grande rentabilidade à exploração do seu território para além do aproveitamento das azinheiras e sobreiros. É esse hoje o tipo de paisagem rural onde se implanta o sítio da Coutada, como o era no final do século XIX antes da mecanização das actividades agrícolas (Picão 1903: 14-17) e que, na falta de outros dados, podemos extrapolar que seria em época romana. A inscrição funerária, de acordo com a escassa informação disponível sobre as suas condições de achamento, foi recolhida junto de uma ponte que, de acordo com a proposta de rede viária agora apresentada, se situaria junto de uma via principal. A inscrição poderá estar associada a um contexto de necrópole não necessariamente relacionado como o ponto de povoamento identificado na Coutada mas com esta via. Dada a proximidade desta via principal, o sítio da Coutada poderá também não ser um estabelecimento agrícola, mas ter qualquer função relativa à rede viária.

A Horta do Rangem, que foi considerado um casal ou quinta dependente da Quinta das Longas quando foi identificado em 1997 (Carvalho, Almeida e Pinto 1997), encontra-se agora enquadrado pela existência de uma outra *uilla* ainda mais próxima – Torre de Sequeira 2 (20). Embora a área de dispersão de vestígios à superfície seja consideravelmente superior à dos casais identificados na freguesia da Ajuda, o facto de não terem sido reconhecidos elementos que remetam para a existência de construções típicas da *pars urbana* de uma *uilla*, determinou a sua classificação como casal. Contudo, e em desfavor desta argumentação, encontra-se implantado numa área de boa aptidão agrícola, com abundantes recursos hídricos

disponíveis e em situação topográfica semelhante à da identificada na maioria das *uillae* da região.

Do amplo conjunto de estabelecimentos rurais classificados como habitats de tipo indeterminado¹ um grupo parece apresentar características semelhantes que remetem para outro tipo de estabelecimento além das *uillae*, casais ou cabanas. Falo do Monte Velho e Fontalva (4), Atalaia dos Sapateiros (39), Ventosa (13) e S. Rafael (71). Todos se situam em posições de destaque na paisagem, em zonas de fraca aptidão agrícola, mas que de algum modo têm uma posição dominante sobre as zonas baixas onde abundam os recursos hídricos e se encontram terrenos mais férteis.

Na Atalaia dos Sapateiros foram realizados trabalhos de escavação numa reduzida área, conforme parece depreender-se das informações publicadas por A. Viana e A. Dias de Deus (Viana e Deus 1954: 155). Os materiais recolhidos apontam para uma cronologia de ocupação que poderá ter sido iniciada em época republicana e que se prolongou pelo império, sem que seja possível determinar se teve continuidade de ocupação em época baixo-imperial. Em S. Rafael (71), além dos vestígios de construções, foi identificado um conjunto de sepulturas de inumação de planta trapezoidal formadas por lajes com orientação N/S ou E/W. Abel Viana e A. Dias de Deus levantam a hipótese de se tratar de vestígios que podem corresponder a épocas posteriores à romana, “dos séculos logo a seguir.”(Viana e Deus 1957: 96-97). Os materiais observados neste local limitam-se à cerâmica comum e de construção de “tipo romano” (idem: 96), como aliás acontece no Monte Velho de Fontalva (4) e na Ventosa (13).

Partilhando com estes quatro sítios o tipo de implantação topográfica e posição face aos recursos explorados, encontramos um outro sítio melhor conhecido por ter

sido alvo de intervenção arqueológica: o Monte da Nora (52). Os trabalhos de escavação revelaram tratar-se de um povoado com uma ampla cronologia de ocupação, desde a Idade do Ferro até época tardo-romana, que aparentemente se fez em continuidade (Gonçalves 1998b; Gonçalves et alii 2000). Uma primeira análise da informação relativa a este sítio levou J. Alarcão a apresentar a proposta de o Monte da Nora corresponder ao *uicus* de *Montobriga*, estação referida no Itinerário de Antonino (Alarcão 1999: 72-73).

Convém talvez transcrever aqui o que foi dito sobre este sítio no relatório de trabalhos de prospecção do EIA da A6 apenas a partir de dados de superfície: “Embora não se tenham detectado estruturas na prospecção efectuada, dada a densidade dos fragmentos encontrados (tégulas, imbrices, tijolos e cerâmica comum) poderemos estar em presença dos restos de um casal agrícola de alguma importância, ou dos anexos agrícolas de uma *villa*” (Ecosistema 1996: 89). Esta descrição podia aplicar-se a qualquer um dos sítios do grupo anteriormente referido. Aliás em 1997, quando pela primeira vez visitei o do Monte da Nora, encontrei um sítio arqueológico que apresenta um certo “ar de família” semelhante ao do Monte Velho de Fontalva, Atalaia dos Sapateiros, Ventosa ou S. Rafael.

Naturalmente com os dados de que disponho não posso afirmar que todos eles escondem situações semelhantes ao Monte da Nora, mas chamo a atenção para a possibilidade de pertencerem a um tipo diverso dentro das categorias estabelecidas para o mundo rural. Tratar-se-iam de núcleos populacionais multi-familiares (se corresponderem a realidades semelhantes ao Monte da Nora, conforme se depreende das plantas apresentadas por Ana Gonçalves nos relatórios de escavação). Estes sítios apresentariam uma cronologia de ocupação em continuidade eventualmente desde a Idade do Ferro até época tardo-romana. Admitir que todos possam ser classificados

¹ ou seja que podem representar sítios de qualquer uma das categorias consideradas, inclusive sítios que

como *uici* implicaria uma densidade um pouco exagerada neste território para este tipo de aglomerado urbano secundário. Talvez faça mais sentido classificá-los como aldeias, que J. Alarcão considera não terem existido no Alentejo (Alarcão 1998: 91-92), embora não reúnam as condições que este auto propõe para a classificação destes núcleos de povoamento².

5.1.2 As *Villae*

A predominância relativa de *uillae* sobre outro tipo de sítios identificados no território do actual concelho de Elvas resulta, como já referi anteriormente, das condições em que os trabalhos de prospecção foram realizados. Contudo, de uma forma absoluta, verifica-se uma grande concentração de estabelecimentos rurais deste tipo na região que nos ocupa³. As *uillae* identificadas possivelmente correspondiam a propriedades cujas formas de exploração agrária e dimensão dos *fundi* seriam bastante diferentes entre si, correspondendo a situações também muito diversas no que diz respeito à situação socio-económica dos seus proprietários.

Aparentemente, as *uillae* são os sítios mais bem conhecidos do território de Elvas. Do dez sítios que foram objecto de trabalhos de escavação, quatro são *uillae*: Quinta das Longas (22), Herdade das Pereiras (27), Carrão (40) e Terrugem (51). Contudo, as escavações destas duas últimas foram realizadas de uma forma pouco

não sejam de habitat.

² Baseando-se sobretudo na combinação de uma ampla área de dispersão de vestígios e a presença exclusiva de “cerâmica de construção e cerâmica doméstica comum” (idem: 96); no caso concreto dos sítios a que me refiro, a sua implantação topográfica será responsável por uma certa limitação da área de dispersão de vestígios à superfície que não me parece poder ser indicadora de um maior ou menor grau de importância do sítio.

³ Num estudo sobre hidráulica agrícola no Baixo-Império, J.-G. Gorges e F. G. Rodríguez Martín referem que a área de Elvas apresenta uma concentração deste tipo de estruturas semelhante às encontradas em torno de *Emerita Augusta* e *Pax Iulia* (Gorges e Rodríguez 1999: 227)

sistemática, não tendo sido sequer publicadas pelos seus escavadores as plantas dos edifícios postos a descoberto. A Herdade das Pereiras foi objecto de uma pequena sondagem de emergência, sendo os dados do relatório disponível pouco conclusivos quanto a leitura do que foi este estabelecimento agrícola em época romana.

De acordo com o dados que dispomos, que tipo de caracterização podemos então fazer das *uillae* identificadas?

Em todas as *uillae* em que foi possível confirmar a localização, o tipo de implantação topográfica é o mesmo, em áreas planas ou em declives suaves em direcção a linhas de água. Os únicos casos em que isso não se verifica, Nora Úveda (48) e Monte dos Chões (63), a *uilla* encontra-se sobre uma pequena elevação sem grande destaque na paisagem⁴. A escolha dos locais de implantação parece ter também sido determinada pelos recursos hídricos e presença de bons solos agrícolas, situação que apenas Terrugem (51) e Valbom (54) parecem contrariar, situando em áreas de solos de aptidão agrícola tipo D e E.

Relativamente às estruturas, apenas em relação à Quinta das Longas conhecemos a planta do conjunto residencial baixo-imperial. Enquadra-se no tipo de *uilla* de peristilo de planta composta definido por J.-G. Gorges (Gorges 1979: 126-127), com vários compartimentos de planta em abside. Este tipo de construção existiria também no Paço (31), Carrão (40) e Ovelheira (62). Os pavimentos em mosaico estão presentes no Correio-Mor (29), Carrão (40), Alfarófia (49), Terrugem (51) e Pomarinho da Torre de Arcas (60), sendo uma constante praticamente todas as *uillae* identificadas a presença de elementos de construção em mármore (nomeadamente colunas).

⁴ Em relação a Fontalva, note-se que a localização não se encontra confirmada com segurança e que as condições de visibilidade dos vestígios no solo não permitiu esclarecer se o sítio romano se encontrava efectivamente sob a “elevação onde assenta o gracioso palácio” (Paço e Ferreira 1951: 416)

Em nenhuma destas *uillae* pode ser caracterizada com algum rigor a *pars rustica*. Na Herdade das Pereiras (27), a autora dos trabalhos de escavação interpreta um dos sectores escavados como pertencente à *pars rustica* da *uilla* deduzida a partir da diferença de aparelho construtivo das estruturas identificadas em relação ao outro sector, onde aquele parece ser mais cuidado. Nesta zona foi identificada uma presença significativa de pesos de tear e agulhas em osso que apontam para a existência de uma área de produção doméstica de têxteis. Infelizmente a área escavada foi bastante reduzida o que não permite tecer grandes considerações sobre a planta dos compartimentos identificados nas sondagens realizadas nem da sua articulação com a *pars urbana* (Lopes 1996).

No Carrão (40), A. dias de Deus terá escavado uma “casa grande, com pavimento de tijolos quadrados [por baixo do qual] passava um canal de drenagem, feito de tijolos rectangulares, [onde] apareceram muitos fundos de ânfora”. Este edifício pertenceria talvez à *pars rustica* da *uilla*, estando afastado da área residencial, já que se refere que foi identificado “numa sondagem a nascente”, embora não se conheça qual a sua exacta localização (Deus Louro e Viana 1955).

Dos poucos dados que temos relativos à actividade económica das *uillae* convém referir-se a existência de pesos de lagar na Silveira (16) e Correio-Mor (29). Na *uilla* da Ovelheira (62), Abel Viana e António Dias de Deus terão identificado “restos de um lagar”, que mencionam sem explicitar a que tipo de vestígios se referem (Deus, Louro e Viana 1955: 572-573). Apenas com estes dados, não é possível caracterizar as produções a que estas unidades de transformação se destinavam, deixando-se em aberto a possibilidade de se tratar de vinho ou azeite⁵. A forte e tradicional presença do cultivo da oliveira no território de Elvas pode levantar a hipótese de estes testemunhos arqueológicos corresponderem a uma “origem romana”

⁵ Sobre a problemática dos pesos de lagar veja-se Carvalho 1999: ...

destas produções, mas, sublinhe-se, não existem quaisquer dados que objectivamente possam validar esta proposta.

Em apenas em 11 destas *uillae* se pôde aceder a informação que permitiu situá-los cronologicamente. Todos eles parecem estar ocupados em época baixo-imperial, sendo que em alguns a ocupação se inicia no séc. I d.C. No caso da Quinta das Longas (22) e da Herdade das Pereiras (27) esta informação é enquadrada por trabalhos de escavação, embora no último se refira que “O facto do sítio ter sofrido grandes alterações estratigráficas após o abandono (trabalhos agrícolas) não permite a identificação de níveis cronologicamente homogéneos associados claramente às estruturas identificadas” (Lopes 1996). Conforme já foi referido, os dados provenientes da escavação da Quinta das Longas (22) apontam no sentido da primeira ocupação situar-se entre os reinados de Tibério e Cláudio (Sepúlveda e Carvalho 1998: 257), data coerente com a proposta por J.-G. Gorges e F.G. Rodríguez Martín para o Correio-Mor (29) a partir de uma análise sumária do material recolhido à superfície (Gorges e Rodríguez 1999: 228).

Situação idêntica parece ser a da Herdade das Pereiras (27), de acordo com os materiais mais antigos recolhidos nesta intervenção de emergência e da Alfarófia (49) onde foram recolhidos em prospecção fragmentos de cerâmica de paredes finas datados de meados ou inícios o séc. I. Nos trabalhos antigos realizados na *uilla* da Ovelheira (62) terá sido identificada cerâmica de tipo semelhante, referida pelos autores como “cerâmica de barbotina” (Deus, Louro e Viana 1955: 572-573). No Paço (31) o achamento de uma inscrição funerária datada paleograficamente do séc. I (Maciel e Maciel 1985a) pode indicar uma ocupação mais antiga do que a recolha de uma moeda de Constantino I podia enunciar (Santos 1968).

Não temos dados que nos permitam afirmar se a ocupação das *uillae* foi contínua ou se houve hiatos entre esta primeira fase e o apogeu baixo-imperial. Na Quinta das Longas (22), as estruturas da *Villa* I, datada de meados do séc. I a finais do

séc.II apresenta uma orientação claramente distinta do conjunto baixo-imperial designado como *Villa II*, representando uma completa remodelação do espaço e ruptura com a estrutura anterior. Se a essa remodelação correspondeu um abandono e posterior reocupação, ou se a transição entre os dois momentos se faz através de uma grande remodelação num sítio continuamente ocupado é uma questão à qual não podemos por agora responder.

A sobrevivência das *uillae* de Elvas em época tardo-romana está atestada na Terrugem (51), onde foi identificada uma necrópole cristã (Louro 1948; Heleno 1948). É importante referir que as sepulturas se implantam sobre as estruturas da *uilla*, o que leva a supor que a necrópole corresponderá a uma utilização posterior deste espaço quando a *uilla*, ou parte dela, tivesse já perdido a sua função habitacional. Esta situação verifica-se também na necrópole dos Pombais (Beirã, Marvão), o que levou os autores dos trabalhos de escavação a considerarem que “terá havido, a partir do séc.V, uma retracção no povoamento das *uillae*, ou que algumas delas terão sido ocupadas por comunidades que pouco terão já a ver com a mentalidade das que ali existiam em séculos anteriores. Poderá ter mesmo havido uma ruptura socio-religiosa, que se reflecte quer na reocupação dos espaços sagrados e de espaços destinados anteriormente a outros fins, quer na mudança de rituais de enterramento” (Frade e Caetano 1993: 861). A existência na Terrugem de três moedas Baixo-Império “perfuradas a fim de servirem de amuletos” (Deus, Louro e Viana 1955: 572), reforça esta ideia. A reutilização de lápides do séc. I na necrópole de inumação da Camugem (56) poderá também corresponder a este fenómeno, ao qual talvez também se deva juntar a necrópole identificada no Monte da Nora (52) que se veio sobrepor às estruturas mais antigas.

5.2 *O território*

Se a leitura dos sítios encontra grandes dificuldades dada a natureza da informação tratada, a compreensão do território torna-se ainda mais complicada. Com efeito, nesta amostra de 76 sítios, pouco mais de metade têm a sua localização confirmada, sendo que destes 43 locais, 17 são localizados a penas a partir da bibliografia não tendo sido possível confirmá-los no terreno. Por esta razão, qualquer tentativa de relacionar os pontos neste mapa terá que ser necessariamente cautelosa.

Numa leitura genérica da área considerada, a primeira impressão é da extraordinária densidade de povoamento romano no território considerado. Existe apenas uma área onde este parece ser mais escasso, na zona central do concelho, uma faixa de orientação NW/SE, a sul de Barbacena / S. Vicente, estendendo-se até Elvas a leste de Vila Fernando. Conhecida como Serra do Bispo, é uma zona que apresenta cotas altimétricas que contrastam de algum modo com a paisagem envolvente, constituindo-se como um traço relativamente notável dentro do relevo suave que caracteriza o território. Situam-se aqui terrenos agrícolas mais pobres, com uma mancha de solos tipo D e E com a mesma orientação dominante. Os recursos hídricos são menos abundantes, situando-se a SW desta faixa a convergência das linhas de fecho do Caia, Sorraia e Guadiana ou, se se preferir entre as bacias hidrográficas do Tejo e Guadiana.

Como mera hipótese teórica, faz sentido que esta área se apresente vazia de povoamento romano outro tipo de povoamento rural de época romana, sobretudo se atendermos às suas características geográficas. Chamo a atenção, contudo, que esta área não foi prospectada sistematicamente, pelo que uma batida de terreno poderia alterar significativamente esta imagem e, eventualmente, revelar algumas surpresas

quanto a tipos de povoamento romano diferentes do que aqueles que são tradicionalmente considerados.

As grandes *uillae*, que corresponderiam a grandes unidades de produção parecem situar-se preferencialmente na zona de confluência do Caia com o Guadiana, no prolongamento da *tierra de barros* da vizinha Extremadura. Refiro-me às *uillae* do Correio-Mor (29), Paço (31), Botafogo (32), Alfarófia (49), Nora Úveda (48) e Ovelheira (62), cujos vestígios monumentais deixam antever a existência de imponentes casas agrícolas.

Sublinhe-se contudo que esta é uma impressão baseada em observações de superfície que podem dar uma falsa imagem do que seria a realidade em época romana. Por outro lado, importa também levantar a questão da utilização da monumentalidade da *pars urbana* para inferir da revência da *uilla* enquanto unidade de produção agrícola. Com efeito, a existência de elementos monumentais na área residencial de uma *uilla* pode ser determinada, mais do que pelo tipo de sítio, pelo facto do proprietário residir nela permanente ou sazonalmente. Por outro lado, sabemos através das fontes que os grandes proprietários podem ter várias propriedades agrícolas, não sendo todas elas utilizadas como local de residência, quer permanente ou sazonal (Green 1986: 89). A escolha da propriedade a residir pode ficar a dever-se a toda uma ordem de factores que não necessariamente os da produtividade económica.

A análise do caso da *uilla* da Quinta das Longas poderá ser a vários títulos exemplar no que diz respeito a estas questões, contribuindo para a discussão da relevância dos dados de prospecção de superfície e dos critérios que devem presidir à identificação de uma hierarquia de sítios no mundo rural.

O sítio foi identificado pela primeira vez em 1881 aquando do plantio de uma vinha (Almada [s.d.]; Almada 1883) e, mais de cem anos depois, volta acidentalmente

a adquirir visibilidade. Com efeito, as fortes chuvas do Inverno de 1989 aumentam o caudal da Ribeira de Chaves e derrubam alguns dos muros interiores da Quinta, em cujos trabalhos de reconstrução é reconhecido pelos proprietários um pavimento romano em mosaico. Na sequência deste facto é programada a realização de um programa de prospecções sistemáticas que tinha como principais objectivos numa primeira análise a avaliação da importância e tipo de ocupação romana do sítio e a eventual pertinência de uma intervenção arqueológica no local, bem como a construção de uma hipótese interpretativa de diferentes áreas funcionais do sítio (Carvalho 1944: 240).

O modelo utilizado foi decalcado de uma experiência realizada no âmbito do estudo da *uilla* romana de Settefinestre em Itália (Celluza e Regoli 1981: 301-316), sendo implantada uma quadrícula na área previamente delimitada do terreno onde se verificava a maior concentração de vestígios, e, subsequentemente recolhidos todos os materiais arqueológicos existentes, que foram quantificados recorrendo a uma unidade de peso.

A utilização deste tipo de prospecção, designada como *site surface survey* pelos investigadores anglo-saxónicos (Renfrew e Bahn 1991: 75-78), foi realizada pela primeira vez em Portugal na Quinta das Longas, vinte anos após as primeiras experiências realizadas neste campo por investigadores norte-americanos (Redman e Watson 1970; Hesse 1971; Flannery 1976). O que torna particularmente interessante aplicação deste modelo, além do seu carácter pioneiro o nosso país, é a possibilidade que houve de continuidade de trabalhos no local que permite uma leitura comparada dos dados de prospecção com dados de escavação. Uma primeira confrontação de resultados foi apresentada em 1993, após duas campanhas de escavação na *uilla* (Carvalho 1994: 243-244).

Numa leitura *macro*, a hipótese avançada em 1990 encontra confirmação nos trabalhos de escavação: estamos inequivocamente em presença da *pars urbana* da *uilla*⁶. A existência de uma área de pórtico também não é inteiramente falsa: existe de facto uma área porticada da *uilla*, mas não no local apontado pelos trabalhos de prospecção. A informação resultante dos trabalhos de escavação em 1993 permitia já definir que um dos elementos recolhidos que tinham conduzido a esta interpretação (placas de mármore decoradas com baixo-relevo) eram pertencentes à decoração da divisão nº1 (sala de tripla abside), e/ou eventualmente de um grande espelho de água que foi identificado a norte dessa divisão.

Numa leitura mais aproximada verificava-se, já na altura da primeira confrontação de resultados, que em áreas “onde não tinham sido recolhidas quantidades significativas de materiais arqueológicos, *tegulae* inclusive” existiam de facto construções correspondentes à área coberta da *uilla*. No final de nove campanhas de escavação essa conclusão pode ser alargada a toda a área prospectada sistematicamente, já que se verifica que a área escolhida corresponde quase na totalidade à implantação da *pars urbana*. Aliás, a surriba efectuada para plantio de vinha no final do séc. XIX e a construção do muro interior da quinta “cortaram” parcialmente a ala sul o peristilo, pelo que a área ocupada pelo conjunto edificado alargar-se-ia ainda para nascente.

Numa das áreas onde praticamente não foram recolhidos materiais arqueológicos à superfície (correspondente aos quadrados A-C/1-3 da quadrícula de prospecção) foi encontrado um dos mais importantes achados deste sítio, com um significado a todos os títulos excepcional no panorama das *uillae* da *Lusitania*: trata-se de um conjunto de esculturas em mármore que reproduzem cenas da mitologia ou literatura greco-latina (existindo fragmentos que remetem para vários ciclos

⁶ Esta asserção seria de qualquer das formas inequívoca dada a identificação acidental do pavimento

iconográficos) e que adornariam um elemento de água localizado numa área de pátio aberto sobre a ribeira de Chaves. As esculturas, embora fragmentadas, encontram-se num excepcional estado de conservação, sendo a razão que determinou a sua preservação a mesma que justifica a fraca concentração de vestígios à superfície. Com efeito, esta é a área do sítio em que a potência estratigráfica é maior, sendo assim menor a afectação dos níveis arqueológicos pelos trabalhos agrícolas realizados no local, com recurso a arado de ferro curto com tracção animal (Carvalho 1994: 241).

No entanto, o local onde foi achada a maior concentração de fragmentos escultóricos, e as duas figuras que se encontram praticamente inteiras (uma Vénus ou Afrodite e um sátiro marinho) não é também o seu local de deposição original. Tinha sido já identificada em campanhas anteriores existência de traços de ocupação / violação do sítio em fase posterior ao seu abandono, servindo provavelmente de abrigo e/ou canteiro de material de construção (Carvalho, Pinto e Almeida 1995, 1997). No decurso dos trabalhos de 2000 foi possível datar esse momento, através da recolha de uma cruz em latão com a inscrição “Bom Jesus da Piedade / Elvas”, culto que surge nesta região após o terramoto de 1755. Esta pequena cruz foi recolhida nos negativos das placas de mármore e xisto que faziam o pavimento do pátio onde se encontrariam originalmente os conjuntos escultóricos. Assim, confirma-se que a *uilla* foi violada em determinado momento, posterior a meados do séc. XVIII, para recolha de materiais de construção, privilegiando as áreas onde existiam materiais nobres, nomeadamente mármore de revestimento (espelho de água, divisão 12 e pátio). Nesta campanha de recolha de materiais de construção foram identificadas as esculturas que foram cuidadosamente “arrumadas” junto a uma parede que ainda conservaria uma boa parte da sua altura original, sobre o derrube do telhado da construção. Por alguma razão que nos escapa, sobretudo se considerada a qualidade estética e artística das

em mosaico que deu origem a todo o programa de trabalhos.

peças, as esculturas não foram posteriormente removidas e assim se conservaram excepcionalmente numa área em que o declive natural do terreno implicou uma maior acumulação estratigráfica. Quando Victorino d'Almada visitou o local em 1881 todo o conjunto já se encontrava soterrado.

Outro aspecto, talvez ainda mais significativo da relação entre tamanho e “importância” do sítio prende-se com o significado da presença de um tão singular conjunto escultórico num sítio como a *uilla* da Quinta das Longas. Com efeito, uma primeira leitura deste achado, cuja interpretação final se fará apenas após uma fase de estudo especializado, que agora apenas se inicia no âmbito do projecto de investigação do sítio, revela que se trata de um exemplar da designada “escultura ideal” que reproduz cenas e figuras mitológicas presentes na arte helenística e se destinava sobretudo ao ambiente doméstico, reflectindo o gosto de elites culturalmente próximas daquele mundo (Koppel 1999). Enquanto os pavimentos em mosaico são muito frequentes nas *uillae* conhecidas na província da *Lusitania*, e estariam no alcance financeiro e cultural da maioria dos proprietários, o mesmo não se poderá dizer deste tipo de escultura. A qualidade de execução e os temas tratados no conjunto da Quinta das Longas remetem para um carácter de excepção⁷ o que levanta uma série de questões sobre a posição que ocuparia o proprietário desta *uilla* no contexto dos *agri* da capital provincial.

Estas asserções, possíveis após a descoberta efectuada em sequência de trabalhos de escavação sistemática no sítio, estariam completamente vedadas se nos detivéssemos simplesmente na comparação da área de dispersão e tipo de vestígios encontrados à superfície. Analisado o quadro comparativo dos vinte e seis sítios do

⁷ Por exemplo, a representação das musas é considerado um dos temas “cultos” que, embora habituais em contextos privados noutras áreas do mundo romano, só aparecem na Hispania de forma esporádica, conhecendo-se até agora apenas dois exemplares em Cartagena da figuração da musa Urania (Koppel 1999: 343). Integrada num dos ciclos escultóricos da *uilla* da Quinta das Longas encontrava-se pelo menos uma musa, exactamente Urania, da qual chegou até nós a mão que segura a esfera celeste.

actual concelho de Elvas onde foi possível determinar a extensão da área de dispersão de vestígios, verificamos que a *uilla* da Quinta das Longas ocupa um lugar mediano, abaixo de sítios como o Paço (31) e Botafogo (32), S. Pedro (17) ou o Correio-Mor (29). Em termos de área de dispersão de vestígios é pouco maior que o sítio de Valbom (54), local onde os responsáveis pela execução das medidas de minimização de impacte ambiental relativas à construção da A6 consideraram não haver restos de ocupação significativos que justificassem uma intervenção no sítio.

Em nenhum dos outros sítios do concelho de Elvas se conhece escultura⁸, e em alguns deles, como a Ovelheira (62) ou o Correio-Mor (29), mesmo sem trabalhos de escavação, as estruturas visíveis atestam uma monumentalidade que o sítio da Quinta das Longas não possuía numa leitura simplesmente centrada nos dados de superfície. Em termos de implantação, verifica-se também que a Quinta das Longas se situa numa área de transição do que é considerada a área agrícola por excelência do território em análise, no limite do “crescente fértil” definido entre Campo Maior, Elvas e Badajoz.

A barragem de Mor Alves (30), cuja dimensão só encontra justificação num quadro de uma agricultura intensiva vocacionada para a produção de excedentes, associada a uma *uilla* com as características que os dados de superfície do Correio-Mor (29) parecem fazer supor, são elementos suficientes para considerar que aí existia uma grande unidade agrícola com fortes potencialidades económicas. O achado escultórico da Quinta das Longas remete-nos para outro plano tão ou mais importante que os critérios de valorização económica na romanização do mundo rural: o de um

⁸ Poderá ter existido na *uilla* do Carrão, já que em 1942 informaram A. Dias de Deus “que na ocasião da debulha os trabalhadores tinham achado uma cabeça de estátua, com a qual se divertiram, atirando-a uns aos outros, à maneira de bola. A despeito das diligências empregadas por António Dias, tal cabeça não voltou a aparecer” (Viana 1950: 296)

universo mental e cultural filiado no mundo helenístico que transporta para os *agri* os valores da cidade.

Conforme já foi dito anteriormente, os sítios arqueológicos relativos ao mundo rural não podem ser considerados independentemente da definição da dimensão e formas de exploração das propriedades a que pertenciam. No estado actual dos conhecimentos sobre o povoamento rural romano de Elvas é impossível chegar a conclusões à cerca deste assunto. A tentativa de estabelecer relações de dependência hierárquica entre sítios de maior importância – as *uillae* – e o povoamento de “2ª ordem” é também limitado pela ausência de prospecção sistemática que determinou, como já foi visto, um desequilíbrio artificial entre os diferentes tipos de sítio identificados.

Algumas considerações, contudo, parecem-me importantes serem feitas, sobretudo por serem independentes dos constrangimentos a que execução deste trabalho foi sujeita. A primeira é de ordem cronológica. Sem trabalhos de escavação é muito difícil definir uma cronologia relativa dos pontos de povoamento identificados. Traçar sobre um mapa territórios e fronteiras com base em pontos de povoamento que podem nunca ter coexistido no tempo representa, na minha opinião, alguma imprudência.

Por outro lado, os limites entre as propriedades agrícolas romanas, como acontece com qualquer propriedade agrícola ao longo de várias épocas, podem variar significativamente num período relativamente curto (na mesma geração, por ex.) devido à compra / venda / transmissão por herança de parcelas de terreno limítrofes. Há ainda a considerar a situação, referida para a área em estudo no final do séc.XIX, da existência de “enclaves” de uma propriedade dentro de outra vizinha (Picão 1903: 18).

A concentração de *uillae* em torno da Quinta das Longas⁹ pode corresponder a fases diferentes da ocupação desta área. A possibilidade do sítio Longas 2 / Torre de Sequeira 1 (21) corresponder à mesma *uilla* cuja *pars urbana* foi identificada na outra margem da ribeira na Quinta das Longas (22), deixa-se em aberto, podendo o achado de uma pequena base de coluna indiciar a presença de uma área de necrópole. Igualmente as estruturas romanas reconhecidas na Horta do Rafael (23) podem fazer parte da mesma propriedade, correspondendo eventualmente a estruturas de aprovisionamento / condução de água ou unidades de transformação¹⁰.

A questão da delimitação dos *fundi* das *uillae* a partir dos pontos de povoamento coloca também alguns problemas porque não sabemos ao certo qual era a posição reservada às áreas residenciais dentro das propriedades. Socorrendo-me mais uma vez da comparação etnográfica, recordo que pelo menos na área de Santa Eulália “em geral, os montes ficam num dos extremos da herdade, não se conhecendo motivo plausível que justifique esta anomalia” (Picão 1903: 27-28). Se esse extremo da herdade coincidir com um limite definido por um caminho, pode encontrar-se aí a justificação dessa “anomalia”, já que faz sentido que o núcleo residencial de uma propriedade rural se encontre junto dos locais de melhor acesso à rede de caminhos rurais e principais por onde circulam pessoas e bens, circulação essa essencial ao desenvolvimento económico de qualquer empreendimento agrícola.

O problema da relação entre a rede viária romana e o ordenamento do povoamento rural é um tema bastante complexo, cuja discussão se encontra para além

⁹ resultado, como vimos de prospecção sistemática na área que, se fosse realizada em torno de outras *uillae* poderia resultar eventualmente em situações semelhantes.

¹⁰ Uma das hipóteses de interpretação desta estrutura é como moinho ou azenha, para a qual contribui a que a posição que esta estrutura ocupa face à ribeira de Chaves.

dos objectivos definidos para o presente trabalho¹¹. Contudo, é importante ter a posição que o território de Elvas ocupa face às ligações viárias entre *Olisipo* e *Emerita* na leitura que é feita do mundo rural em época romana.

O *Itinerario de Antonino* refere três vias entre *Olisipo* e *Emerita*, sendo o troço inicial do itinerário *Olisipo-Bracara*, entre *Olisipo* e *Scallabis*, simultaneamente o troço inicial de duas dessas vias. O atravessamento do Tejo far-se-ia fronteiro a Santarém, seguindo a via na margem esquerda do rio. A ligação à capital provincial poderia fazer-se seguindo uma via mais setentrional que passaria por *Aritium Vetus*, cidade não referida no itinerário mas cuja exclusão da rede viária romana é difícil de sustentar. A partir de *Aritium Vetus*, a via seguia para SE comunicando com a ligação à cidade de Amaia, indo cruzar a via que procedia de Alter do Chão no ponto referido no Itinerario como *Ad Septem Aras*, localizado nas imediações de Campo Maior, possivelmente em Degolados.

Um outro trajecto sensivelmente mais a sul dirigia-se a Alter do Chão, cruzando as ribeiras de Ponte de Sor e da Seda. De Alter a via seguia para nascente, a norte do concelho de Elvas, em direcção a *Emerita Augusta* por *Bodua*, em território actualmente espanhol na confluência do Xévorá com o Zapatón, depois de ter cruzado a via procedente de *Aritium* na área de Campo Maior, conforme já foi referido.

A terceira via que, segundo o *Itinerario de Antonino*, ligava o *municipium* de *Olisipo* à capital provincial lusitana, é uma estrada meridional que parte da margem sul do estuário do Tejo, sendo possivelmente Cacilhas o ponto de desembarque da travessia do rio. Esta estrada atravessava a península de Setúbal, em direcção a *Caetobriga* e daí, bordejando o estuário do Sado, a *Salacia*. De *Salacia* a ligação a

¹¹ Para P. Sillières a implantação das *uillae* é simplesmente determinada pela natureza do solo, não tendo as vias principais importância sobre o povoamento rural, sendo as próprias *uillae* que originam a rede de caminhos que as juntam ou que asseguram a sua ligação com o *uicus* vizinho ou com a grande estrada que atravessa a região (Sillières 1990: 813-820).

Mérida far-se-ia por *Ebora*, onde a estrada tomava a direcção NE por Estremoz, onde flectiria para nascente, entrando em território do actual concelho de Elvas.

Embora não referidos no *Itinirário de Antonino*, parece confirmada a existência de outro trajecto que continuaria (ou fariam a ligação entre) os itinerários atrás apontados. De Alter do Chão a viagem a Mérida poderia ser feita em direcção a SE cruzando a ribeira de Avis, entroncando na via que procedia de *Ebora* num ponto não determinado do concelho de Elvas.

J. de Alarcão propõe que esse ponto coincida com a actual cidade de Elvas (44) (Alarcão 1988a: 100), cuja ocupação em época romana é segura mas por enquanto não suficientemente caracterizada. A possibilidade de se tratar de um *uicus* importante do território de Mérida (Alarcão 1998b: 155) é compatível com uma posição de destaque na rede viária, articulando as ligações *Ebora-Emerita* com a via que punha em contacto o vale do Tejo com a capital provincial a partir de Alter do Chão. Saliente-se que para V. Mantas o itinerário principal dessa via corresponderia a este troço a SE de Alter, e não tanto ao traçado referido no Itinerário, que se desenvolve a nascente em direcção a *Ad Septem Aras* (Mantas 1993: 223).

No esboço cartográfico apresentado da rede viária romana que atravessa o actual concelho de Elvas foram tomadas em consideração as propostas apresentadas por V. Mantas e J. Alarcão para estes dois troços de via, com algumas correcções que a análise do povoamento romano da área parece autorizar. No que diz respeito à via que correspondia ao itinerário de *Emerita* a *Olisipo* por *Ebora*, e que atravessa transversalmente o território de Elvas no sentido Este/Oeste¹², normalmente considera-se que este seguia sensivelmente o traçado da actual Estrada Nacional nº4. Esta coincidência radica no facto de se considerar que a via romana passava junto da

¹² Sobre a sentido desta via e a possibilidade de Mérida ser afirmar como *caput viarum* neste itinerário veja-se Gorges e Rodriguez 1999a: 248-258.

Terrugem (51) já que normalmente é aí cartografada a proveniência do miliário proveniente da Herdade de Alcobaça (34) com referência à milha 65¹³.

O facto de não existir nenhum topónimo Alcobaça nas imediações da Terrugem, levou-me a procurar definir com mais exactidão o eventual local de proveniência deste miliário. Segundo o registo de entrada no Museu Nacional de Arqueologia, local onde o miliário se encontra em depósito, este foi recolhido “perto da antiga estrada de Badajoz”, o que faz pressupor que no início deste século¹⁴ teria existido um deslocamento do traçado do eixo viário entre Lisboa e a fronteira espanhola. Consultadas *Carta Geral do Reino* na escala 1: 100 000¹⁵, nas folhas 25 e 26 que foram publicadas em 1872e 1866, verifica-se que está traçado como itinerário principal um caminho mais ou menos paralelo à actual E.N.4 que se desenvolve cerca de 3 km mais a norte.

Este traçado evita uma área de topografia mais acidentada e coincide quase exactamente com a linha de festo que separa as bacias hidrográficas da Ribeira do Almuro (Sorraia) e Ribeiras de Asseca e Mures (Guadiana). O Monte de Alcobaça (35), onde foi escavada uma necrópole romana, fica cerca de 1km desta via, bem como a Alcarapinha (37) onde terá sido recolhido outro marco miliário¹⁶. Parecem-me ser estes elementos suficientes para propor que o traçado da via romana coincida com esta “antiga estrada para Badajoz”, fazendo coincidir com o actual monte da Herdade de Alcobaça a localização estimada para a proveniência do marco miliário em causa.

A “deslocação” para norte da proveniência do miliário da Herdade de Alcobaça (34)em nada altera a contagem das milhas a partir de *Emerita* já que esta se

¹³ Contagem a partir de *Emerita Augusta*; cf. nota anterior

¹⁴ O miliário recolhe ao Museu Nacional de Arqueologia em 1914

¹⁵ cuja execução foi coordenada por Filipe Folque e que se pretende ser um instrumento para a execução de uma das medidas mais caras aos governos “Regeneradores”: a construção de vias de comunicação (cf. Alegria e Garcia 1995: 74-75)

¹⁶ Convém recordar, contudo que a localização do sítio arqueológico da Alcarapinha é estimada, apresentando-se as coordenadas relativas ao actual monte como o mesmo nome.

faz no sentido E/W. Contudo, ao deixar a sul a *uilla* da Terrugem e o possível *uicus* do Monte da Nora (52) questiona a identificação que é proposta por J. Alarcão deste último local com *Montobriga*, estação referida no *Itinerário de Antonino*.

Esta proposta de traçado vem também chamar a atenção para o sítio da Atalaia dos Sapateiros (39) num ponto dominante sobre esta possível via. Na base deste cabeço situar-se-ia também o entroncamento desta via com a que, precedente de Alter do Chão, entraria no actual território de Elvas junto a Barbacena. O traçado desta via entre o Monte das Esquilas (Monforte) – local onde foi encontrada uma inscrição aos *Lares Viales* (Saa 1956: 293 e Mantas 1993: 220) – e Barbacena passaria pela Coutada (3), onde foi recolhida uma lápide junto de uma “ponte romana” (Encarnação 1984: 646-647). Embora nos trabalhos de prospecção realizados não tenha sido identificado nenhum traço distintivo na ponte que hoje atravessa a ribeira da Coutada que lhe possa conferir uma cronologia, a hipótese de fazer parte da rede viária romana não é de afastar¹⁷, tendo em conta o contexto arqueológico envolvente.

Depois de Barbacena (8), onde se conhecem dois marcos miliários, tanto V. Mantas (Mantas 1993: 220) como J. Alarcão (Alarcão 1988a: 93) traçam uma linha mais ou menos recta em direcção a Elvas¹⁸. Se a via romana tomasse essa direcção iria atravessar a zona da Serra do Bispo, já referida anteriormente, como um (aparente) vazio de povoamento em época romana, além de que teria que vencer mais dificuldades na progressão no terreno. Fazendo inflectir o percurso em direcção a sul – e continuando a seguir actuais caminhos rurais que estão grafados na *Carta Geral do Reino* como caminhos principais – a via iria passar junto da Anta do Reguengo (7), onde Abel Viana identificou um ponto de povoamento romano “junto de um troço de

¹⁷ Poderá tratar-se de uma reconstrução ou eventualmente a estrutura mais antiga estar camuflada por remodelações sucessivas; esta é uma hipótese que trabalhos mais aprofundados no local poderão, ou não, validar.

¹⁸ É importante referir que a escala a que estes autores apresentam uma cartografia de síntese para todo o actual território português deve naturalmente ser tida em causa em leituras de pormenor

via” (Viana 1950: 300) e da Herdade dos Campos ou Genemigo (6) de onde foi encontrado um marco miliário de Caracala (Encarnação 1984: 720-721)¹⁹

O traçado continuaria na direcção N-S passando pelo Monte do Passo (36) onde existia um ponto de povoamento indeterminado e uma necrópole (Louro 1961: 9; Louro 1966: 5) e o já referido sítio da Alcarapinha (37). O entroncamento com a via procedente de *Ebora* localizar-se-ia no local do Chafariz de El-Rei²⁰ no sopé da Atalaia dos Sapateiros, ponto que se situa no já referido limite das bacias hidrográficas do Tejo e Guadiana. Como hipótese, é também provável que o traçado da via inflectisse para nascente mais ou menos por altura da actual Vila Fernando, passando junto das *uillae* de S. Romão (38) e Carrão (40), e indo entroncar na via precedente de *Ebora*, um pouco antes do sítio de Trinta Alferes (42).

A partir deste (qualquer um) deste(s) ponto(s), o traçado era comum em direcção a Elvas (44), sendo mais difícil definir como continuava na direcção da confluência do Caia com o Guadiana, local conhecido como *El Rincón*, e onde hoje passa a fronteira entre Portugal e Espanha (cf. Gorges e Rodríguez 1999a: 258).

No que diz respeito ao presente trabalho, o estudo da rede viária é particularmente importante no que diz respeito às relações económicas entre diferentes territórios e na definição de centros abastecedores / distribuidores e respectiva cadeia de interdependências. Articulando a informação relativa à rede viária com a análise da distribuição de determinados tipos de materiais arqueológicos,

¹⁹ A localização destes dois sítios é estimada, pelo que o relativo afastamento em relação ao traçado proposto pode não ser significativo.

²⁰ Junto do Monte da Atalaia Novo; não sendo o topónimo individualizado na cartografia actual (cf. CMP 1: 25 000 folha 413) está presente com destaque na folha 25 da *Carta Geral do Reino* de 1872

podemos ter uma ideia do sentido e relevância dos eixos de circulação de produtos num determinado território.

No caso concreto da região de Elvas, verifica-se que esta se encontra no cruzamento de duas vias entre *Emerita Augusta* e o porto de *Olisipo*²¹, que se constituiriam como os seus principais centros abastecedores. Este facto foi apontado por J. de Alarcão que, a partir da presença de cerâmica de paredes finas de produção emeritense nas necrópoles conhecidas nesta região e do achado da mesma marca de tijolaria em Évora e Cais do Sodré em Lisboa, definiu uma "dupla direcção do mercado alto-alentejano" (Alarcão 1990b: 434).

A análise da frequência de cerâmicas de paredes finas de produção emeritense nesta região²² atesta que a difusão destes produtos se fez por uma rota terrestre que, durante o séc.I, terá difundido esta cerâmica (associada ao comércio / transporte de outros produtos ?) na Lusitânia (cf. Mayet 1990). Noutras épocas esta mesma rota pode ter sido continuada a curta e média distância podendo as produções agrícolas do território de Elvas ter tido alguma relevância nos mercados de abastecimento da capital provincial. A importância da exploração de mármore nos territórios vizinhos de Borba e Estremoz é também outro dos elementos a ter em consideração na importância das rotas económicas que eventualmente atravessariam o que é hoje o concelho de Elvas.

²¹ Porto natural de *Emerita Augusta* (Gorges e Rodríguez 1999: 249)

²² Constatada nas necrópoles (Nolen 1985: 61-63 e Mayet 1975: 145-147) mas também em contexto de habitat, como se verifica na *uilla* da Quinta das Longas (Carvalho e Sepúlveda 1998: 257) ou Correio-Mor (Gorges e Rodríguez 1999: 228)

A integração do território de Elvas nos *agri emeritensis*, independentemente do enquadramento jurídico que este território possa ter tido²³, parece confirmada pela forte presença do povoamento romano numa região de grande potencial agrícola onde não existe um núcleo urbano que possa funcionar como elemento estruturante do território. Situado na continuidade das planícies aluviais do vale do médio Guadiana e na confluência de dois itinerários que punham a capital provincial em contacto com o importante porto situado no estuário do Tejo em *Olisipo*, este território parece afirmar-se como pertencendo à esfera de influência directa de *Emerita Augusta*. É um território rural profundamente romanizado nos modos de vida e ideais culturais do império, durante o longo período que vai do séc.I à época tardo-romana.

Esta primeira leitura que se faz sobre a ocupação rural romana no actual concelho de Elvas é ainda muito genérica e muitas das hipóteses agora levantadas deverão ser devidamente exploradas com o prosseguimento da investigação, podendo ser eventualmente contraditas por um conjunto diferente de dados em análise. A continuação dos trabalhos nesta região, nos quais o presente trabalho é apenas uma parte visível, poderá num futuro próximo levar a que se possa, efectivamente, construir um *modelo de povoamento* para a ocupação romana no território de Elvas, que por enquanto ainda nos escapa.

²³Sobre esta questão, demasiado ampla para ser debatida no contexto do presente trabalho, veja-se Alarcão 1990a; Martín, Fernandez e García 1990; Mantas 1998; Gorges e Rodríguez 1999 e Le Roux 1999

6. Bibliografia

AAVV 1995

Alarcão, Jorge de *et alii* (eds.)

- *Tabula Imperii Romani: Hoja J-29 Lisboa (Emerita-Scallabis- Pax Iulia-Gades)*. [Madrid]: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas/ Instituto Geográfico Nacional/Ministerio de Cultura, 1995.

ABASCAL e ESPINOSA 1989

Abascal, Juan Manuel; Espinosa, Urbano

- *La ciudad hispano-romana: privilegio y poder*. Logroño: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Tecnicos de La Rioja, 1989.

ALARCÃO 1968

Alarcão, Jorge de

- Vidros romanos de Museus do Alentejo e Algarve. *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1968. Vol.7, pp.7-39.

1976

- Sobre a economia rural do Alentejo em época romana. *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1976. Vol.15, pp. 5-43.

1983

- *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo, 1983.

1988

- *Roman Portugal*. Londres: Warminster, 1988

.

1988a

- *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1988.

1990

- A produção e circulação dos produtos. In J. de Alacão (ed.) - *Portugal das Origens à Romanização*. Lisboa: Editorial Presença, 1990. pp. 409-441. (Nova História de Portugal, vol.1. Dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques)

1990a

- Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios. In AAVV - *Les villes de Lusitanie Romaine*. Paris: CNRS, 1990. pp. 21-33

1998

- A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998. Vol. 37, pp 89-119.

1999

- Três notas sobre o Alentejo Romano. *Almadan*, II série. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 1999. n°8, pp.72-74.

2000

- *A escrita do tempo e as sua verdade: ensaios de epistemologia da arqueologia*. Coimbra: Quarteto, 2000. (Colecção caminhos n°2)

ALARCÃO e MOUTINHO ALARCÃO 1967

Alarcão, Jorge de; Alarcão, Moutinho Adília

- Vidros romanos do Museu Arqueológico de Vila Viçosa. *Conimbriga*. Coimbra. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1967. Vol.6, pp.1-45.

ALEGRIA e GARCIA 1995

Alegria, Maria Fernanda; Garcia, João Carlos

- Aspectos da evolução da cartografia portuguesa (séculos XV a XIX). In Maria Helena Dias (ed.)- *Os mapas em Portugal: da tradição os novos rumos da cartografia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995. pp.27-84. (Cadernos Penélope, 2)

ALMADA 1880

Almada, Victorino d'

- Archeologia. *O Elvense*. Elvas,1880. Ago. 5 (9), p.1, col 1-3.

1880a

- Apontamentos para a Chronica da cidade d'Elvas: Introducção. *O Elvense*. Elvas, 1880. Nov. 7 (22), p.2, col 2-4.

1881

- Apontamentos para a Chronica da Cidade de Elvas III: Vestígios da dominação romana. *O Elvense*. Elvas: [s.n.], 1881. Jan.23 (33), p.2, col.4; p.3, col.1

1882

- Apontamentos para a Chronica da Cidade de Elvas XXXVI: Alvalade de Ribaguardiana. *O Elvense*. Elvas: [s.n.],1882. Dez.28-30 (199-200), p.1, col.2-4 e p.1-2, col.3-4 e col.1

1883

- Apontamentos para a Chronica da Cidade de Elvas III: Vestígios da dominação romana - Aditamento. *O Elvense*. Elvas: [s.n.], 1883. Abr. 19 (231), p.1, col.2-4

1888-1891

- *Elementos para um dicionário de Geographia e História Portugueza: concelho de Elvas e extintos de Barbacena, Vila Boim e Vila Fernando*. Elvas: [Typographia de Samuel F. Baptista], 1888.

[s.d.]

- *Elementos para um dicionário de Geografia e História Portuguesa: concelho de Elvas e extintos de Barbacena, Vila Boim e Vila Fernando – Adiantamentos*. Elvas: [s.n.], [s.d.]. Manuscrito disponível na Biblioteca de Elvas

ALMEIDA 1962

Almeida, Fernando de

- Arte visigótica em Portugal. *O Arqueólogo Português*, 2ª série. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1962. Vol.4, pp.5-278.

ALMEIDA e CARVALHO 1998

Almeida, Maria José de; Carvalho, António

- Ânforas da uilla romana da Quinta das Longas (S.Vicente e Ventosa, Elvas): resultados de 1990-1998. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 1998. vol. 1(2), pp. 137-163

ALMEIDA e SOUTO 1996

Almeida, Pedro; Souto, Pedro

- *Relatório de Trabalhos Arqueológicos efectuados no âmbito do protocolo entre a TRANSGÁS e o IPPAR: lote 3A e ramais de Torres vedras e de Lisboa do lote 1 - 1º semestre de 1996*. Lisboa: IPPAR / TRANSGÁS, 1996. Policopiado

AMARAL 1993

Amaral, Paulo

- *O povoamento romano no vale superior do Tâmega*. Porto, 1993. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. policopiada.

ANDRADE 1948

Andrade, Rui de

- *Font'Alva: Alfredo d'Andrade*. [s.l.: s.n.], imp. 1948 (Lisboa: Tipografia Duarte). Apontamentos tirados da sua correspondência de 1894 a 1915 e completados pelo conhecimento pessoal do seu filho Rui de Andrade.

ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS 1967

- Restos de uma povoação lusitano-romana em Elvas. *O Arqueólogo Português*, 3ª série. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1967. Vol.1

ARRUDA 1993

Arruda, Ana Margarida

- Os primeiros contactos: a conquista. In J. Medina (ed.) - *História de Portugal: a romanização*. Amadora: Ediclube, 1993. Vol.II, pp. 161-174.

BAHN 1989

Bahn, Paul

- *Bluff your way in archaeology*. Horsham: Ravette Books, 1989.

BUGALHÃO 1996

Bugalhão, Jacinta

- *Vinagreira (Gasoduto - Lote 3A Km 18)*. Elvas: [s.n.], 1996. Relatório de trabalhos arqueológicos realizado no âmbito do protocolo do IPPAR e TRANSGÁS

1998

- O povoamento rural romano no Alentejo: contribuição da arqueologia preventiva.- *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 1998. Vol.1 (2), pp. 123-136.

CARTAILHAC 1886

Cartailhac, M. Émile

- *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Paris: Reinwald, 1886.

CARVALHO 1992

Carvalho, António

- A villa Romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas). *Almadan*. II^a Série. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 1992. nº1, p. 90.

1992a

- *A uilla romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): resultados preliminares da 1^a campanha de escavações arqueológicas*. Lisboa: UNIARQ, 1992. Relatório apresentado ao Departamento de Arqueologia do IPPAR. Policopiado.

1993

- A uilla romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): resultados

preliminares da 2ª campanha de escavações arqueológicas. Lisboa: UNIARQ, 1993. Relatório apresentado ao Departamento de Arqueologia do IPPAR. Policopiado.

1993

- *As uillae*. In J. Medina (ed.) - *História de Portugal*. Amadora: Ediclube, 1993. pp. 275-282.

1994

- A villa romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): as prospecções de 1990. *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa 1993)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1994. vol. 2, pp. 239-251.

1994a

- *A uilla romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): resultados preliminares da 3ª campanha de escavações arqueológicas*. Lisboa: UNIARQ, 1994. Relatório apresentado ao Departamento de Arqueologia do IPPAR. Policopiado.

1999

-Evidências arqueológicas de produção de vinho nas *uillae* romanas do território português. In J.G. Gorges e F.G. Rodríguez Martín (eds) -*Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velázquez, 1999. pp. 361-391. (Collection de la Casa de Velázquez, vol. nº 65).

CARVALHO, ALMEIDA e PINTO 1997

Carvalho, António; Almeida, Maria José de; Pinto, Isabel

- Notícia de identificação do sítio romano da Horta do Rangem. *Almadan*, II série. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 1997. nº6, pp.169-170.

CARVALHO e ALMEIDA 1998

Carvalho, António; Almeida, Maria José de

- *A uilla romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): resultados preliminares da 7ª campanha de escavações arqueológicas*. Lisboa: UNIARQ, 1998. Relatório apresentado ao IPA. Policopiado.

CARVALHO e ALMEIDA 1999

Carvalho, António; Almeida, Maria José de

- *A uilla romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): resultados preliminares da 8ª campanha de escavações arqueológicas*. Lisboa: UNIARQ, 1999. Anexo II ao *1º Relatório de Progreso* relativo ao Projecto OCRE (Projecto de Investigação para o Estudo da ocupação romana do concelho de Elvas) apresentado ao IPA. Policopiado.

CARVALHO, PINTO e ALMEIDA 1995

Carvalho, António; Pinto, Isabel; Almeida, Maria José de

- *A uilla romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): resultados preliminares da 4ª campanha de escavações arqueológicas*. Lisboa: UNIARQ, 1995. Relatório apresentado ao Departamento de Arqueologia do IPPAR. Policopiado.

CARVALHO, PINTO e ALMEIDA 1996

Carvalho, António; Pinto, Isabel; Almeida, Maria José de

- *A uilla romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): resultados preliminares da 5ª campanha de escavações arqueológicas*. Lisboa: UNIARQ, 1996. Relatório apresentado ao Departamento de Arqueologia do IPPAR. Policopiado.

CARVALHO, PINTO e ALMEIDA 1997

Carvalho, António; Pinto, Isabel; Almeida, Maria José de

- *A uilla romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): resultados preliminares da 6ª campanha de escavações arqueológicas*. Lisboa: UNIARQ, 1997. Relatório apresentado ao Departamento de Arqueologia do IPPAR. Policopiado.

CATÃO

- *De agri cultura*. Texte établi, trduit et commenté par Raoul Goujard. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

CELLUZA e REGOLI 1981

Celluza, Mariagrazia; Regoli, Edina

- Alla ricerca di paesaggi. In A. Carandini (ed.) - *Storie dalla Terra: Manuale dello scavo archeologico*. Bari: De Donato, 1981. pp. 226-227 e 301-316.

CENTRO ELVENSE DE ARQUEOLOGIA 1978

- *Cadernos do CentrO Elvense de Arqueologia*. Elvas: [s.n.], 1978. Nº 3.

CHAVES 1947

Chaves, Luís

- No centenário de Gabriel Pereira. *A Cidade de Évora*. Évora: Assembleia Distrital, 1947. Vol 4 (12), pp. 21-29.

CHERRY 1984

Cherry, J.F.

- Comon sense *In* mediterranean archaeology ? *Journal of Field Archaeology*.

1984. pp. 117-120.

CHEVALLIER 2000

Chevallier, Raymond

- Lecture du teps dans l'Espace: topogrphie archéologique et historique. Paris: Picard, 2000.

CLÉMENT 1999

Clément, Vincent

- Le territoire du Sud-Oust de la péninsule Ibérique à l'époque romaine: du concept au modèle d'organisation de l'espace. *In* J.G. Gorges e F.G. Rodríguez Martin (eds) *-Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velázquez, 1999. pp. 109-120. (Collection de la Casa de Velázquez, vol. n° 65).

COLUMELA

- *De re rustica*. Texte établi, trduit et commenté par Raoul Goujard. Paris: Les Belles Lettres, 1986.

DAVEAU 1995

Daveau, Suzanne

- A cartografia portuguesa moderna: os mapas temáticos. *In* Dias, Maria Helena (ed.)- *Os mapas em Portugal: da tradição os novos rumos da cartografia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995. pp. 158-181 (Cadernos Penélope, 2).

DEUS, LOURO e VIANA 1955

Deus, António Dias de; Louro, Henrique da Silva; Viana, Abel

- Apontamentos de estações romanas e visigóticas da região de Elvas (Portugal). *III Congresso Arqueologico Nacional (Galicia 1953)*. Zaragoza, 1955. pp. 568-

578.

DIAS e FERNANDES 1989

Dias, Ana Carvalho; Fernandes, Teresa Matos

- *Monte de Alcobaça - Vila Fernando (Elvas) : escavação de emergência*. 1989.

Relatório apresentado Departamento de Arqueologia do IPPC. policopiado

DIAS e FERNANDES 1994

Dias, Ana Carvalho; Fernandes, Teresa Matos

- Monte de Alcobaça. *Informação Arqueológica* (1987). Lisboa: IPPAR, 1994. n.º

9, p. 127.

DÍAZ 1994

Díaz, Pablo C.

- Propriedad y explotación de la tierra en la Lusitania tardoantigua. In J.-G Gorges e M. Salinas de Frías (eds.) - *Les campagnes de lusitanie romaine: occupation du sol e habitats*. Madrid /Salamanca: Casa de Velázquez/Ediciones Universidad de Salamanca, 1994. pp. 297-309 (Collection de la Casa de Velázquez n.º 47). Actes de la table ronde internationale - Salamanque, 29 et 30 janvier 1993.

DJINDJIAN 1991

Djindjian, Françoise

-*Méthodes pour l'Archéologie*. Paris: Armand Colin, 1991.

ECOSSISTEMA 1996

Ecosystema

- *Património arquitectónico e arqueológico*. - *Projecto de execução da A6 - Sublanço Borba / Elvas : relatório complementar ao EIA - Secção B*. pp. 86-102.

EDIA 1996

Edia - Empresa de desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva,S.A.

- *Património Arqueológico no Regolfo do Alqueva - Quadro Geral de Referência.*
[s.l.]: EDIA, 1996.

EDIA 1999

Silva, António Carlos (ed.)

- *Empreendimento de fins múltiplos de Alqueva: minimização de impactes patrimoniais.* Beja: EDIA, 1999. (Memórias d'Odiana - Estudos Arqueológicos do Alqueva nº 1)

ELVENSE 188

- [Vestígios de construções enterradas no Foral - Torre das Arcas]. *O Elvense.*
Elvas: [s.n.], 1881, Ago. 7 (66), p.3, col.1

ELVENSE 1881a

- [Visitas Arqueológicas]. *O Elvense.* Elvas: [s.n.], 1881, Set. 18 (73), p.2, col.3

ELVENSE 1887

- Inscrições romanas em Elvas. *O Elvense.* Elvas: [s.n.], 1887.Jul. 28 (677), p.1,
col. 1-3

ELVENSE 1887a

- Ainda as Inscrições romanas d'Elvas. *O Elvense.* Elvas: [s.n.], 1887. Out. 30
(704), p.1, col. 1-2

ELVENSE 1887b

- Monumentos Nacionais. *O Elvense*. Elvas: [s.n.], 1887, Jul. 28 (677), p.2, col. 2-3.

ELVENSE 1888

- Elementos para um Dicionário de Geographia e História Portugueza. *O Elvense*. Elvas: [s.n.], 1888. Set. 20 (795), p.1, col. 2-3

ENCARNAÇÃO 1977

- Inscriptions mal connues du Conventus pacensis: cinq plaques funéraires du Musée de Elvas (Portugal). *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1977. Vol. 16, pp. 45-57.

ENCARNAÇÃO 1984

Encarnação, José d'

- *Insrições Romanas do Conuentus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1984.

ENCARNAÇÃO 1985

Encarnação, José d'

- População romana do Nordeste Alentejano. -*Actas das 1as Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*. 1985. pp. 167-170

FABIÃO 1988

Fabião, Carlos

- Para a História da Arqueologia em Portugal. *Penélope: fazer e desfazer História*. Lisboa: Quetzal Editores, 1988. Vol. 2, pp. 10-26.

1993

- Os contextos da conquista romana. In J. Medina (ed.) - *História de Portugal: a romanização*. Amadora: Ediclube, 1993. Vol.II, pp. 180-186.

1998

- *O Mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Lisboa em 1999. Policopiado.

1999

- Um século de Arqueologia em Portugal – I. *Almadan*, II série. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 1999. nº8, pp.104-126.

FARIA 1989

Faria, António Marques de

- A presença romana o território português. *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989. Vol.28, pp. 53-69.

FERREIRA 1951

Ferreira, O. da Veiga

- Antiguidades de Fontalva (Elvas) II: Lucerna romana. *Revista de Guimarães*. Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, 1951. Vol.61(3-4).

1964

- Abel Viana (1896-1964). *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento, 1964. Vol. 74, pp. 172-176.

1966

- Uma estela tipo “Pedra Formosa” encontrada no castro de Fontalva (Elvas). *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1966. Vol.76(3-4), pp. 358-362.

FIGUEIREDO 1887

Figueiredo, Borges de

- Inscrições romanas em Elvas. *Revista Archeologica e Historica*. Vol.1, pp. 97-99

1889

- Baixo-relevo romano descoberto em Elvas. *Revista Archeologica e Historica*. Lisboa: 1889, nº 3, pp.161-162.

FLANNERY 1976

Flannery, K.V. (ed.)

- *The Early Mesoamerican village*. New York: Academic Press, 1976.

FRADE e CAETANO 1993

Frade, Helena; Caetano, José Carlos

- Ritos funerários romanos no nordeste alentejano. *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993. pp.847-875 .

GALLAY 1986

Gallay, Alain

- *L'archéologie demain*. Paris: Belfond, 1986.

GAMA 1964

Gama, Eurico (ed.)

- *Cartas de J. Leite de Vasconcellos a António Tomás Pires: folclore, filologia, etnografia e arqueologia*. Prefácio e notas de Eurico Gama. Lisboa: Faculdade de Letras, 1964.

1971

- Victorino de Almada: cronista-mor de Elvas. Lisboa: [s.n.] 1971. Sep. de *Independência* vol. 44

1977

- *O Cônego Aires Varela percursor da historiografia elvense*. Lisboa: [s.n.], 1977.

GAMITO 1981

Gamito, Teresa Júdice

- A propósito do Castro de Segóvia (Elvas) : resistência a Roma no Sudoeste Peninsular. *História*. Vol.29, pp.32-43.

1982

- A Idade do Ferro no Sul de Portugal: Problemas e Perspectivas. *Arqueologia*.. Vol.6, pp. 65-78.

1988

- *Social Complexity In Southwest Iberia (800-300 B.C.): the case of Tartessos*. Oxford: BAR, 1988. (BAR International Series 349).

GONÇALVES 1980a

Gonçalves, Victor dos Santos

- *O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologias Pré-Históricas (Lisboa 1880): uma leitura, seguida da "crónica" de Bordalo Pinheiro*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 1980.

GONÇALVES 1980b

Gonçalves, Victor dos Santos

- *Estácio da Veiga: um programa para a instituição dos estudos arqueológicos em Portugal (1880-1891)*. Lisboa: Cooperativa Editora "História Crítica". 1980.

GONÇALVES 1998a Gonçalves, Ana

- *Relatório de Sondagens Arqueológicas Auto - estrada A6 sublanços Estremoz / Borba e Borba / Elvas - Local 1 Monte da Horta; Local 2 Monte da Nora; Local 3 Monte Valbom*. 1998 (Junho). Relatório policopiado.

1998b

- *Acompanhamento Arqueológico da Obra e Realização de Escavação Arqueológica de Emergência em Área - Local 2 - Monte da Nora* 1998 (Agosto). Relatório policopiado

GONÇALVES *et alii* 2000

Gonçalves, Ana; Felix Teichner *et alii*

- *Monte da Nora (Terrugem, Elvas): realização de acompanhamento de obra e escavação arqueológica de emergência 1998/1999*. 2000 Relatório final do trabalho desenvolvido entregue ao IPA em Janeiro de 2000, policopiado

GORGES 1979

Gorges, Jean-Gérard

-*Les Villas Hispano-Romaines: inventaire et problématique archéologiques.*
Paris: Dif. E. de Boccard, 1979. (Publications du Centre Pierre Paris , 4)

GORGES e RICO 1999

Gorges, Jean Gérard; Rico, Christian

- Barrages ruraux d'époque romaine en moyenne vallée du Guadiana. In J.G. Gorges e F.G. Rodríguez Martin (eds) *-Économie et territoire en Lusitanie romaine.* Madrid: Casa de Velázquez, 1999. pp. 157-195. (Collection de la Casa de Velázquez, vol. n° 65).

GORGES e RODRÍGUEZ 1999

Gorges, Jean Gérard; Rodríguez Martin, F. Germán

- Un exemple de grande hydraulique rurale dans l'Espagne du Bas-Empire: la villa romaine de Correio Mor (Elvas, Portugal). In J.G. Gorges e F.G. Rodríguez Martin (eds) *-Économie et territoire en Lusitanie romaine.* Madrid: Casa de Velázquez, 1999. pp. 227-240. (Collection de la Casa de Velázquez, vol. n° 65).

1999a

- Un nouveau milliaire de Magnence en Hispanie. La borne de Torre Águilla (Montijo, Badajoz): épigraphie et territoire. In J.G. Gorges e F.G. Rodríguez Martin (eds) *-Économie et territoire en Lusitanie romaine.* Madrid: Casa de Velázquez, 1999. pp. 241- 262. (Collection de la Casa de Velázquez, vol. n° 65).

GORGES e SALINAS 1994

Gorges, Jean-Gérard; Salinas de Frías, M. (eds)

- *Les campagnes de lusitanie romaine: occupation du sol e habitats.* Madrid /Salamanca: Casa de Velázquez/Ediciones Universidad de Salamanca, 1994. (Collection de la Casa de Velázquez n° 47). Actes de la table ronde internationale

- Salamanque, 29 et 30 janvier 1993.

GREEN 1986

Green, Kevin

- *The Archaeology of the Roman Economy*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1986.

HELENO 1951

Heleno, Manuel

- Arqueologia de Elvas: notícia preliminar. *O Arqueólogo Português*, 2ª série. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1951. Vol.1, pp.83-94

HESSE 1971

Hesse, A.

- Tentative interpretation of surface distribution of remains on the upper fort of Mirgissa (Nubie Sudanaise). In F.R. Hodson, D.G. Kendall e P. Tautu - *Mathematics in archaeological and historical sciences*. Edinburg: University Press, 1971. pp. 436-444.

KOPPEL 1999

Koppel, Eva María

- La escultura ideal romana. *Hispania: el Legado de Roma.*: Museo Nacional de Arte Romano, 1999. pp. 339-349.

LAMBRINO 1967

Lambrino, Scarlat

- Catalogue des inscriptions latines du musée Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*, III série. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e

Etnologia. 1967. Vol.1, pp. 123-217.

LANCHA e ANDRE 1994

Lancha, J. e André, P.

- La campagne de la région d'èvora a l'époque imperiale: mise à jour des recherches récents. In J.-G Gorges e M. Salinas de Frías (eds.) - *Les campagnes de lusitanie romaine: occupation du sol e habitats*. Madrid /Salamanca: Casa de Velázquez/Ediciones Universidad de Salamanca, 1994. pp. 189-202. (Collection de la Casa de Velázquez n° 47). Actes de la table ronde internationale - Salamanque, 29 et 30 janvier 1993.

LE ROUX 1982

Le Roux, Patrick

- *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*. Paris: Centre Pierre Paris, 1982.

1994

- Vicus et castellum en Lusitanie sous l'empire. In J.-G Gorges e M. Salinas de Frías (eds.) - *Les campagnes de lusitanie romaine: occupation du sol e habitats*. Madrid /Salamanca: Casa de Velázquez/Ediciones Universidad de Salamanca, 1994. pp. 151-160 (Collection de la Casa de Velázquez n° 47). Actes de la table ronde internationale - Salamanque, 29 et 30 janvier 1993.

1999

- Le territoire de la colonie auguste de Mérida: réflexions pour un bilain. In J.G. Gorges e F.G. Rodríguez Martín (eds) - *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velázquez, 1999. pp. 263 - 276. (Collection de la Casa de Velázquez, vol. n° 65).

LEMOS 1993

Lemos, Francisco Sande

- *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*. Braga: Universidade do Minho, 1993. Tese de Doutoramento. Policopiado.

LOPES 1996

Lopes, Sandra Brazuna

- *Intervenção arqueológica do Lote 3A do Gasoduto Nacional: escavação de emergência na uilla da Herdade das Pereiras (Elvas)*. Relatório de trabalhos arqueológicos apresentado ao Instituto Português de Arqueologia. 1996. Policopiado

LOPES 1997

Lopes, Maria da Conceição

- L'occupation du sol dans le territoire de Pax iulia (Beja). In R.Etienne e F.Mayet (eds.) - *Itinéraires Lusitaniens*. Paris: Diffusion E.de Boccard, 1997. pp. 157-180.

LOPES, CARVALHO e GOMES 1997

Lopes, M. Conceição; Carvalho, Pedro C. e Gomes, Sofia M.

- *Arqueologia do Concelho de Serpa*. Serpa: Câmara Municipal, 1997.

LOPES e ALFENIM 1994

Lopes, Maria da Conceição; Alfenim, Rafael

- A uilla romana do Monte da Cegonha. *Arqueologia en el entorno del bajo Gaudiana*. Huelva: Grupo de investigación arqueológica del patrimonio del suroeste, 1994. pp.485-502. (Actas del Encontro Internacional de Arqueologia del

Suroeste)

LOURO 1948

Louro, Henrique da Silva

- Inscrição cristã de há 1600 anos encontrada na Terrugem. *Ethnos*. 1948. Vol. 3, pp.347-348.

1961

- *Vila Boim e a sua História*. Évora: Gráfica Eborense. 1961.

1964

- *Terrugem*. Évora: Gráfica Eborense. 1964.

1966

- *Monografia Histórica de Vila Fernando*. Évora: Gráfica Eborense, 1966.

1970

- Inscrições romanas de Barbacena. Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia. Lisboa: 1970. Vol.2, pp. 105-106.

MACIEL e MACIEL 1985a

Maciel, Manuel Justino Pinheiro e Maciel, Tarcísio Daniel Pinheiro

- Fragmento de uma placa funerária do Monte do Passo, Elvas (*Conuentus Pacencis*). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1985. Vol. 15, nº65.

1985b

- Árula funerária da Herdade das Caldeiras, Elvas (*Conuentus Pacencis*). *Ficheiro*

Epigráfico. Roman Portugal. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1985. Vol. 15, nº66.

MALONEY 2000

Maloney, Stephanie J.

- The villa of Torre de Palma: growth, development, and continuity. *6th Annual Meeting of the European Association of Archaeologists (Lisbon 10-17th September 2000)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2000.

MANTAS 1986

Mantas, Vasco Gil

- Implantação rural romana em torno da uilla de S. Cucufate (Vidigueira). *Arquivo de Beja*, 2ª série. Beja: Câmara Municipal de Beja, 1986. vol. 3, pp.199-214.

1990

- As cidades marítimas da Lusitânia. In AAVV - *Les villes de Lusitanie Romaine*. Paris: CNRS, 1990. pp.149-205.

1993

- A rede viária no actual território português. In J. Medina (ed.) - *História de Portugal: O mundo luso-romano*. Amadora: Ediclube, 1993. Vol.II, pp.213-230.

1996

- *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Coimbra: 1996. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Policopiada

1998

- Colonização e aculturação do Alentejo Romano. *Arquivo de Beja*, 3ª série. Beja: Câmara Municipal de Beja, 1998. Vol. 7-8, pp.33-61. (Actas das II Jornadas “O Alentejo e Outros Mundos”)

MARTIN 1985

Martin de Cáceres, Enrique Cerrillo

- Un modelo para el estudio del asentamiento rural romano en el W. *Actas das Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*. 1985. pp. 159-162.

1999

- Los campos de Hispania. *Hispania: el Legado de Roma*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 1999. pp. 385-395

MARTÍN, FERNÁNDEZ e GARCÍA 1990

Martín de Cáceres, Enrique Cerrillo; Fernández Corrales, José María; García de la Santa, Gregorio Herrera

- Ciudades, Territorios y vía de communication en la Lusitania meridional española. *In AAVV - Les villes de Lusitanie Romaine*. Paris: CNRS, 1990. pp. 51-72. Table ronde internationale du CNRS, Talence 1988.

MOUTINHO ALARCÃO 1961

Alarcão, Adília Moutinho

- Algumas peças de terra sigillata na Secção Arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa. *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1960-61. Vol.2-3, pp. 181-201.

1988

- Recensão bibliográfica a Jeannette U. Smit Nolen -Cerâmica Comum de

Necrópoles do Alto Alentejo de (1985). *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1988. Vol.27, pp.203-202.

MOUTINHO ALARCÃO e PONTE 1976

Alarcão, Adília Moutinho e Ponte, Salette da

- As lucernas romanas do Paço Ducal de Vila Viçosa. *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1976. Vol.15, pp. 73-90.

NOLEN 1985 Nolen, Jeannette U. Smit

- Cerâmica comum de Necrópoles do Alto Alentejo. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança, 1985.

OLEIRO 1986

Oleiro, João Manuel Bairrão

- Mosaico Romano. In ALARCÃO, Jorge de (ed..) - *História da Arte em Portugal. Do Paleolítico à Arte Visigótica*. Lisboa: Publicações Alfa: 1986. vol. 1, p. 112-113.

PAÇO e FERREIRA 1951

Paço, Afonso do; Ferreira, O. da Veiga

- Antiguidades de Fontalva (Elvas) I: Fivela visigótica *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1951. Vol.61(3-4), pp. 416-425.

PAÇO e LEMOS 1962

Paço, Afonso; Lemos, João de

- Reconhecimentos arqueológicos de emergência nas herdades da Comenda da

Igreja e Comendinha (Montemor-o-Novo). In AAVV - *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências: Secção VII.História e Arqueologia*. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1962. pp. 317-333.

PAÇO, FERREIRA E VIANA 1957

Paço, Afonso do; Ferreira, O. da Veiga e Viana, Abel

- Antiguidades de Fontalva: neo-eneolítico e época romana. *Zephyrus*. Salamanca, 1957. Vol.8(1), pp. 111-133.

PALADIO

- *Opus agriculturae*. Texte établi, trduit et commenté par Raoul Goujard. Paris: Les Belles Lettres, 1978.

PICÃO 1903

Picão, José da Silva

- *Através dos campos: usos e costumes agrícola-alentejnos: concelho de Elvas*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1983.

PINTO 1934

PINTO, Rui de Serpa

- Inventário dos Mosaicos Romanos em Portugal. *Anuario del Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos*. Madrid: [s.n.], 1934. vol.1, p. 176.

PIRES 1901

Pires, António Thomaz

- Catálogo do Museu Archeologico de Elvas. *O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Ethnologico Português. 1901. Vol.6, pp. 209-236.

1915

- Prólogo. In Cónego Aires Varela - *Theatro ds Antiguidades d'Elvas com a história da mesma cidade e descrição das terras da sua comarca*. Elvas: Antonio J. Torres de Carvalho, 1915.

1931

- *Estudos e notas Elvenses: Excerptos de um estudo sobre a toponymia elvense*. Elvas: Tipografia Progresso, 1931.

PONSICH 1974

Ponsich, Michel

- *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir, t.I: Séville, Alcalá del Río, Lora del Río, Carmona*. Paris: Diffusion de Boccard, 1974. (Publications de la Casa Vélasquez, Serie Archeologie, fasc. II)

1979

- *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir, t.II: la Campana, palma del Rio, Posadas*. Paris: Diffusion de Boccard, 1974. (Publications de la Casa Vélasquez, Serie Archeologie, fasc. III)

1987

- *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir, t.III: Bujalance, Montoro, Andújar*. Madrid: Diffusion de Boccard, 1987. (Publications de la Casa Vélasquez, Serie Archeologie, fasc.VII)

1991

- *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir, t.IV: Écijà, Dos Hermanas, Los Palacios y Villafranca, Lebrija, Sanlúcar de Barrameda*. Madrid:

Diffusion de Boccard, 1991 (Publications de la Casa Vélásquez, Serie Archeologie)

POSSELT 1999

Posselt, Martin

- *Relatório sobre prospecção geofísica realizada no sítio arqueológico do Monte da Nora*. 1999. Relatório apresentado ao IPA em Janeiro de 1999, policopiado

QUINTELA, CARDOSO e MASCARENHAS 1987

Quintela, António de Carvalho; Cardoso, João Luís e Mascarenhas, José Manuel

- *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo: contribuição para a sua inventariação e caracterização*. Lisboa: Ministério do Plano e da Administração do Território, 1987.

RENFREW e BANH 1991

Renfrew, Colin; Bahn, Paul

- *Archaeology: theories, methods and practice*. London/ New York: Thames and Hudson, 1991.

RIBEIRO 1945

Ribeiro, Orlando

- *Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico*. 5ª Edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987.

1987

- *Introdução ao estudo da geografia regional*. Lisboa: Sá da Costa, 1987.

1991

- Aglomeração e dispersão do povoamento rural. *In - Opúsculos Geográficos: IV*

Vol. - O mundo rural. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. pp. 299-316.

RIBEIRO e LAUTENSACH 1987

Ribeiro, Orlando; Lautensach, Hermann.

- *Geografia de Portugal : I. A posição geográfica e o território.* Comentários e actualização de Suzanne Daveau. 4ª edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1998.

1988

- *Geografia de Portugal : II O ritmo climático e a paisagem* Comentários e actualização de Suzanne Daveau. 4ª edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1998.

RODRÍGUEZ 1999

Rodríguez Martin, F. Germán

- Los asentamientos rurales romanos y su posible distribución en la cuenca media del Guadiana. In J.G. Gorges e F.G. Rodríguez Martin (eds) *-Économie et territoire en Lusitanie romaine.* Madrid: Casa de Velázquez, 1999. pp. 121-134. (Collection de la Casa de Velázquez, vol. nº 65).

RUIZ e BURILLO 1988

Ruiz Zapatero, G.; Burillo Mozota

- Metodología para la investigación en arqueología territorial. *Munibe.* San Sebastian. 1988. Vol.6, pp. 45-64.

SAA 1956-1967

Saa, Mário de

-*As grandes vias da Lusitânia: O itinerário de Antonino Pio.* Lisboa: 1956-1967.

SAEZ 1987

Saez Fernandez, Pedro

- *Agricultura romana de la Bética*. Sevilla: Departamento de Historia Antigua de la Universidad de Sevilla. 1987.

SANTOS 1968

Santos, Manuel Farinha dos

- *Parecer*. [Lisboa]: [original dactilografado], 1968. Parecer remetido à Junta Nacional de Educação em 15 de Março de 1968.

SENTINELA 1881

- Eis o resultado das explorações... *A Sentinella da Fronteira*. Elvas: [s.n.], 1881, Out. 26 (60), p. 3, col.2.

SEPÚLVEDA e CARVALHO 1998

Sepúlveda, Eurico; Carvalho, António

- Cerâmicas de paredes finas no Museu Municipal de Elvas. *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1998. Vol. 37, pp. 233-265.

SILLIERES 1994

Sillières, Pierre

- Les premier établissements romaines de la région de Vila de Frades. In J.-G Gorges e M. Salinas de Frías (eds.) - *Les campagnes de lusitanie romaine: occupation du sol e habitats*. Madrid /Salamanca: Casa de Velázquez/Ediciones Universidad de Salamanca, 1994. pp. 89-98. (Collection de la Casa de Velázquez nº 47). Actes de la table ronde internationale - Salamanque, 29 et 30 janvier 1993.

SOUZA 1990 Souza, Vasco

- *Corpus signorum imperii romani*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990.

TRIGGER 1989

Trigger, Bruce G.

- *A History of Archaeological Thought*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

VARELA 1644 – 1655

Varela, Cónego Aires

- *Theatro ds Antiguidades d'Elvas com a história da mesma cidade e descrição das terras da sua comarca*. Prólogo de Antonio Thomaz Pires. Elvas: Antonio J. Torres de Carvalho, 1915.

VARRÃO

- *De re rustica*. Texte établi, trduit et commenté par Raoul Goujard. Paris: Les Belles Lettres, 1988.

VASCONCELLOS 1895

Vasconcellos, José Leite de

- Collecção ethnographica do Sr. M. d'Azuaga. *O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Ethnologico Português. 1895. Vol.1(1), pp. 20-28.

1895a

- Culto de Proserpina. *O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Ethnologico Português. 1895. Vol.1, pp. 244-246.

1896

- Aquisições do Museu Municipal de Elvas. *O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Ethnologico Português. 1896. Vol.2, pp. 2-5.

1897

- Lápide Romana de Vila Boim. *O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Ethnologico Português. 1896. Vol.3, p121.

VIANA 1950

Viana, Abel

- Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1950. Vol.12 (3-4), pp. 289-322

1953

- Notas da Arqueologia alto-alentejana: cerâmica luso-romana do Museu Arqueológico de Vila Viçosa. *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, 1953. Vol.10(33-34), pp. 235-258.

1955a

-Notas de corografia arqueológica. *Brotéria*. Vol.61, pp. 545-556

1955 b

- Necrópolis de la Torre das Arcas. *Archivo Español de Arqueologia*. Madrid: Instituto Velásquez. 1955 Vol.28 (92), pp. 244-265.

1959

- *Vidros Romanos em Portugal: breves notas*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1959. Separata de *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 18

VIANA e DEUS 1950a

Viana, Abel e Deus, António Dias de

- Necrópolis celtico-romanas del concejo de Elvas. *Archivo Español de arqueologia*. Madrid: Instituto Velásquez. 1950. Vol. 23 (nº80), pp.229-253.

1950b

- Explorações de algumas necrópoles celtico-romanas do Concelho de Elvas. *XIII Congresso Luso-espanhol Para o Progresso das Ciências: 7ª secção - Ciências Históricas e Filosóficas*. Lisboa: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1950. Vol.8, pp. 67-74.

1954

- Notas para o estudo dos dolmens da Região de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. 1954. Vol.15(3-4), pp.143-189.

1955

- Nuevas Necrópolis celtico-romanas de la region de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueologia*. Madrid: Instituto Velásquez. 1955. Vol.28, pp.33-68.

1956

- Campos de Urnas do Concelho de Elvas. *O Instituto*. Coimbra: 1956. vol. 118, pp.133-193.

1957

- Mais alguns dolmens da região de Elvas (Portugal). *IV Congresso Arqueológico Nacional (Burgos 1955)*. Zaragoza: Secretaria General de los Congresos Arqueológicos Nacionales. 1957.

WHITE 1970

White, K.D.

- *Roman Farming*. London: Thames and Hudson, 1970.

WYLIE 1982

Wylie, M.A.

- Epistemological issues raised by a structuralist archaeology. In I. Hodder (ed.), - *Symbolic and Structural Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982 pp. 39-46.

MARIA JOSÉ DE MELO HENRIQUES DE ALMEIDA

**OCUPAÇÃO RURAL ROMANA
NO ACTUAL CONCELHO DE ELVAS**

Anexos

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2000

Lista de Anexos

1. Base de dados relativa aos sítios com ocupação romana no actual concelho de Elvas

1.1. Definição de campos e layouts

- 1.1.1. Inventário de sítios
- 1.1.2. Identificação
- 1.1.3. Implantação
- 1.1.4. Observações no terreno
- 1.1.5. Descrição a partir da bibliografia

2. Quadros-síntese

2.1. Tipo de localização

2.2. Tipologia de sítios

3. Gráfico comparativo das áreas de dispersão de vestígios à superfície

4. Cartografia

4.1. Cartografia de sítios (1: 25 000)

4.2. Cartografia de síntese (1: 200 000)



- 4.2.1. Carta de distribuição
- 4.2.2. Tipo de localização
- 4.2.3. Tipologia de sítios

5. Fotografias

1. Base de Dados relativa aos sítios com ocupação romana no actual concelho de Elvas

1.1 Definição de campos e Layouts

1.1.1 Inventário de sítios


OCRE

ocupação romana do concelho de e

Materiais

Bibl.

Foto

Endovellico

Identificação




Implantação

Observações no terreno

Descrição a partir da bibliografia

N° inv.	CNS	Topónimo	Freguesia	Tipo
<input type="text" value="N° inv."/>	<input type="text" value="CNS"/>	<input type="text" value="Topónimo"/>	<input type="text" value="Freguesia"/>	<input type="text" value="Tipo"/>

1.1.2 Identificação

OCRE

ocupação romana do concelho de e

Topónimo..... Sigla..... Cod..... CNS N° inv.

Freguesia

Tipo Cronologia

Natureza da informação Prospecção Escavação Bibliografia Endovellico Informação oral

Notas.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Inventário

Implantação

Observações no terreno

Descrição a partir da bibliografia

1.1.3 Implantação



OCRE

ocupação romana do concelho de e

Topónimo N° inv.

Localização no terreno a partir de bibliografia estimada não localizado

CMP CGP CCUS

Coordenadas UTM Altitude

Geologia Uso dos solos

Topografia

Hidrografia / Recursos hídricos

Inventário

Identificação

Observações no terreno

Descrição a partir da bibliografia

1.1.4 Observações no terreno



OCRE

ocupação romana do concelho de e

Topónimo N° inv.

Área de dispersão de vestígios dispersão de m² Índice de Visibilidade do solo Visibilidade de

Datas de visita

Estruturas

Materiais

Observados

Recolhidos

Materiais

Inventário

Identificação

Implantação

Descrição a partir da bibliografia

2. Quadros-síntese

2.1 Tipo de localização

nº	Topónimo	Tipo
11	Vinagreira	a partir de bibliografia
27	Herdade das Pereiras	a partir de bibliografia
33	Serrones	a partir de bibliografia
35	Monte do Alcobaça	a partir de bibliografia
38	São Romão	a partir de bibliografia
49a	Herdade das Caldeiras	a partir de bibliografia
51	Terrugem	a partir de bibliografia
53	Ribeira dos Mosqueiros	a partir de bibliografia
56	Herdade de Camugem	a partir de bibliografia
63	Monte dos Chões	a partir de bibliografia
67	Monte do Sobral 4	a partir de bibliografia
68	Monte do Sobral 2	a partir de bibliografia
69	Monte da Cufeta	a partir de bibliografia
70	Caldeiras do Guadiana	a partir de bibliografia
71	S. Rafael	a partir de bibliografia
72	Avessadas 3	a partir de bibliografia
73	Avessadas 4	a partir de bibliografia
1	Herdade do Almeida	estimada
2	Alentisca do Caia	estimada
6	Herdade dos Campos ou de Genemigo	estimada
7	Anta do Reguengo	estimada
8	Barbacena	estimada
9	Vila Cova	estimada
10	Vila Covinha	estimada
12	São Vicente	estimada
14	Monte da Capela	estimada

nº	Topónimo	Tipo
16	Silveira	estimada
24	Malhadas de Alcobaça	estimada
26	Amimoas de Cima	estimada
34	Herdade de Alcobaça	estimada
36	Monte do Passo	estimada
37	Alcarapinha	estimada
41	Chaminé	estimada
42	Trinta Alferes	estimada
43	Nossa Senhora da Graça	estimada
45	Papulos	estimada
46	Fonte Branca	estimada
50	Farisoa	estimada
55	Vila Boim	estimada
57	Horta da Serra	estimada
58	Varche	estimada
59	Torre das Arcas	estimada
60	Pomarinho da Torre das Arcas	estimada
61	Quinta de D.Clara	estimada
64	Casas Novas / Sardinha	estimada
65	Escrivã ou Falcato	estimada
66	Padrão	estimada
74	Cerrado dos Fangueiros	não localizado
75	Horta do Mexia	não localizado
3	Coutada	no terreno
4	Monte Velho de Fontalva	no terreno
5	Fontalva	no terreno
13	Ventosa	no terreno
15	Capela	no terreno
17	S.Pedro	no terreno

nº	Topónimo	Tipo
18	Horta do Rangem	no terreno
19	Pombal	no terreno
20	Torre de Sequeira 2	no terreno
21	Longas 2 / Torre de Sequeira 1	no terreno
22	Quinta das Longas	no terreno
23	Horta do Rafael	no terreno
25	Pinas	no terreno
28	Castro de Segóvia	no terreno
29	Correio-Mor	no terreno
30	Moralves	no terreno
31	Paço	no terreno
32	Botafogo	no terreno
39	Atalaia dos Sapateiros	no terreno
40	Carrão	no terreno
44	Elvas	no terreno
47	Ponte Lagarto	no terreno
48	Nora Úveda	no terreno
49	Alfarófia	no terreno
52	Monte da Nora	no terreno
54	Valbom	no terreno
62	Ovelheira	no terreno

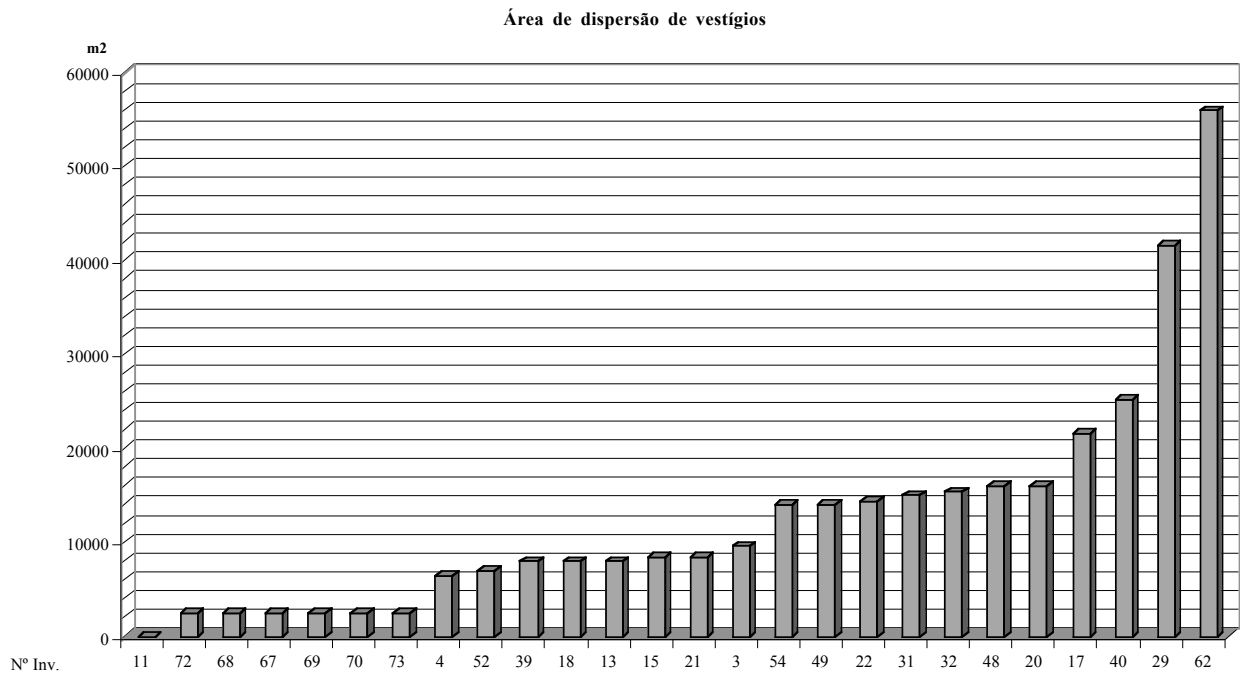
2.2 tipologia de sítios

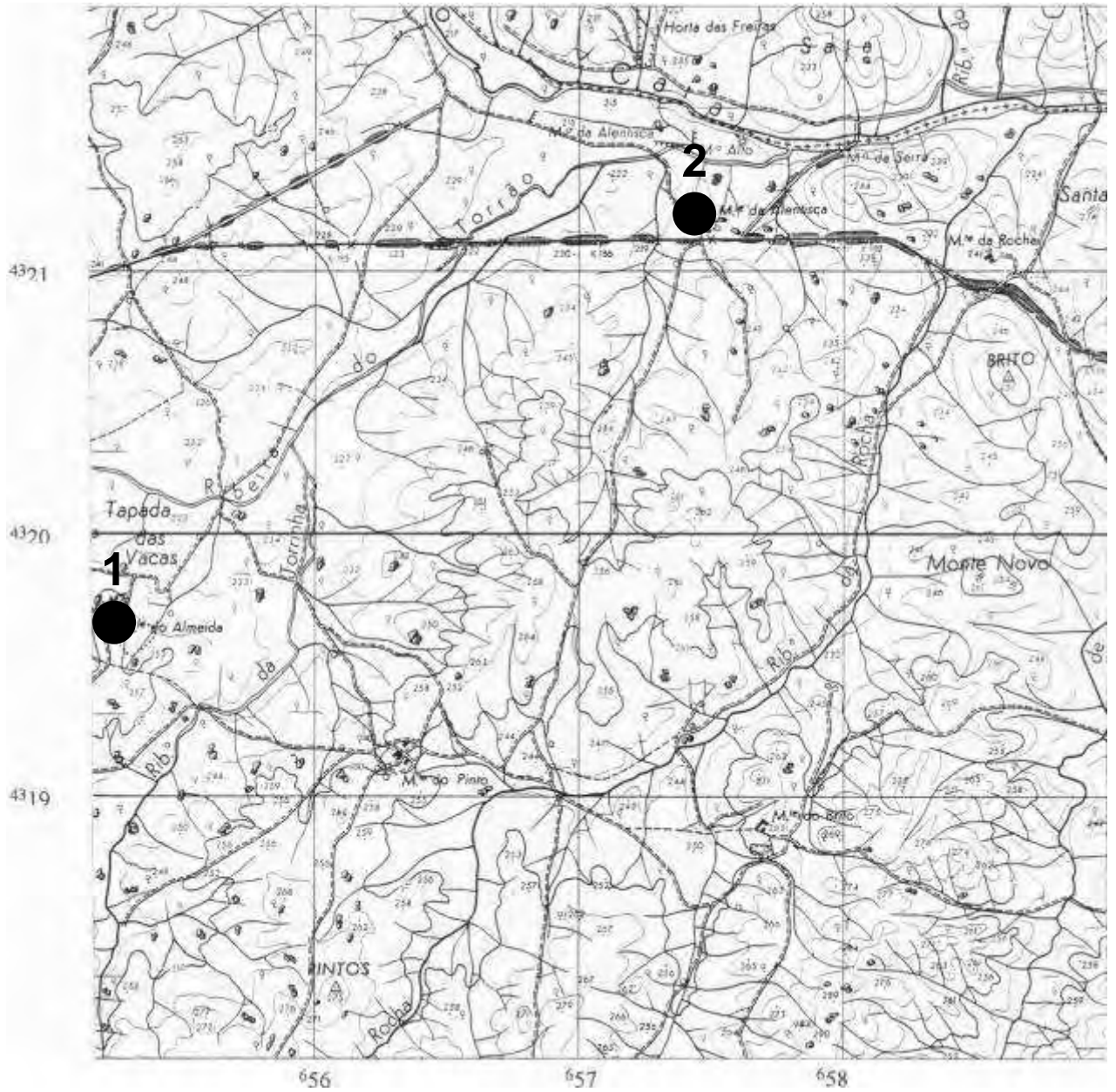
nº	Topónimo	Tipo
74	Cerrado dos Fangueiros	achado isolado
75	Horta do Mexia	achado isolado
30	Moralves	Barragem
3	Coutada	casal / epigrafia - funerária
18	Horta do Rangem	casal
67	Monte do Sobral 4	casal
68	Monte do Sobral 2	casal
69	Monte da Cufeta	casal
70	Caldeiras do Guadiana	casal
72	Avessadas 3	casal
73	Avessadas 4	casal
1	Herdade do Almeida	epigrafia - funerária
2	Alentisca do Caia	epigrafia - funerária
43	Nossa Senhora da Graça	epigrafia - funerária
58	Varche	epigrafia - funerária
65	Escrivã ou Falcato	epigrafia - funerária
8	Barbacena	epigrafia - miliário
46	Fonte Branca	epigrafia - votiva
4	Monte Velho de Fontalva	habitat de tipo indeterminado
6	Herdade dos Campos ou de Genemigo	habitat de tipo indeterminado / epigrafia - miliário
7	Anta do Reguengo	habitat de tipo indeterminado e via
12	São Vicente	habitat de tipo indeterminado
11	Vinagreira	habitat de tipo indeterminado
13	Ventosa	habitat de tipo indeterminado
14	Monte da Capela	habitat de tipo indeterminado
15	Capela	habitat de tipo indeterminado
36	Monte do Passo	habitat de tipo indeterminado / necrópole
39	Atalaia dos Sapateiros	habitat de tipo indeterminado

nº	Topónimo	Tipo
42	Trinta Alferes	habitat de tipo indeterminado
50	Farisoa	habitat de tipo indeterminado
53	Ribeira dos Mosqueiros	habitat de tipo indeterminado
55	Vila Boim	habitat de tipo indeterminado / epigrafia - funerária
61	Quinta de D. Clara	habitat de tipo indeterminado
64	Casas Novas / Sardinha	habitat de tipo indeterminado
71	S. Rafael	habitat de tipo indeterminado / necrópole
9	Vila Cova	necrópole
25	Pinas	necrópole
33	Serrones	necrópole
35	Monte do Alcobaça	necrópole
37	Alcarapinha	necrópole / epigrafia - miliário
41	Chaminé	necrópole
45	Papulos	necrópole / epigrafia - funerária
56	Herdade de Camugem	necrópole / epigrafia funerária
57	Horta da Serra	necrópole / habitat de tipo indeterminado
59	Torre das Arcas	necrópole
66	Padrão	necrópole
19	Pombal	pedreira
28	Castro de Segóvia	povoado fortificado
44	Elvas	uicus (?)
52	Monte da Nora	uicus

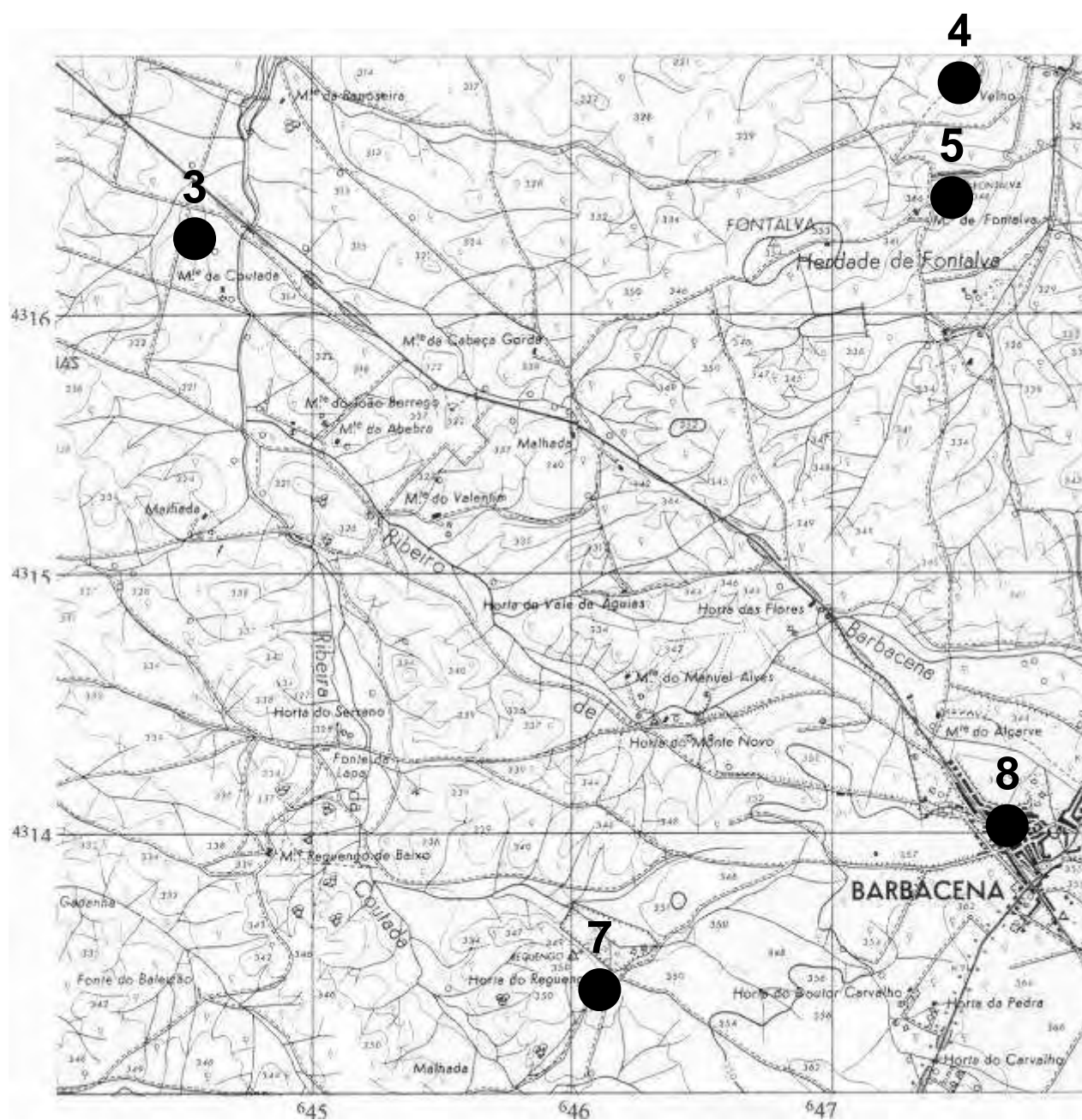
nº	Topónimo	Tipo
5	Fontalva	uilla (?) / necrópole
10	Vila Covinha	uilla
16	Silveira	uilla / via (?)
17	S.Pedro	uilla
20	Torre de Sequeira 2	uilla
21	Longas 2 / Torre de Sequeira 1	uilla
22	Quinta das Longas	uilla
23	Horta do Rafael	uilla
24	Malhadas de Alcobaça	uilla
26	Amimoas de Cima	uilla
27	Herdade das Pereiras	uilla
29	Correio-Mor	uilla
31	Paço	uilla
32	Botafogo	uilla
34	Herdade de Alcobaça	uilla (?) / epigrafia - miliário
38	São Romão	uilla
40	Carrão	uilla
49	Alfarófia	uilla
48	Nora Úveda	uilla
51	Terrugem	uilla / necrópole
54	Valbom	uilla / epigrafia - funerária
60	Pomarinho da Torre das Arcas	uilla
62	Ovelheira	uilla
63	Monte dos Chões	uilla
47	Ponte Lagarto	via
49a	Herdade das Caldeiras	via (?) / epigrafia - funerária

3. Gráfico comparativo das áreas de dispersão de vestígios à superfície

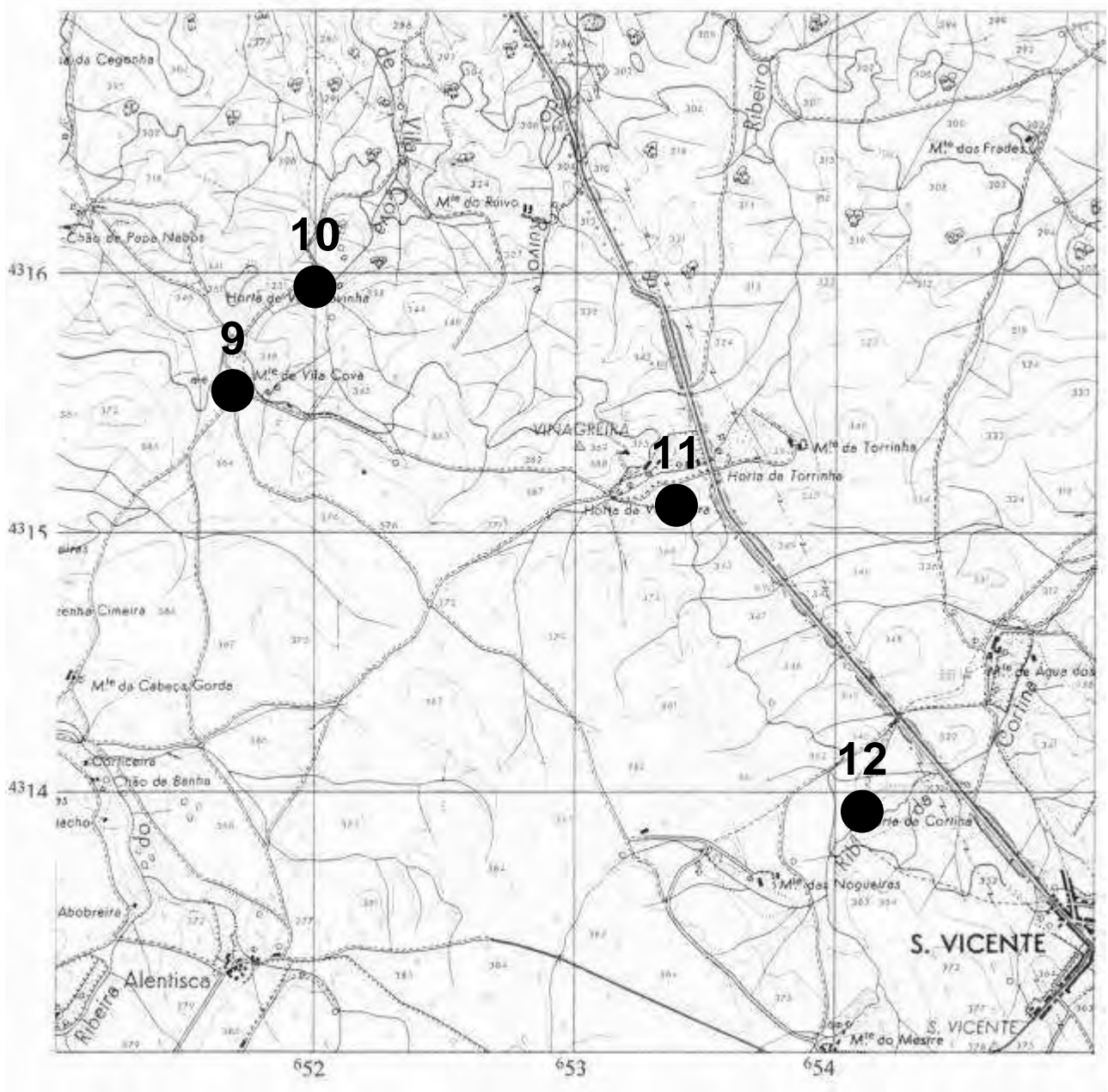




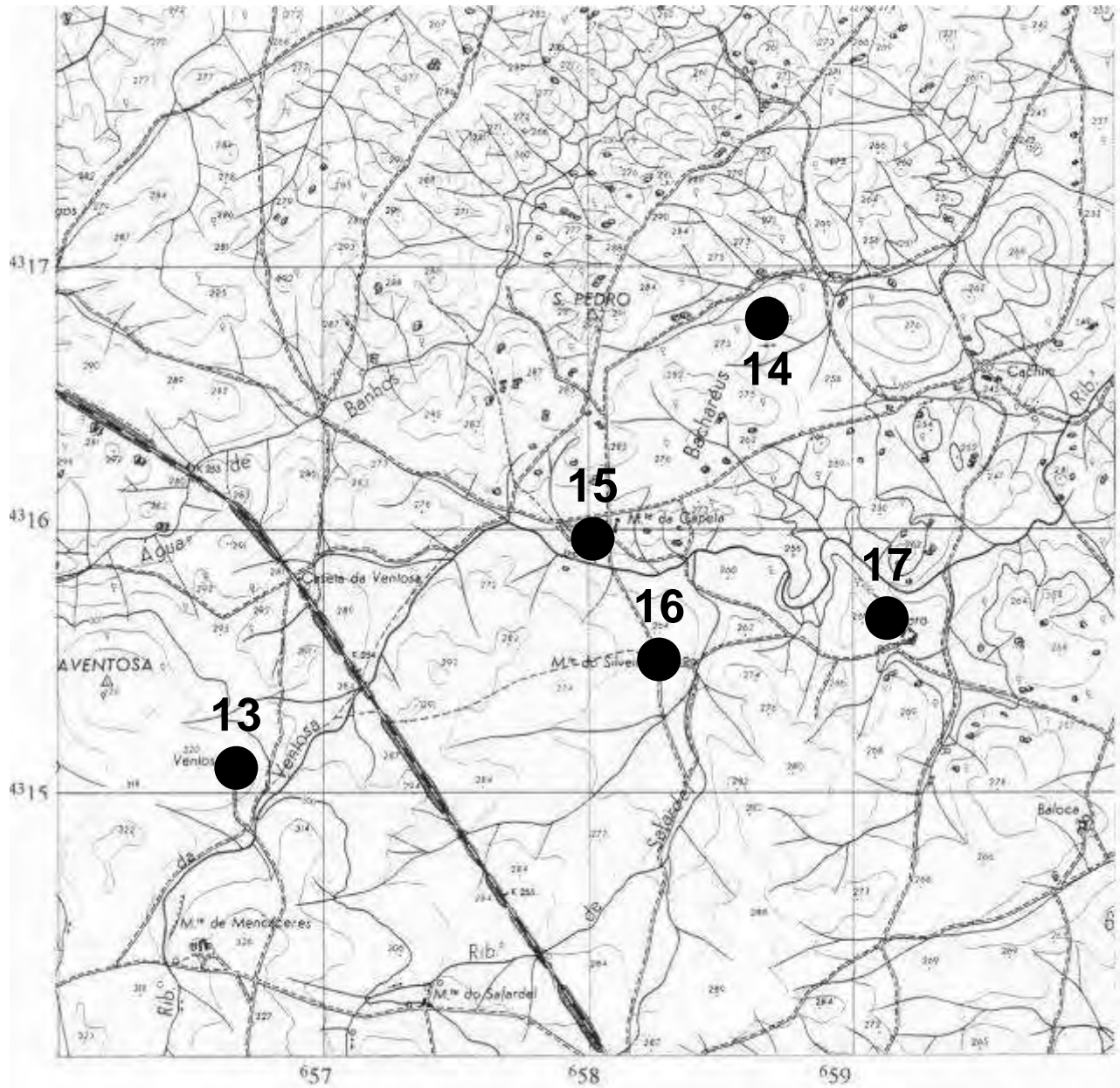
- 1 - Herdade do Almeida
- 2 - Alentisca do Caia



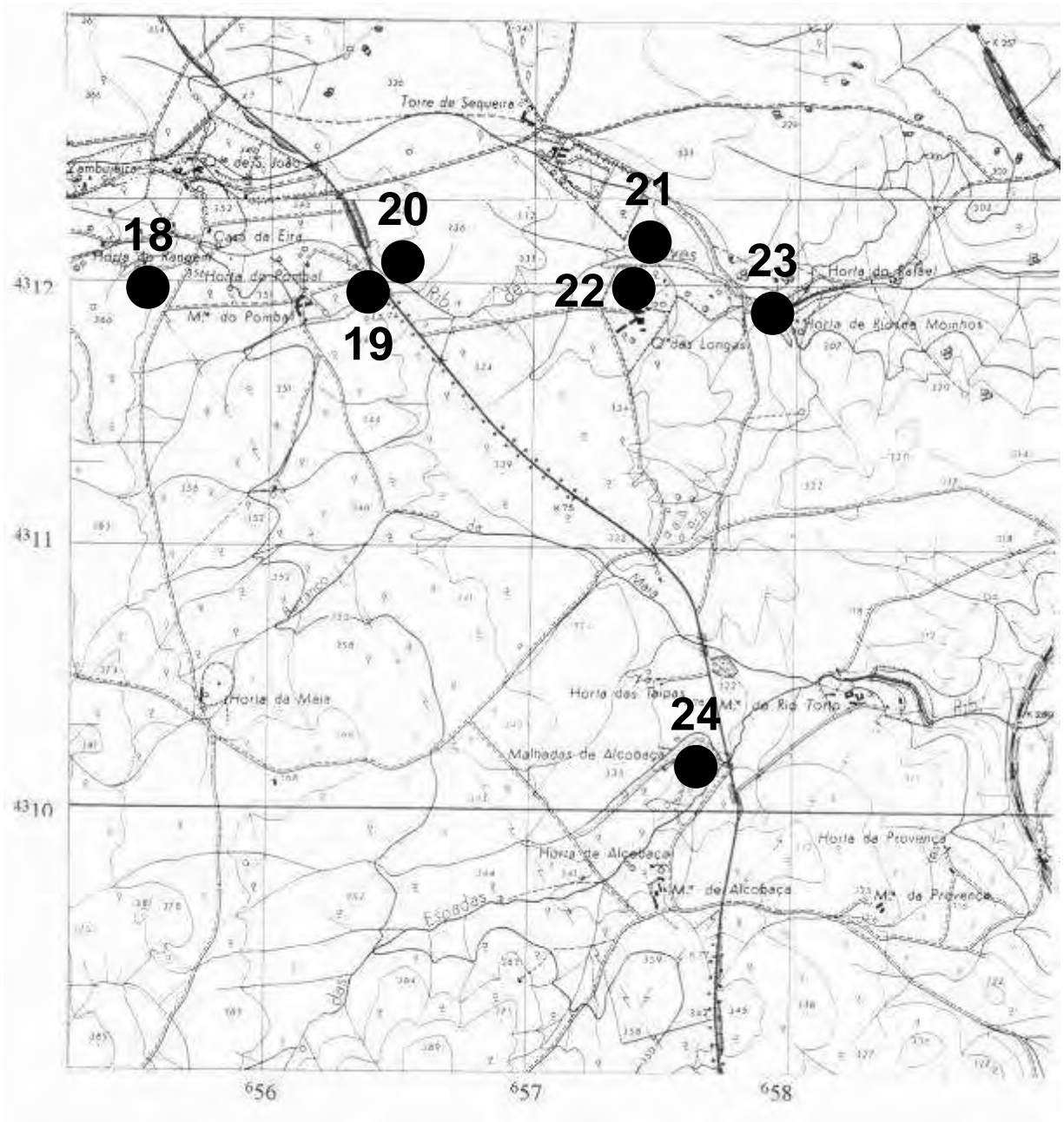
- 3 - Coutada
- 4 - Monte Velho de Fontalva
- 5 - Fontalva
- 7 - Anta do Reguengo
- 8 - Barbacena



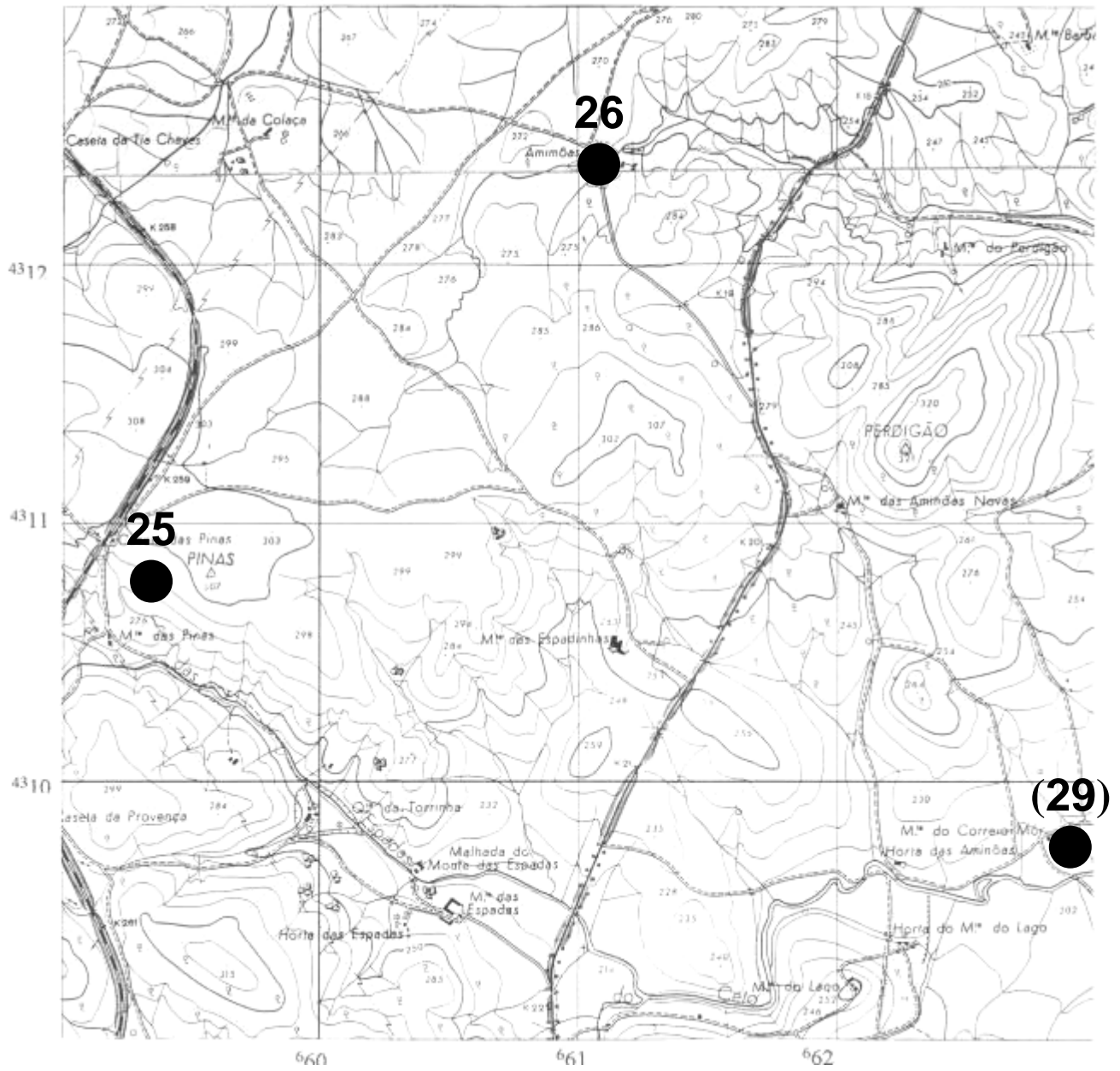
- 9 - Vila Cova
- 10 - Vila Covinha
- 11 - Vinagreira
- 12 - S. Vicente



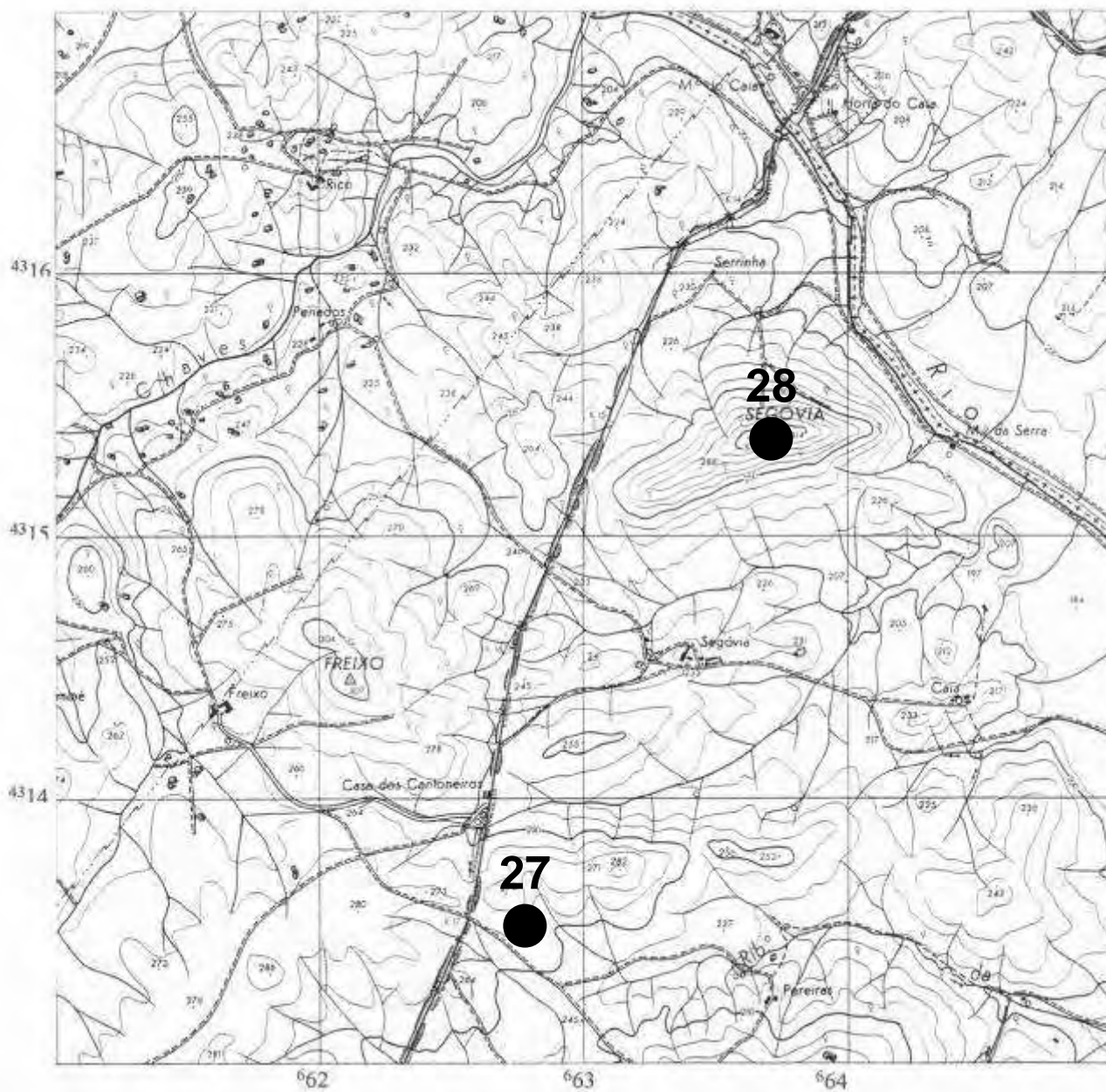
- 13 - Ventosa
- 14 - Monte da Capela
- 15 - Capela
- 16 - Silveira
- 17 - S. Pedro



- 18 - Horta do Rangem
- 19 - Pombal
- 20 - Torre de Sequeira 2
- 21 - Longas 2 / Herdade da Torre
- 22 - Quinta das Longas
- 23 - Horta do Rafael
- 24 - Malhadas de Alcobaça

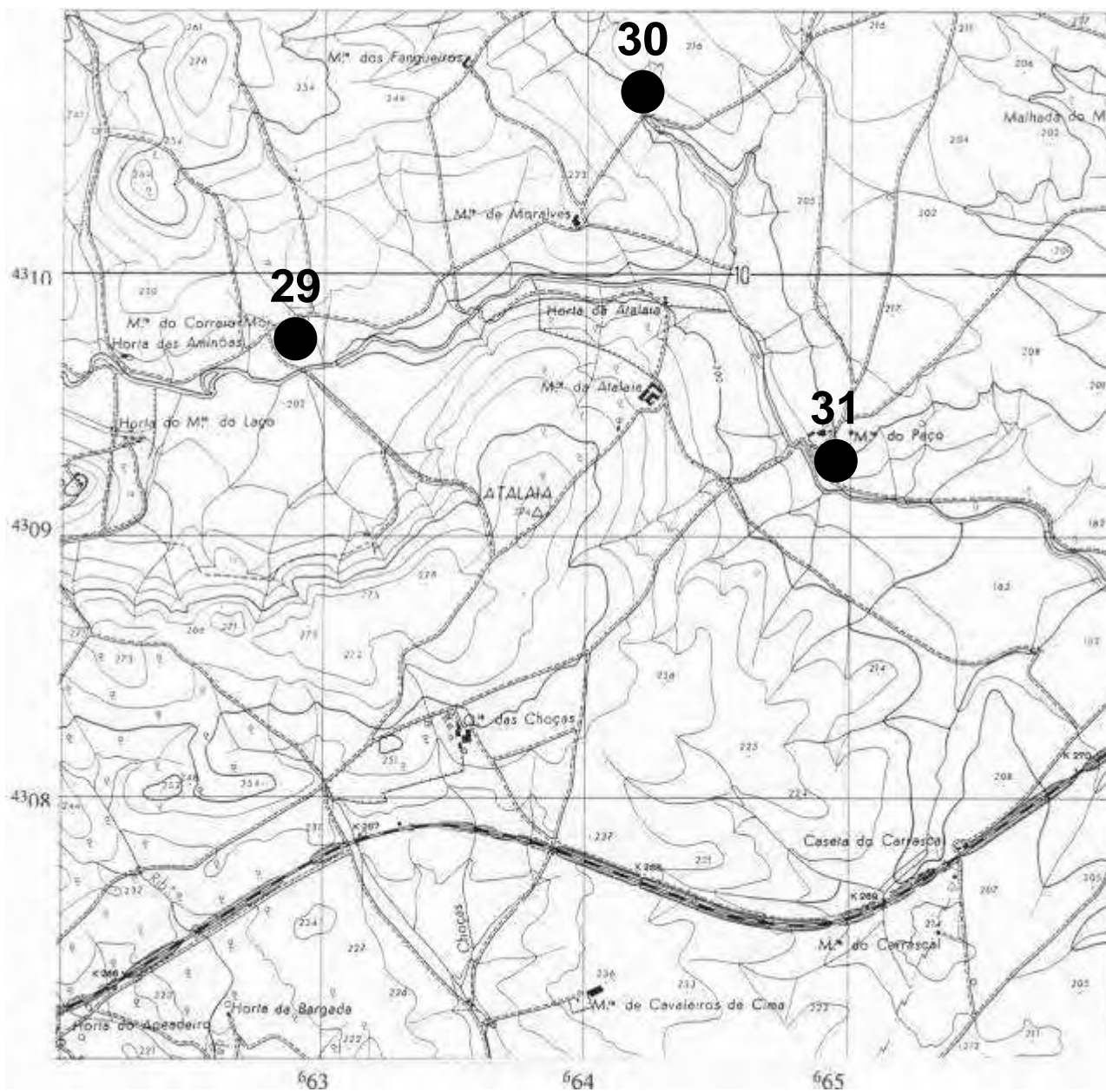


- 25 - Pinas
- 26 - Animoas de cima
- (29 - Correio Mor)



27 - Herdade das Pereiras

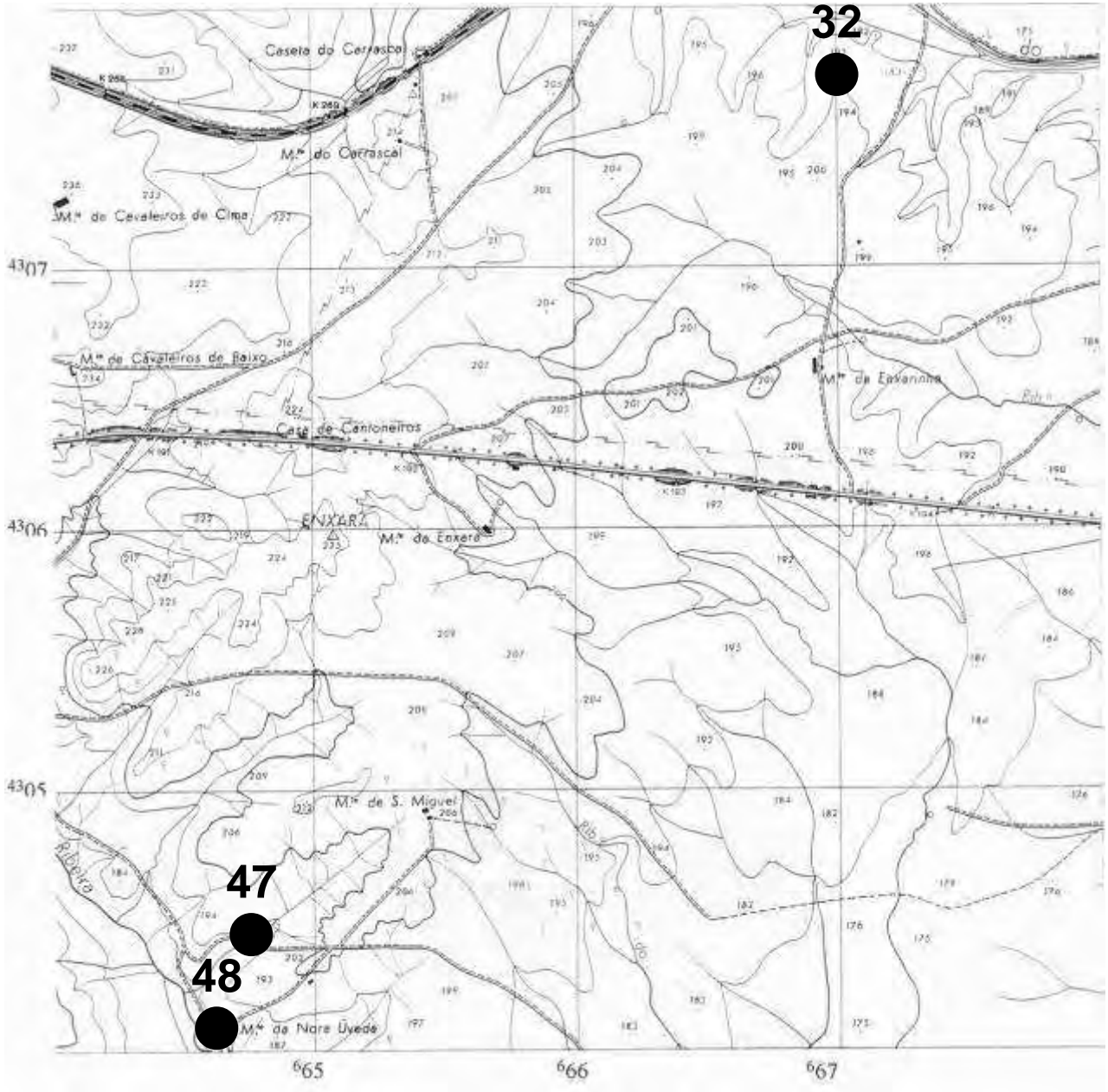
28 - Castro de Segóvia



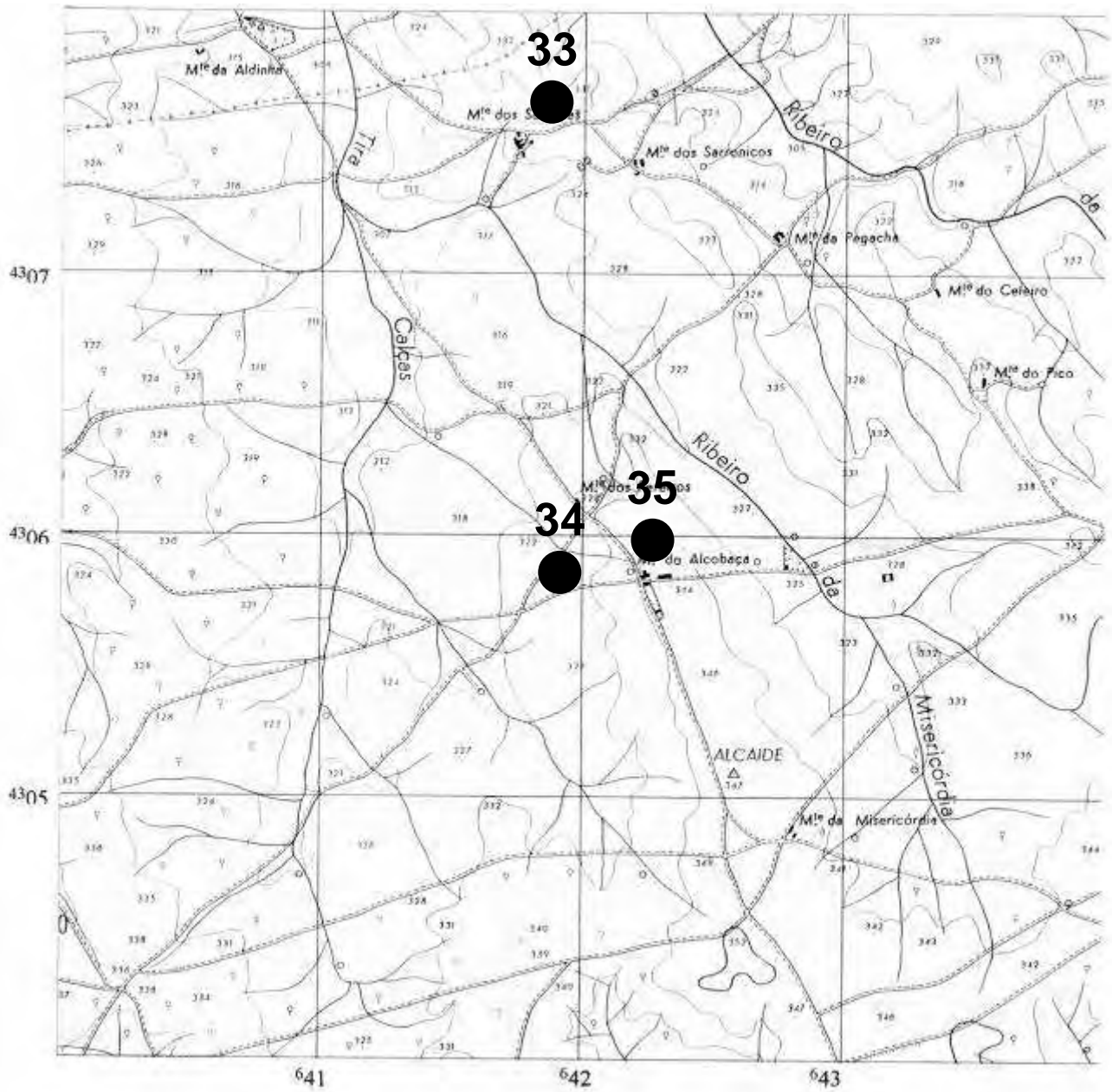
29 - Correio Mor

30 - Moralves

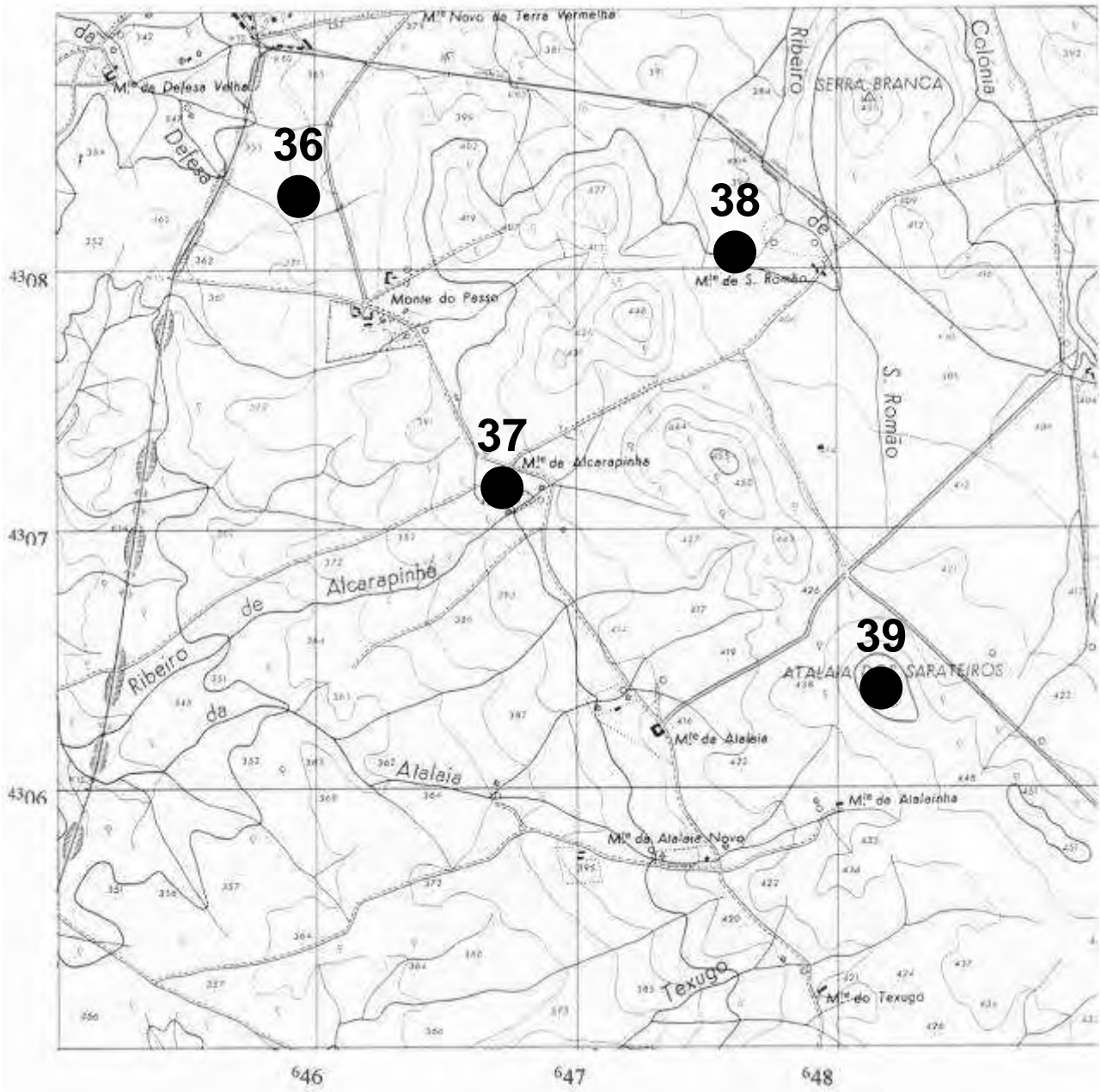
31 - Paço



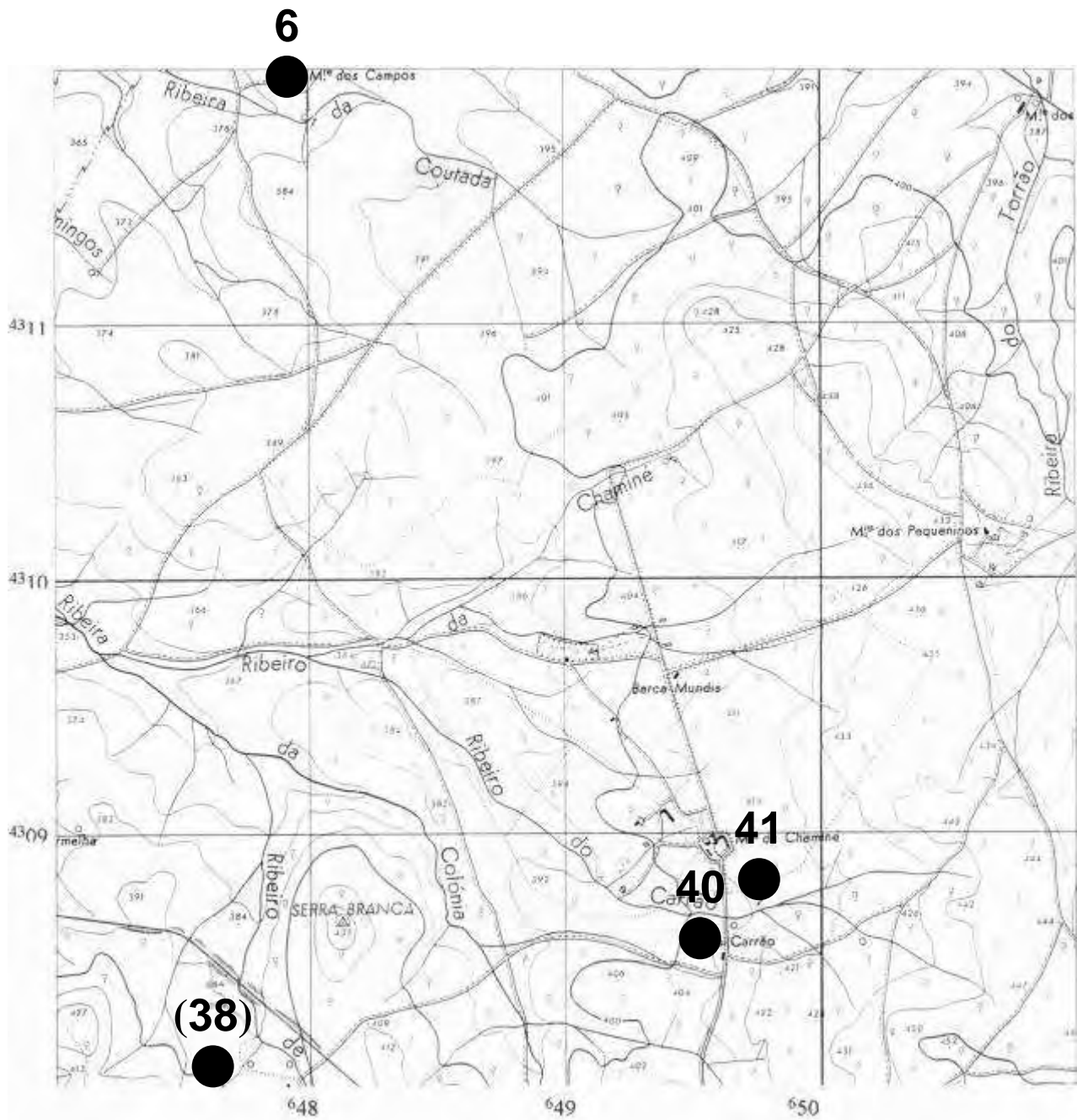
- 32 - Botafogo
- 47 - Ponte Lagarto
- 48 - Nora Úveda



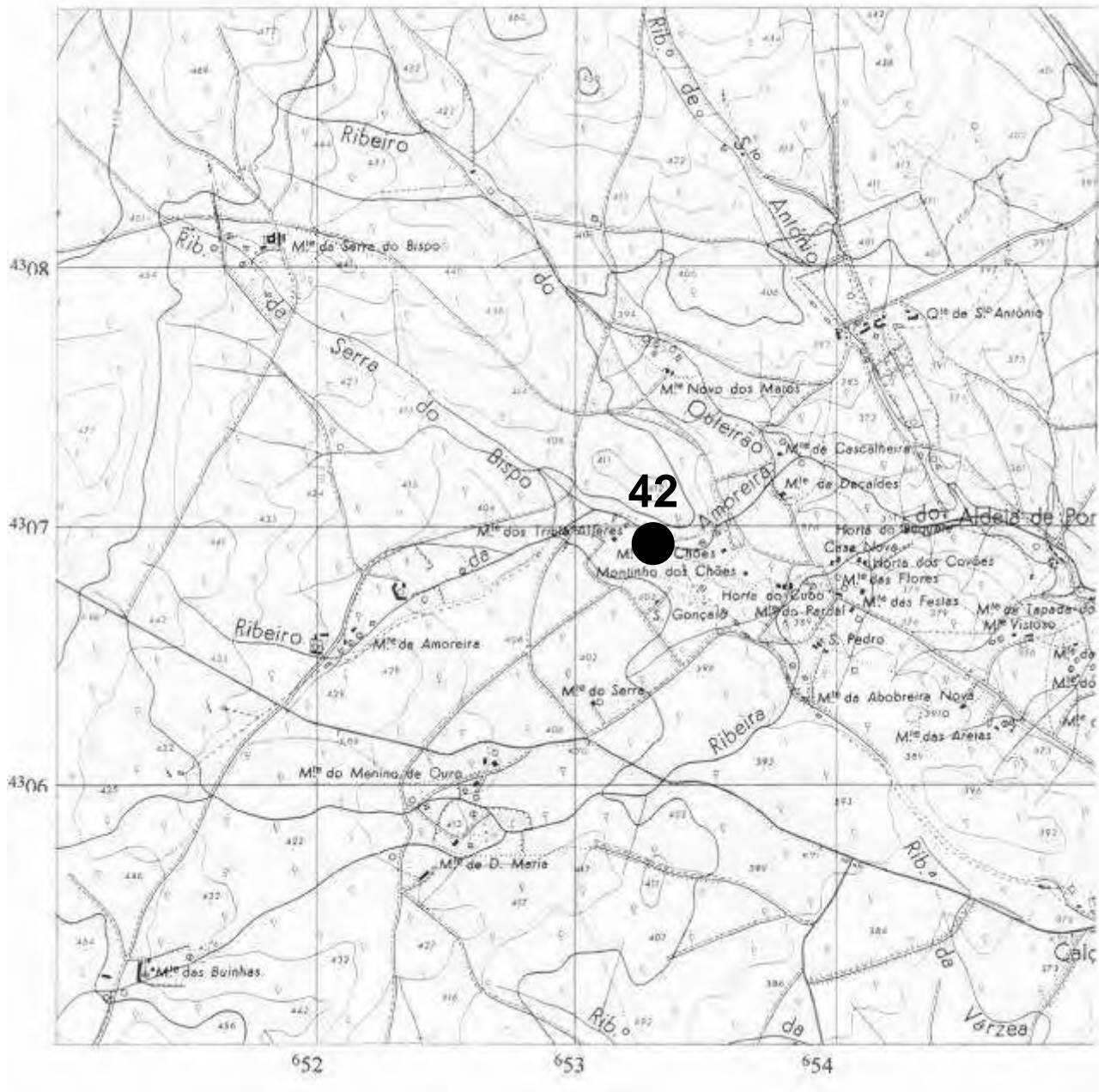
- 33 - Serrones
- 34 - Herdade de Alcobaça
- 35 - Monte do Alcobaça



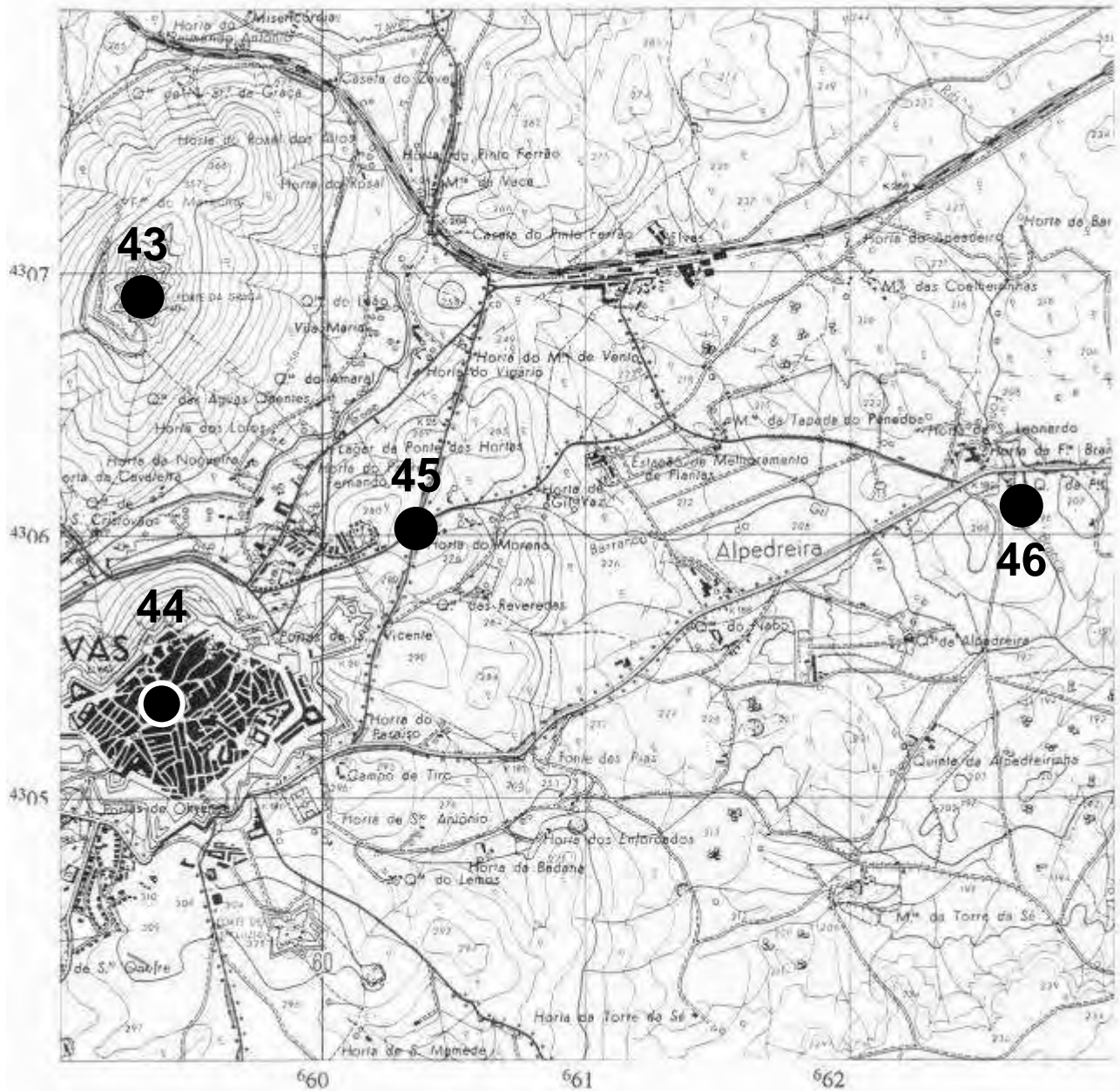
- 36 - Monte do Passo
- 37 - Alcarapinha
- 38 - São Romão
- 39 - Atalaia dos Sapateiros



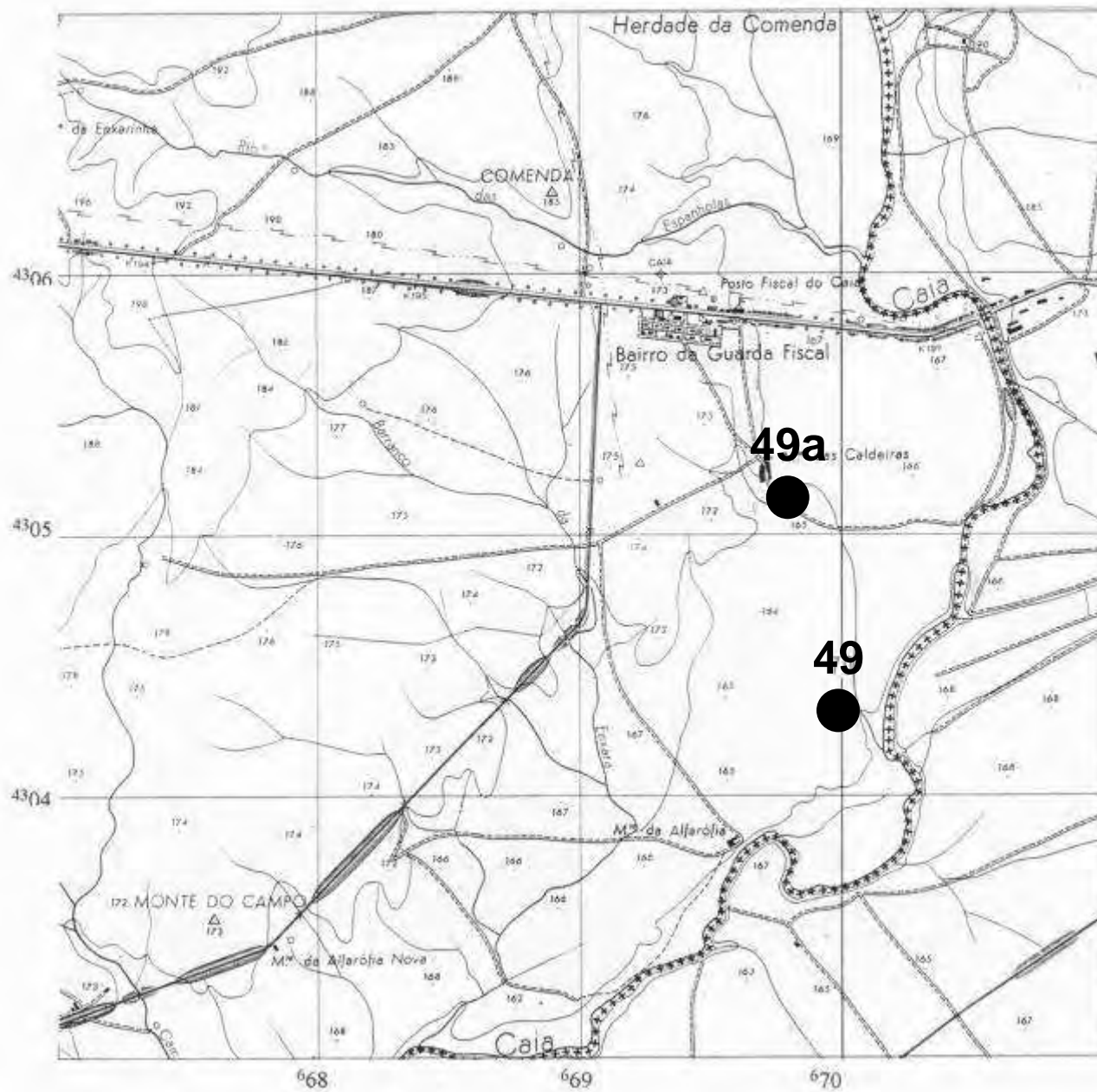
- 6 - Monte dos Campos ou de Genemigo
- (38 - São Romão)
- 40 - Carrão
- 41 - Chaminé



42 - Trinta Alferes

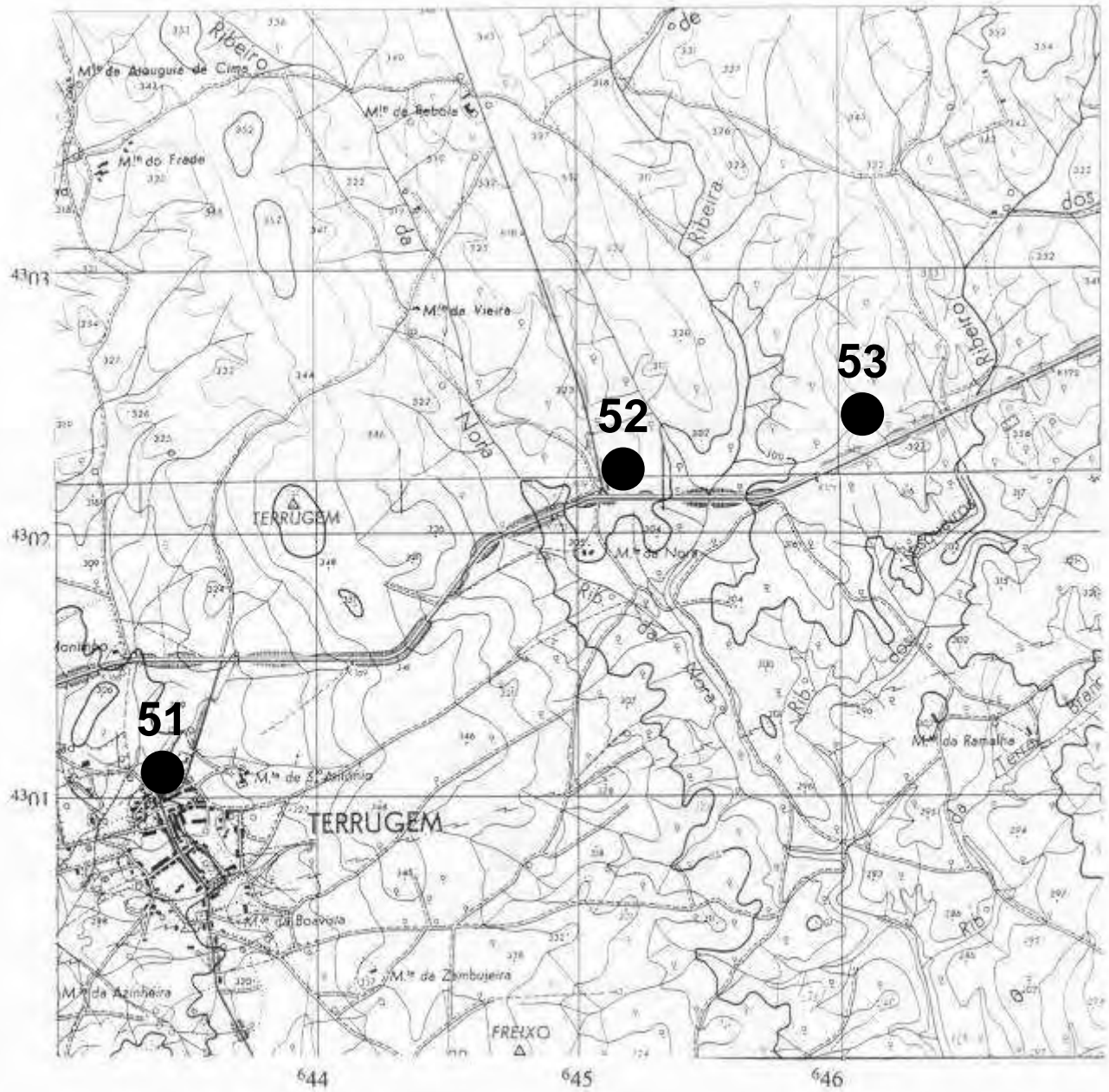


- 43 - Nossa Senhora da Graça
- 44 - Elvas
- 45 - Papulos
- 46 - Fonte Branca

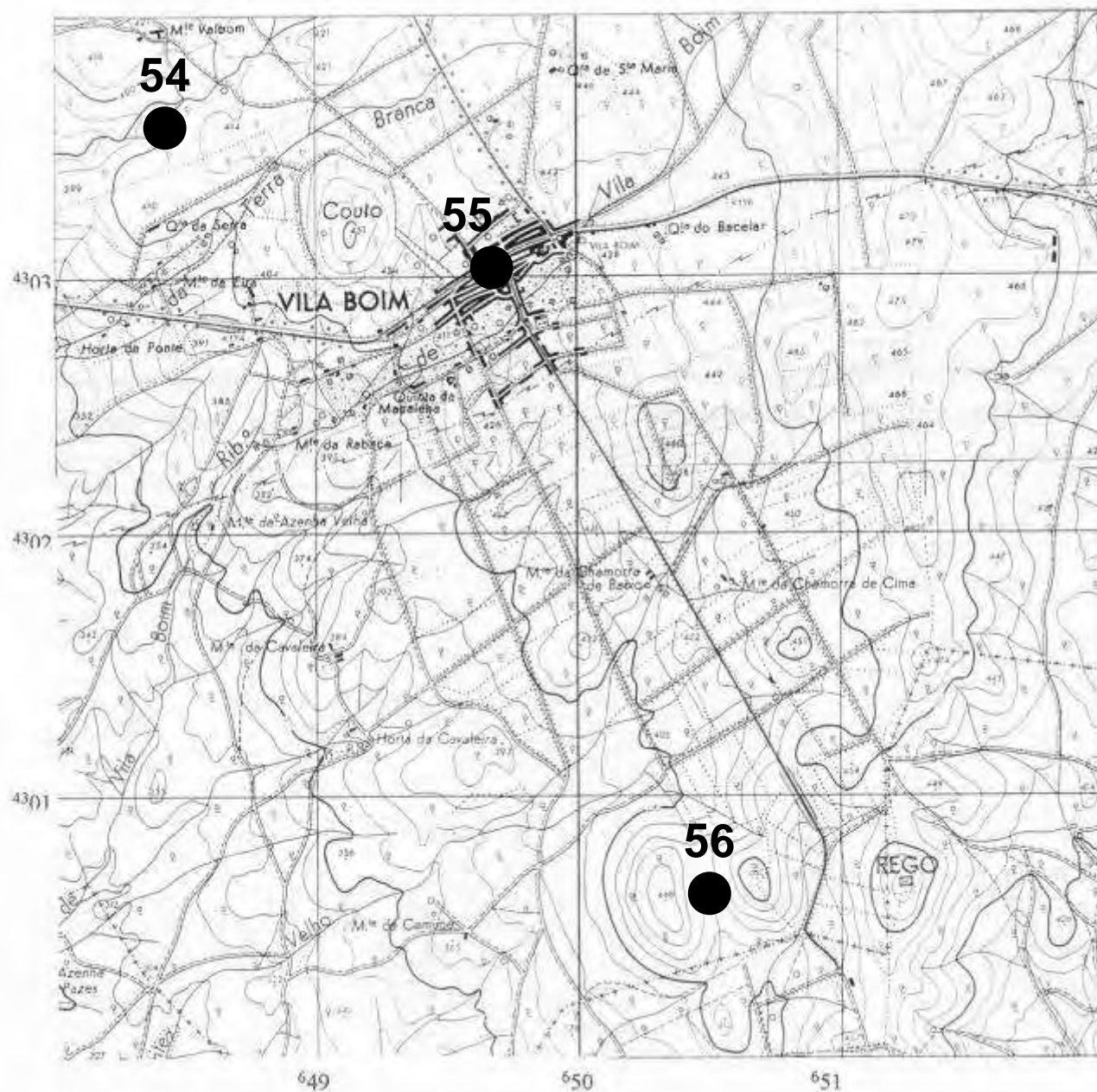


49 - Alfarófia

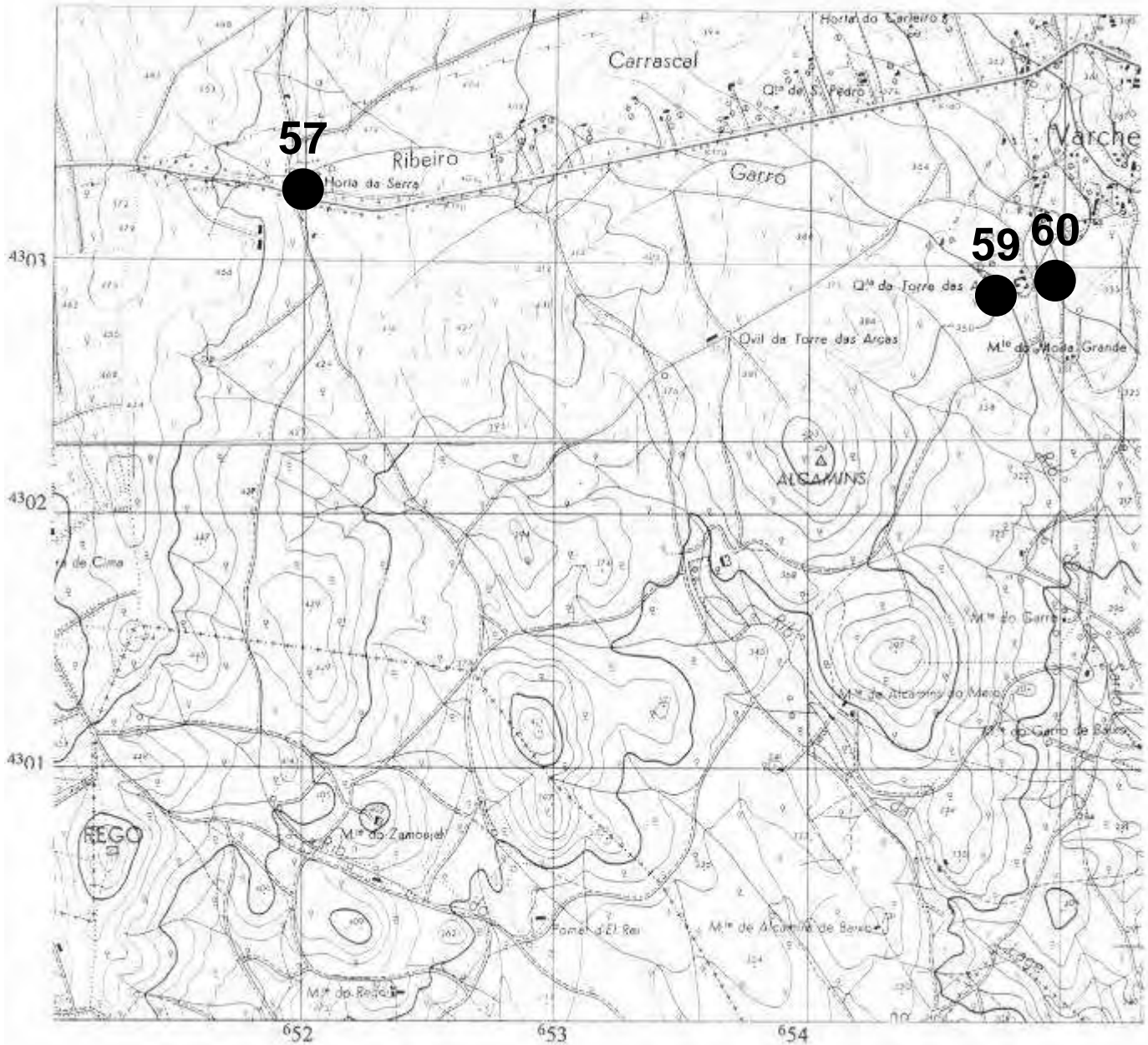
49a - Herdade das Caldeiras



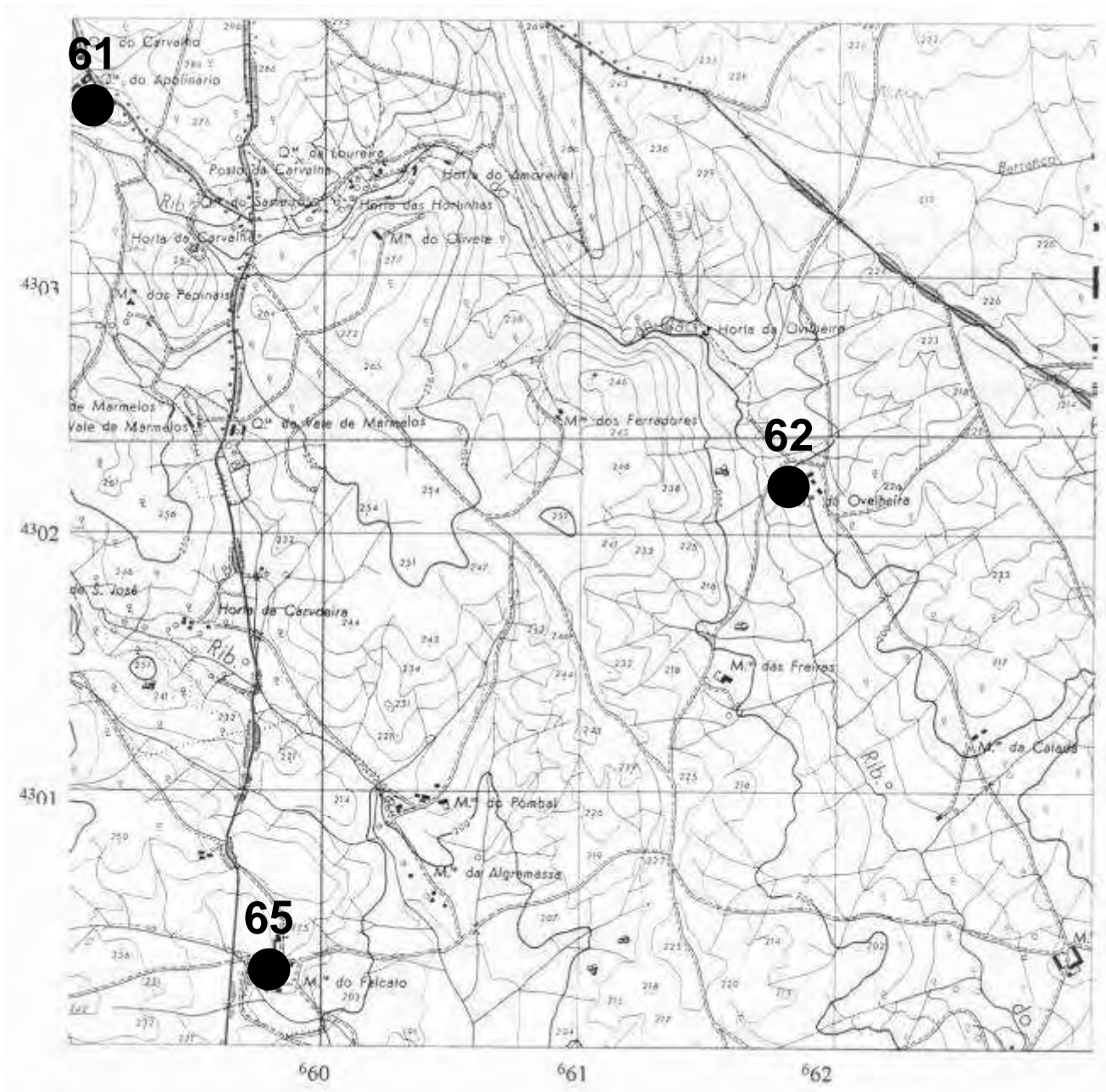
- 51 - Terrugem
- 52 - Monte da Nora
- 53 - Ribeira dos Mosqueiros



- 54 - Valbom
- 55 - Vila Boim
- 56 - Herdade de Camuge



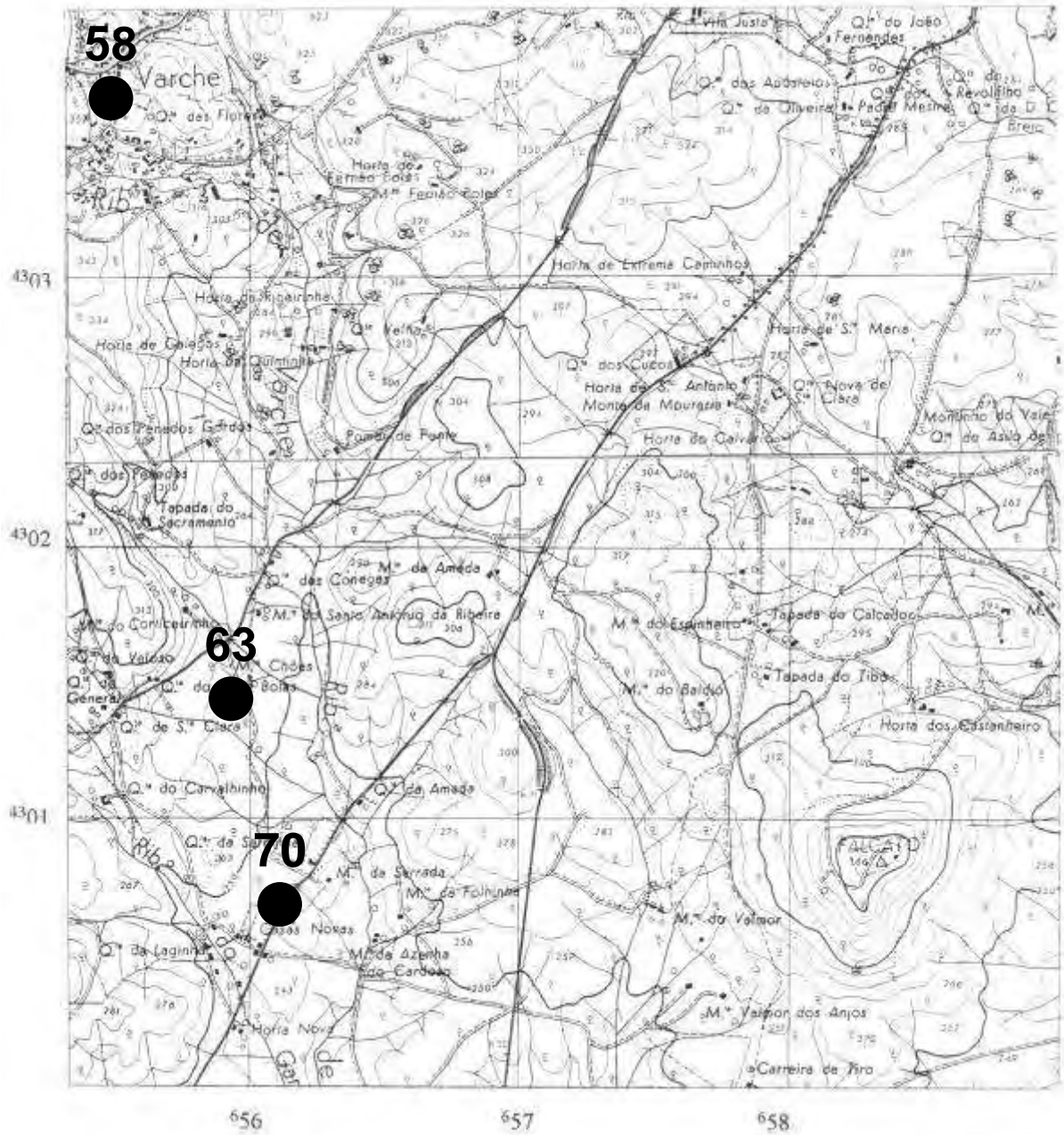
- 57 - Horta da Serra
- 59 - Torre das Arcas
- 60 - Pomarinho da Torre das Arcas



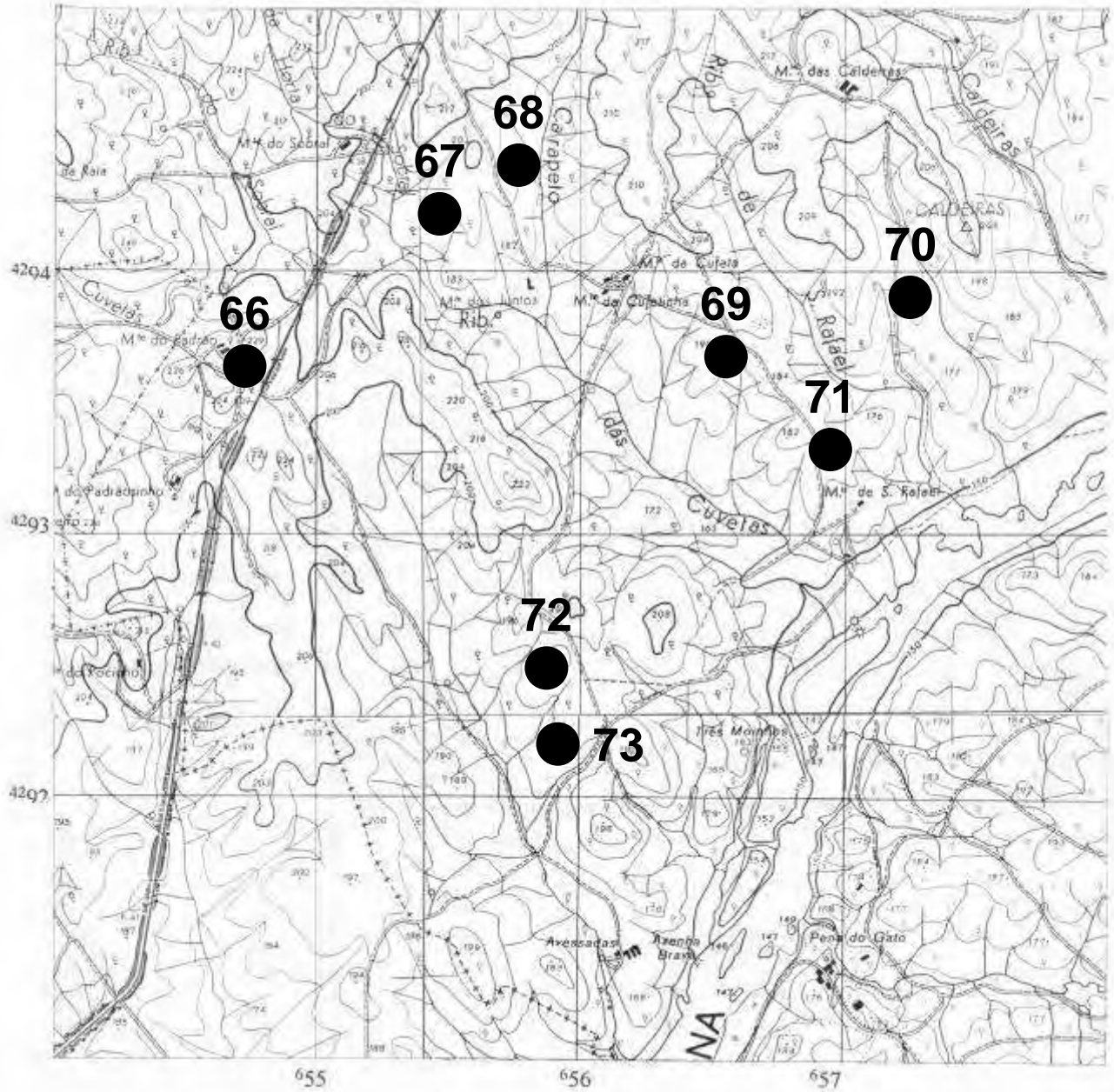
61 - Quinta de D. Clara

62 - Ovelheira

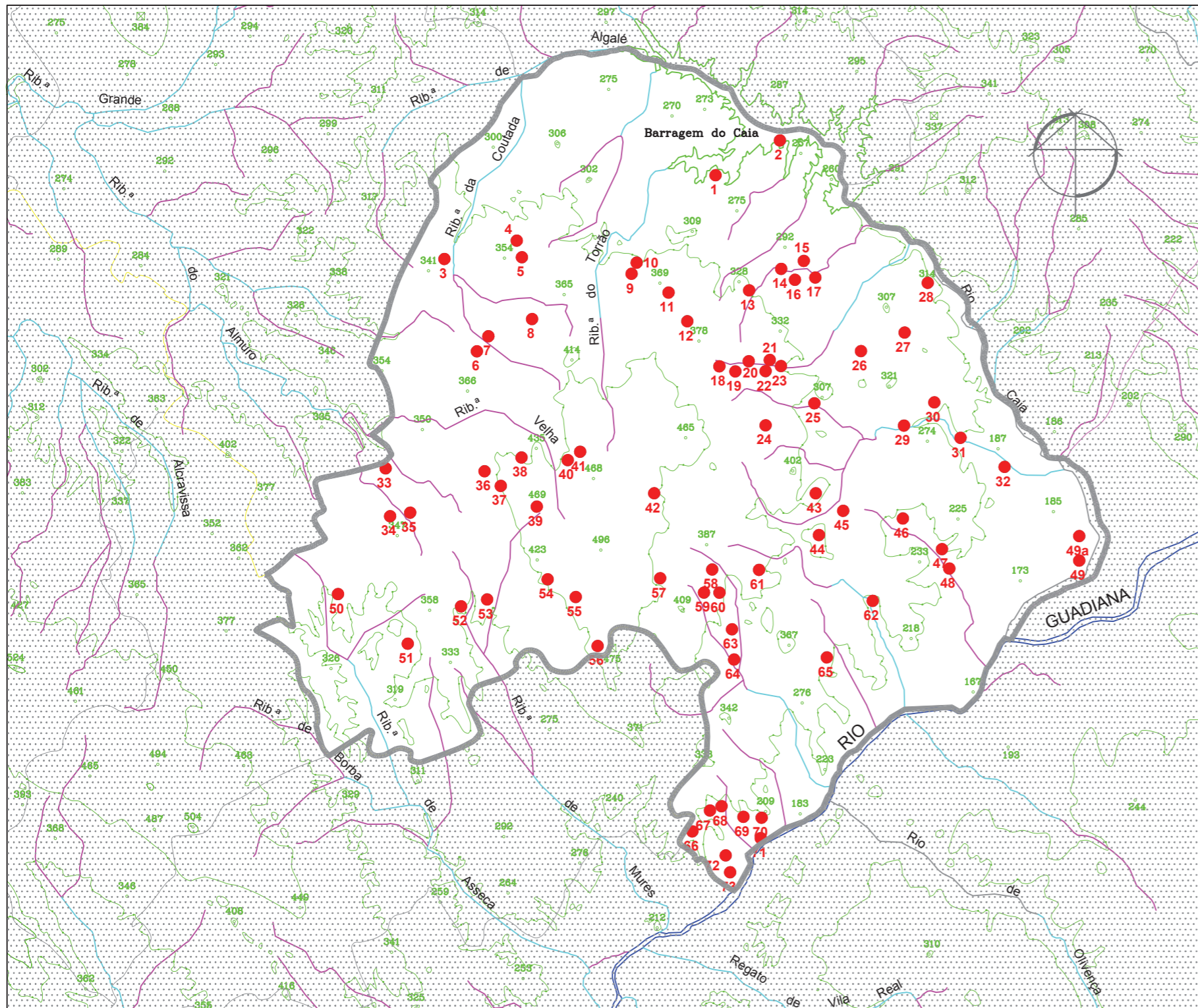
65 - Escrivã ou Falcato



- 58 - Varche
- 63 - Monte dos Chões
- 64 - Casas Novas / Sardinha



- 66 - Padrão
- 67 - Monte do Sobral 4
- 68 - Monte do Sobral 2
- 69 - Monte da Cufeta
- 70 - Caldeiras
- 71 - São Rafael
- 72 - Avesadas 3
- 73 - Avesadas 4



- | | |
|-------------------------------------|---------------------------------|
| 1 Herdade do Almeida | 45 Papulos |
| 2 Alentisca do Caia | 46 Fonte Branca |
| 3 Coutada | 47 Ponte Lagarto |
| 4 Monte Velho de Fontalva | 48 Nora Úveda |
| 5 Fontalva | 49a Herdade das Caldeiras |
| 6 Herdade dos Campos ou de Genemigo | 49 Alfarófia |
| 7 Anta do Reguengo | 50 Farisoa |
| 8 Barbacena | 51 Terrugem |
| 9 Vila Cova | 52 Monte da Nora |
| 10 Vila Covinha | 53 Ribeira dos Mosqueiros |
| 11 Vinagreira | 54 Valbom |
| 12 São Vicente | 55 Vila Boim |
| 13 Ventosa | 56 Herdade de Camugem |
| 14 Monte da Capela | 57 Horta da Serra |
| 15 Capela | 58 Varche |
| 16 Silveira | 59 Torre das Arcas |
| 17 S. Pedro | 60 Pomarinho da Torre das Arcas |
| 18 Horta do Rangem | 61 Quinta de D. Clara |
| 19 Pombal | 62 Ovelheira |
| 20 Torre de Sequeira 2 | 63 Monte dos Chões |
| 21 Longas 2 / Torre de Sequeira 1 | 64 Casas Novas / Sardinha |
| 22 Quinta das Longas | 65 Escrivã ou Falcato |
| 23 Horta do Rafael | 66 Padrão |
| 24 Malhadas de Alcobaça | 67 Monte do Sobral 4 |
| 25 Pinas | 68 Monte do Sobral 2 |
| 26 Amimoas de Cima | 69 Monte da Cufeta |
| 27 Herdade das Pereiras | 70 Caldeiras do Guadiana |
| 28 Castro de Segóvia | 71 S. Rafael |
| 29 Correio-Mor | 72 Avessadas 3 |
| 30 Moralves | 73 Avessadas 4 |
| 31 Paço | |
| 32 Botafogo | |
| 33 Serrones | |
| 34 Herdade de Alcobaça | |
| 35 Monte do Alcobaça | |
| 36 Monte do Passo | |
| 37 Alcarapinha | |
| 38 S.º Romão | |
| 39 Atalaia dos Sapateiros | |
| 40 Carrão | |
| 41 Chaminé | |
| 42 Trinta Alferes | |
| 43 Nossa Senhora da Graça | |
| 44 Elvas | |

— LIMITE DA ÁREA DE ESTUDO

OCRE

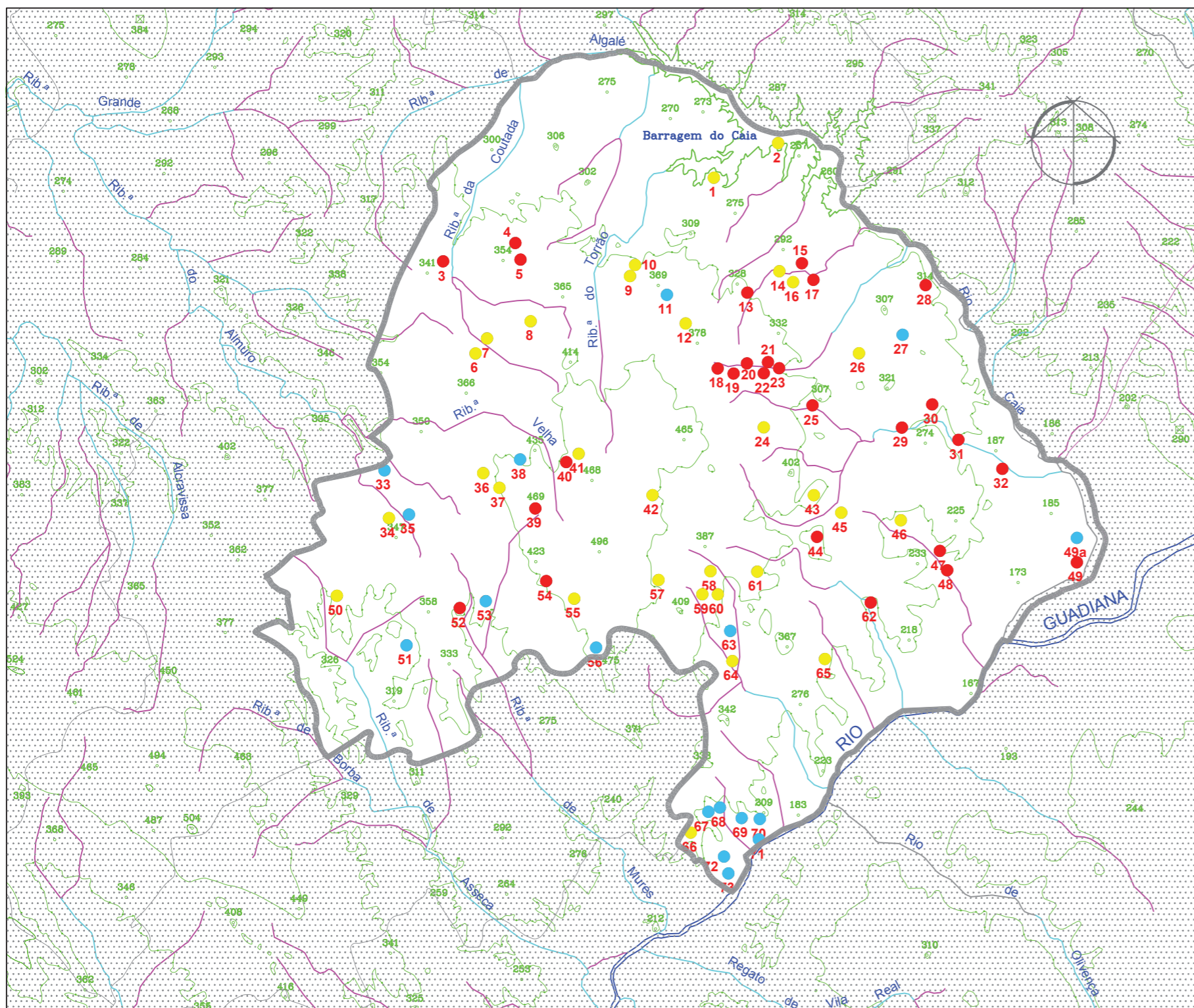
ocupação romana do concelho de elvas

sítios arqueológicos com ocupação romana

CARTA DE DISTRIBUIÇÃO

esc.: 1/200 000

setembro 2000



- Localização confirmada no terreno
- Localização a partir da bibliografia
- Localização estimada

— LIMITE DA ÁREA DE ESTUDO

OCRE

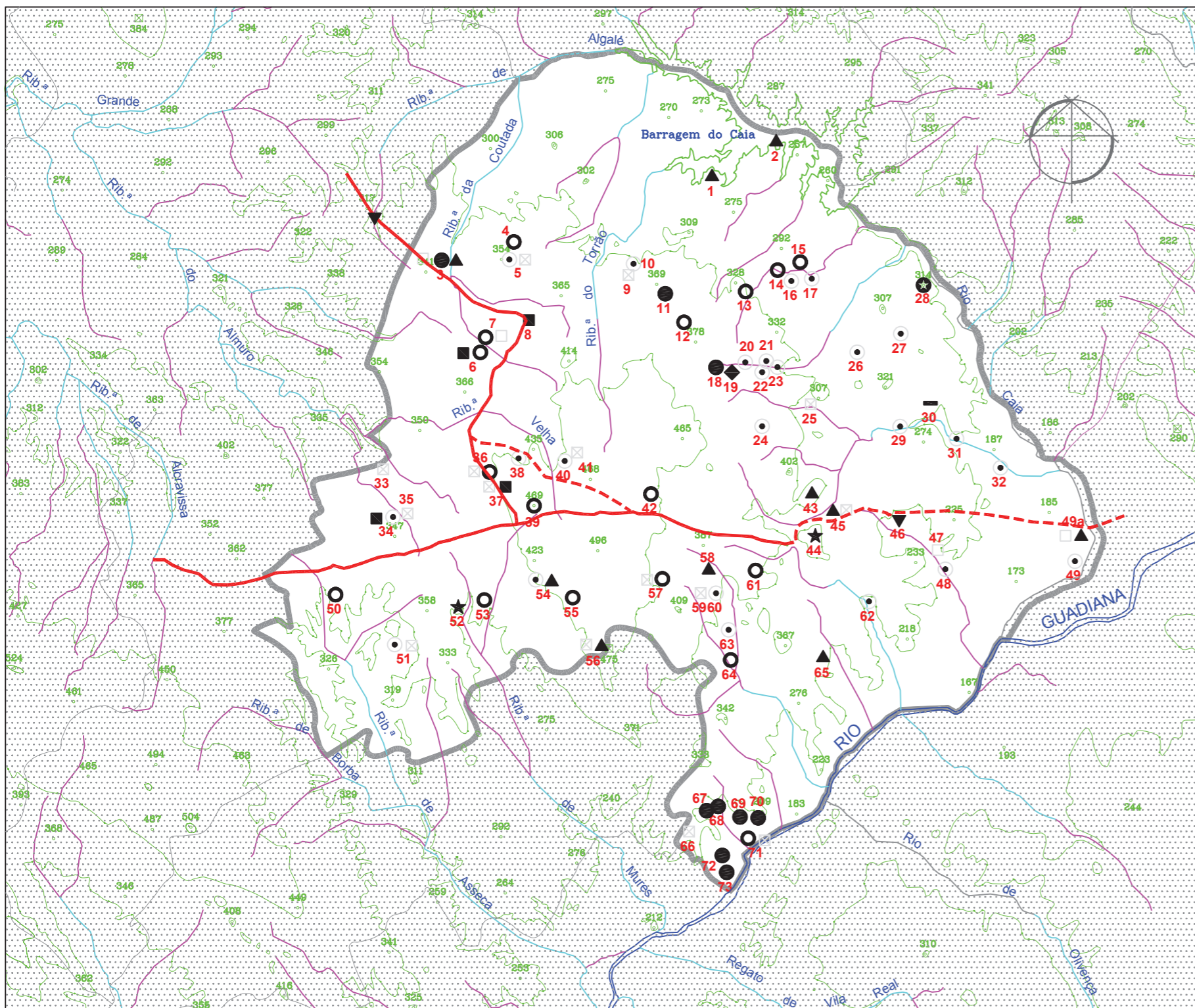
ocupação romana do concelho de elvas

sítios arqueológicos com ocupação romana

TIPO DE LOCALIZAÇÃO

esc.: 1/200 000

setembro 2000



- Villa
- Casal
- Habitat de tipo indeterminado
- ★ Vicus
- ⊛ Povoado fortificado
- ▲ Epigrafia funerária
- ▼ Epigrafia votiva
- ⊠ Necrópole
- Miliário
- Vestígio de via
- Barragem
- ◆ Pedreira
- Via - traçado proposto
- - - Via - traçado provável
- LIMITE DA ÁREA DE ESTUDO

OCRE
ocupação romana do concelho de elvas

sítios arqueológicos com ocupação romana

TIPOLOGIA DE SÍTIOS

esc.: 1/200 000
setembro 2000



1 – Vila Covinha (10) : mó e silhar em granito junto das construções do actual monte



2 – Ventosa (13) : vista geral do sítio



3 – Ventosa (13) : silhares de granito junto da igreja



4 – Silveira (16) : peso de lagar



5 – Silveira (16) : coluna em mármore



6 – S. Pedro (17) : sarcófago em granito



7 – Torre de Sequeira 2 (20) : silhar de granito almofadado



8 – Longas 2 / Torre de Sequeira 1 (21) : base de coluna recolhida junto da ribeira de Chaves



9 – Horta do Rafael (23) : troço de parede romana



10 – Correio-Mor (29) : aqueduto



11 – Correio-Mor (29) : peso de lagar



12 – Correio-Mor (29) : peso de lagar



13 – Moralves (30) : vista geral do paredão da barragem



14 – Carrão (40) : aspecto visível da construção de planta absidal escavada por A. Viana e A. Dias de Deus



15 – Ponte Lagarto (47)



16 – Nora Úveda (48) : parede de construção romana integrada nas casas do actual monte



17 – Alfarófia (49) : coluna e silhares em granito amontoados após a destruição do sítio em sequência de trabalhos agrícolas



18 – Ovelheira (62) : *natatio*



19 – Quinta das Longas (22) : aspecto geral do sítio no final da campanha de trabalhos de 2000



20 – Quinta das Longas (22) : conjunto de estatuária no local onde foi depositado após a violação do sítio em meados do séc. XVII, sobre o derrube de um telhado da construção romana



21 – Quinta das Longas (22) : vista do pátio pavimentado a *opus sectile* onde se encontrava o elemento de água onde originalmente se encontrava a estatuária (ao centro, ladeado por duas bases de coluna onde apoiaria o alpendre que cobria o conjunto)